

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Dulcelita Pereira Ribeiro de Alencar

O Uso da Negação no Português Brasileiro:
Gramática e Gramaticalização

Mestrado em Língua Portuguesa

São Paulo

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Dulcelita Pereira Ribeiro de Alencar

O Uso da Negação no Português Brasileiro:

Gramática e Gramaticalização

Mestrado em Língua Portuguesa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira..

São Paulo

2009

Banca Examinadora

Agradecimentos

A Deus, por permitir que fosse construída esta Dissertação, em harmonia de sua bênção a todos os que compartilharam de momentos de alegrias e expectativas.

Aos meus pais, meus irmãos e familiares pelo apoio, incentivo e carinho.

À Profª DrªJeni Silva Turazza e Profª Drª Irenilde Pereira dos Santos pelas valiosas contribuições oferecidas, durante o Exame de Qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, pelas contribuições dadas à minha formação intelectual.

À Profª Doutoranda Celeste Fragoso Tavares pelo carinho, dedicação e incansável como profissional.

Às amigas Ana Maria, Débora e Maria José pela amizade e presença em todos os momentos.

À Daniela, Vânia e Fabiana pelo companheirismo e incentivo.

Aos amigos do NUPPLE pelos encontros nas reuniões enriquecedoras.

Aos amigos e alunos da EE Leonardo Vilas Boas.

A todos os meus amigos pelo incentivo no percurso desta pesquisa.

À SEE-SP, pelo apoio financeiro, elemento fundamental para conclusão desta pesquisa.

A meu filho Lau Alencar,

*Razão do meu viver, agradeço sua
compreensão pelas minhas ausências, para
poder oferecer a você um futuro de
conquistas e sucessos.*

A meu esposo Lau Alencar,

Companheiro em todos os momentos,

Obrigada por nossa vida

compartilhada

De um modo muito especial,

à minha Orientadora Professora Doutora

Regina Célia Pagliuchi da Silveira

o meu reconhecimento não tem palavras,

obrigada por seu incessante acompanhamento,

que se traduz nas palavras amor e carinho.

RESUMO

Esta Dissertação situa-se no uso efetivo do português brasileiro, tematizando o exame de expressões da negação, usadas por brasileiros. Dessa forma, aborda tanto elementos do sistema da língua quanto elementos da variação lingüística, por gramaticalização. O objetivo deste trabalho visa contribuir com estudos da gramaticalização no português brasileiro. São objetivos específicos: 1. examinar o uso efetivo da negação na dimensão discursiva, a partir dos papéis representados pelos participantes; 2. verificar o seu uso efetivo na dimensão textual-informativa; 3. tratar a negação, diferenciando léxico de unidades gramaticais. A problematização, neste trabalho, consiste na descoberta de expressões lingüísticas que se fazem presentes nas dimensões textual e discursiva para negar, tendo por parâmetro a gramática funcional. A hipótese que norteia esta pesquisa é o fato de as dificuldades existentes, para o brasileiro “dizer não”, são relativas a aspectos culturais. Na dimensão interacional discursiva, consideraram-se as categorias, Sociedade, Cognição e Discurso. Na dimensão textual-informativa considera-se a relação entre “dado” e “novo”, conforme a informatividade. O material analisado compreende diálogos orais do cotidiano e textos escritos. O procedimento adotado, nesta pesquisa, é analítico-descritivo. Parte-se da dialética entre o social e o individual, de forma a entender que a gramática sistêmica é social, assim como os conhecimentos culturais; no uso efetivo da língua, individual, produzindo a dinâmica do sistema da língua. Os resultados obtidos indicam que: 1 o ato de negar situa-se na dimensão interacional discursiva e o uso das formas de negação ocorre na textual-informativa; 2. para o brasileiro, é descortês negar o que seu interlocutor afirma; assim, nega pela gramaticalização de lexemas e pela regramaticalização, como polidez; 3. A gramaticalização de lexemas produz ressemantização com implícitos culturais; 4. A regramaticalização produz substituição ou complementação de formas sistêmicas. Conclui-se que o estudo da negação situa-se na argumentação e propicia a dinâmica dos conhecimentos sociais.

Palavras-chave: negação, expressões de negação, polidez, gramática funcional.

ABSTRACT

This dissertation is within the scope of the actual use of the Brazilian Portuguese, dealing with the negation expressions used by Brazilians. Accordingly, it addresses not only elements of the language system, but also the linguistic variation elements by grammaticalization. The objective hereof is to contribute with grammaticalization studies in the Brazilian Portuguese. The specific purposes are: 1. to analyze the actual use of the negation within the discourse dimension by considering the roles represented by the participants; 2. to verify the actual use within the informative-textual dimension; 3. to address the negation process by differentiating the lexical issues from the grammatical units. The problem dealt with herein is to find out linguistic expressions usually applied in texts and discourses to negate by considering the functional grammatical parameter. The hypotheses set forth herein are the existing difficulties: for the Brazilians is difficulty to say “no” in view of the cultural aspects. As for the discursive-interaction dimension, the following categories must be regarded: Society, Cognition and Discourse. Within the informative-textual dimension, the relationship between the “given information” and the “new information” must be considered according to the informative aspects. The material analyzed is comprised of daily oral dialogs and written texts. This study adopted the analytical-descriptive procedure and considers the dialectic between the social and the individual so as to understand that the systematical grammar is social, as well as the cultural information; the effective use of the individual language producing the system dynamics of the language. The results obtained show that: 1 the negation act falls under the interaction dimension and the use of the negation manners is within the textual-informative dimension; 2. For the Brazilians, to negate the interlocutor’s statement is deemed rude; therefore, the lexemes grammaticalization and re-grammaticalization are applied to negate, as a courtesy; 3. The lexemes grammaticalization entails the *ressemantização* (that is, the establishment of new meanings) of lexemes with cultural implied issues; 4. The re-grammaticalization entails substitution or supplement of the systemic manners. The conclusion hereof is that the negation study is within the scope of the argumentation and entails the social knowledge dynamics.

Keywords: Negation, Negation Expressions, Courtesy, Functional Grammar

SUMÁRIO

Apresentação	1
Capítulo I -- Bases teóricas para a Inter-relação das Categorias Analíticas: Discurso, Sociedade e Cognição	8
1.1 Perspectiva Sistêmica	8
1.2 Texto e Discurso	12
1.3 A enunciação	14
1.4 Análise Crítica do Discurso com vertente sócio-cognitiva	15
1.5 Os conhecimentos sociais	17
1.6 Cognição, discurso e interação: as memórias e formas de conhecimentos	19
1.7 Implícitos culturais	21
1.8 A cortesia	23
Capítulo II: O Uso Efetivo da Negação no Português Brasileiro: Gramática e Gramaticalização	27
2.1 Os termos: funcional, função e funcionalismo	27
2.2 A língua numa visão funcional	29
2.3 O funcionalismo na lingüística	31
2.4 Gramática funcional e cognitivismo	32
2.5 A gramaticalização	32
2.6 Cortesia/descortesia para a gramaticalização	40

2.7 A imagem, <i>face</i> , na visão de Goffman e a gramaticalização	44
2.8 O Modelo de cortesia de Brown e Levinson e a gramaticalização	46
2.8.1 Polidez positiva	48
2.8.2 Polidez negativa	49
Capítulo III: O Uso Efetivo da Negação no Português Brasileiro: Revisão sobre os termos ‘negação’ e ‘não’	52
3.1 As expressões da ‘negação’ nos dicionários de língua	52
3.2 Segundo os dicionários especializados	56
3.3 A negação numa perspectiva diacrônica	60
3.4 Segundo a gramática normativa tradicional: Regras sistêmicas	61
3.4.1 Antes da NGB	61
3.4.2 Pós NGB	64
3.5 O Tratamento dado segundo a Gramática de Usos	66
Capítulo IV: O Uso Efetivo da Negação no Português Brasileiro: Resultados obtidos da gramática sistêmica e da Gramaticalização	73
4.1 Resultados obtidos da negação em contexto zero	73
4.1.1 Verbo Intransitivo	74
4.1.1.1 Na dimensão do texto	75
4.1.1.2 Na dimensão interacional discursiva	79
4.1.2 verbo de transição direta	80
4.1.2 (I) Verbo Transitivo Direto	81

4.1.2.1 Na dimensão do texto	81
4.1.2.2 Na dimensão interacional discursiva	84
4.1.2 (II) Verbo Transitivo Direto	85
4.1.2.1 Na dimensão do texto	86
4.1.2.2 Na dimensão interacional discursiva	88
4.1.3 Verbo Transitivo Indireto	90
4.1.3.1 Na dimensão do texto	91
4.1.3.2 Na dimensão interacional discursiva	93
4.1.4 Verbo Transitivo Direto e Indireto	95
4.1.4.1 Na dimensão textual-informativa	95
4.1.4.2 Na dimensão interacional discursiva	98
4.2 Resultados obtidos em diálogos orais contextualizados	103
4.2.1 Quando alguém oferece algo para ser ingerido por outra pessoa do cotidiano	103
4.2.2 Quando não se quer aceitar um convite	105
4.2.3 Quando o convite é avaliado como desinteressante	107
4.2.4 Quando não se quer emprestar algo	110
4.2.5 Quando não quer pagar algo, com dinheiro	111
4.2.6 Quando se estrutura a negação pela ironia	112
4.2.7 Por uma nova sugestão	113
4.2.8 Para se esquivar de uma repreensão	114

4.2.9 Negação pelo adiamento de uma confirmação imediata	115
4.2.10 Pela ativação de conhecimentos enciclopédicos que compõem a memória social	118
4.2.11 Quando se nega pela mudança no sentimento	119
4.2.12 Quando se deseja atribuir ao interlocutor a responsabilidade da resposta	119
4.2.13 Quando não se quer realizar o que foi comprometido anteriormente	120
4.3 Resultados obtidos em texto escrito com clichês que contêm implícito o ato de negar	121
4.3.1 Em situação de diálogo	124
4.3.2 Resultados obtidos da negação em letra de um samba nacional ...	126
4.3.3 Resultados obtidos da negação em um texto escrito	128
4.3.4 Resultados obtidos da negação em texto escrito pela incompatibilidade de um <i>script</i> em uma mesma situação narrativa de um fato	130
4.3.5 Resultados obtidos da negação em texto escrito para não se dizer <i>não sei</i>	131
4.4.6 Resultados obtidos da negação em texto escrito para expressar “indignação”	135
Considerações Finais	141
Referências Bibliográficas	144

Quando iniciamos a vida, cada um de nós recebe um bloco de mármore e as ferramentas necessárias para convertê-lo em escultura. Podemos arrastá-lo intacto a vida toda, podemos reduzi-lo a cascalho ou podemos dar-lhe uma forma gloriosa.

Richard Bach

Apresentação

Esta Dissertação compreende um estudo que, situado na linha de pesquisa, Texto e Discurso nas Modalidades Oral e Escrita do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem por tema um exame de expressões da negação, usadas por brasileiros. Dessa forma, a pesquisa aborda elementos do sistema da língua, por regras gramaticais, além de outros elementos decorrentes da variação lingüística, por gramaticalização. O tratamento do uso efetivo da língua implica inter, multi e transdisciplinaridade. Sendo assim, a pesquisa realizada vincula-se a condições de produção textual e discursiva, à enunciação e à interação sócio-comunicativa.

A problematização, neste trabalho, consiste na descoberta de expressões lingüísticas que se fazem presentes nas dimensões textual e discursiva para negar, tendo por parâmetro a gramática funcional e sistêmica. Em outros termos, quais expressões gramaticais são lexicalizadas e quais expressões lexicais são gramaticalizadas.

Como se sabe, os brasileiros têm dificuldades para dizer “não” e, por isso, de forma geral, falantes de outras línguas que estão aprendendo o português brasileiro, como língua alvo, não compreendem as formas de negar dos falantes nativos e atribuem a eles indiferença, irresponsabilidade ou ainda exibicionismo. Na seguinte situação discursiva, por exemplo, um estrangeiro convida um brasileiro para ir, em um sábado à noite, assistir a uma apresentação de balé de sua filha:

- Minha filha fará sua primeira apresentação de dança, com apenas quatro anos de idade, organizada pela sua escola de balé, no próximo sábado à noite, às 19 horas. Sendo o local da apresentação pequeno, cada família só pode ter um

convidado. Tenho muita honra em convidá-lo para participar comigo do espetáculo. Você virá?

Em resposta ao convite:

- Eu me sinto muito honrado com o seu convite. Mas, como não sabia que seria sábado à noite, já havia marcado um outro compromisso. Vou fazer de tudo para desmarcá-lo, depois retorno a ligação para você.

O estrangeiro compreende que o amigo irá com ele assistir ao espetáculo e não convida mais ninguém. Espera um retorno e este não acontece. Aborrecido com o amigo, avalia seu comportamento como displicente e irresponsável.

Em verdade, não houve displicência nem irresponsabilidade. A resposta dada é relativa à cortesia verbal do brasileiro. “Cortesia” é uma palavra polissêmica, empregada, nesta Dissertação, como sinônimo de polidez .

Nos estudos de Fávero, Andrade e Aquino (2000), a cortesia pode ser concebida como um conjunto de normas sociais que as comunidades estabelecem para regular o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes às normas. No entanto, muitos autores dizem que a cortesia tem sido tratada sob múltiplas perspectivas, desde a tradicional, como um conjunto de normas sociais, até como estratégia discursiva de valorização da imagem do outro, usada pelo falante para evitar ou reduzir um conflito.

Nesta Dissertação, a cortesia é concebida como um conjunto de normas sociais, estabelecidas pelas comunidades, para controlar o comportamento verbal de seus membros, considerado adequado.

Assim, o objetivo desta Dissertação é contribuir com os estudos de gramaticalização do português brasileiro, relativos à cortesia verbal nas interações cotidianas. São objetivos específicos:

1. examinar o uso efetivo da negação, na dimensão discursiva, a partir dos papéis representados pelos participantes;
2. verificar o uso efetivo da negação na dimensão textual-informativa; e
3. tratar o uso efetivo da negação diferenciando o léxico de unidades gramaticais.

Tem-se por pressuposto, segundo a ACD, que no uso efetivo da língua, há uma dialética entre o social e o individual. O social guia o individual e este ao enunciar modifica o social.

A vertente sócio-cognitiva da Análise Crítica do Discurso tem por base as cognições sociais que são construídas no e pelo discurso e que variam de grupo social para grupo social, dependendo de interesses, objetivos e propósitos comuns aos membros de um mesmo grupo social.

As contribuições, dadas pelos estudos cognitivos à análise do discurso, propiciaram entender que as pessoas captam o que acontece no mundo, a partir da projeção de um determinado ponto de vista. Cada ponto de vista é guiado por interesses, objetivos e propósitos específicos. Dessa forma, o conhecimento do mundo é uma representação mental decorrente da variação de como se projeta o ponto de vista para focalizar os fatos do mundo.

Por essa razão, van Dijk (1997) afirma que todas as formas de conhecimento são avaliativas e, portanto, crenças, não podendo se atribuir a elas valor de verdade/falsidade.

Em outros termos, um conhecimento avaliativo, na memória social, decorre de um sistema de valores positivo/negativos. São estes valores que definem a cultura e a ideologia na dimensão social.

Segundo Silveira (2006), há uma diferença entre os valores culturais e os ideológicos. Os valores culturais decorrem do vivido e do experienciado socialmente e são transmitidos de pai para filho, tendo raízes históricas e

contemporaneidade. Em cada contemporaneidade ocorre uma dinâmica dos valores culturais, pois os que participam da memória social “o dado” são ativados para resolver problemas novos, “o novo”. O “dado” guia a resolução do “novo” e este modifica aquele.

Considerando-se que os grupos sociais têm o seu próprio marco de cognições, as avaliações são plurais, embora pelos discursos públicos e institucionalizados esses valores possam, também, ser extragrupoais. Logo, é possível haver uma unidade imaginária na diversidade de valores culturais.

Já os valores ideológicos são impostos pelas “classes de poder” com o objetivo de mantê-las no poder. Por essa razão, os valores ideológicos não são dinâmicos enquanto as “classes de poder” não mudá-los, para atender a outros objetivos e, por essa razão, são utilizados para a discriminação social. As ideologias como as culturas são plurais, embora haja uma unidade imaginária tanto em um quanto no outro. (Cf. van Dijk 2000)

Frente ao exposto tem-se, por hipótese, que as dificuldades existentes para o brasileiro dizer ‘não’¹ são relativas a aspectos culturais.

Silveira (1998) apresenta a cortesia como um dos traços característicos da cultura do brasileiro. A autora trata do fenômeno como um todo e não somente do ponto lingüístico. O fenômeno da cortesia, como um todo, é resultante de acordos lingüísticos, historicamente constituídos, que resultam de práticas sociais assumidas como positivas ou negativas, pelos membros de um estrato da sociedade, com relação a circunstâncias da interação social, quer no que diz respeito a comportamentos não lingüísticos, quer a comportamentos lingüísticos ou, também, aos mistos.

Na visão de Leite (2008), o conceito geral de cortesia, sendo um fenômeno que intervém no nível da relação interpessoal e visa a manter essa relação em um estado de relativa estabilidade e harmonia, aponta para a normatividade

¹ Aspas simples, nota da pesquisadora.

desse fenômeno, visto que os envolvidos na interação têm de se “comportar” de maneira, previamente esperada como cortês, para manter notavelmente estável e harmônica a relação interpessoal.

Esta Dissertação se justifica pelo fato de o material existente para o uso, da ‘negação’², ser relativo ao sistema da língua portuguesa e, por isso, não dar conta do uso efetivo do português brasileiro, no nível da relação interpessoal.

A pesquisa realizada teve um procedimento teórico-analítico, sendo os dados coletados no uso efetivo da língua tanto em contexto zero quanto em interações cotidianas, bem como tanto no oral quanto no escrito.

O procedimento metodológico percorreu as seguintes etapas:

O material de análise foi coletado de forma diversificada, a fim de se examinar a negação, em diferentes dimensões tanto em diálogos orais quanto em textos escritos. Dessa forma, esta coleta compreendeu:

1. levantamento dos teóricos pertinentes ao estudo do texto e do discurso, oral e escrito;
2. seleção das leituras contempladas para o desenvolvimento da pesquisa;
3. em contexto zero: um conjunto de frases afirmativas foi entregue para informantes, alunos de uma escola pública do 3º ano do Ensino Médio estadual para transformarem a afirmação em negação;
4. em interações cotidianas: foram coletados e selecionados alguns segmentos verbais de notícias televisivas, publicidades, entrevistas e novelas; foram coletados textos, em anúncios publicitários de revista e mídia exterior, crônicas, baneres.

A Análise dos textos compreendeu:

² Idem.

- o agrupamento dos casos selecionados, a partir da enunciação, diferenciando a dimensão discursiva interacional (EU-TU) da dimensão textual Interativa (EU-texto).
- o reagrupamento dos casos selecionados, a partir de regras sistêmicas e gramaticalização, de forma a abranger o léxico e a gramática em uso.

Esta Dissertação se configura por quatro capítulos, a saber:

Capítulo I: Bases teóricas para a Inter-relação das Categorias Analíticas: Discurso, Sociedade e Cognição.

Capítulo II: O Uso Efetivo da Negação no Português Brasileiro: Gramática e Gramaticalização.

Capítulo III: O Uso Efetivo da Negação no Português Brasileiro: Revisão sobre os termos 'negação' e 'não'.

Capítulo IV: O Uso Efetivo da Negação no Português Brasileiro: Resultados obtidos da gramática sistêmica e da Gramaticalização.

Uma vida fácil não nos ensina nada.

*O que vale é o aprendizado: o que aprendemos
e como crescemos.*

*De Um
Richard Bach*

Capítulo I - Bases Teóricas para a Inter-Relação das Categorias

Analíticas: Discurso, Sociedade e Cognição

Este capítulo apresenta uma revisão de fundamentos teóricos da lingüística, com perspectiva sistêmica e com perspectiva pragmática.

1.1 Perspectiva sistêmica

Os historiadores da lingüística situam Ferdinand Saussure como marco inicial da lingüística sistêmica, pois ela mantém vários conceitos relativos à definição de sistema e de regras gramaticais. A diferença consiste em: a lingüística sistêmica atual trata do sistema da língua em suas relações com o uso efetivo dela, de forma a apresentar uma visão sistêmica dinâmica, enquanto que para Saussure o sistema é visto de forma estática.

O grande mérito de Saussure, segundo Apresjan (1980), está em ter sido ele um dos primeiros pesquisadores a ter consciência de que a natureza da língua é multiface. Em outras palavras, ele compreendeu que a língua encobre não somente um, mas vários objetos. A língua, analisada do ponto de vista de suas funções, pode ser considerada como meio de comunicação, meio de expressão de idéias, de dar forma às idéias. A língua, analisada do ponto de vista das condições de sua existência, pode ser considerada como fato histórico-cultural. Por outro lado, a língua, analisada do ponto de vista de sua organização interna, pode ser considerada como um certo sistema de signos que serve para codificar e decodificar mensagens.

Saussure não só compreendeu que a língua é multiface, como também expressou sua nova visão, postulando uma série de conceitos, diferenciou a lingüística externa e a interna. A lingüística externa investiga as condições de existência da língua, ou seja, a língua em relação à história do povo, da civilização, da política, da literatura e da distribuição geográfica. A lingüística interna estuda a organização da língua em sua estrutura. Saussure afirma que,

entre a organização interna da língua e as condições externas de sua existência, não há qualquer ligação necessária ou direta. Assim, designa a organização interna pelo termo *langue* e a externa por *parole*. A *langue* é vista como estática e a *parole*, como dinâmica.

A estrutura interna da língua, para Saussure, pode ser estudada e explicada de forma plenamente adequada, sem que se recorra à *parole*, seu uso efetivo. Assim, o autor propõe que o objeto da lingüística é a *langue* e não a *parole*, instaurando, assim, o estudo da *langue* fora do seu uso efetivo de seus falantes.

Ainda, para Saussure, um estudo produtivo da estrutura interna da língua pressupõe a distinção entre o aspecto sincrônico, eixo da simultaneidade, e o aspecto diacrônico, eixo da sucessividade. Para o autor, a sincronia está relacionada à diacronia, porém ambas não são determinadas pela língua. Cada aspecto tem seu próprio objeto. A lingüística sincrônica estuda a estrutura interna da língua, o seu sistema, enquanto a lingüística diacrônica estuda a história das unidades lingüísticas. Saussure justifica a sua posição, ao afirmar que uma atenção excessiva a fatos diacrônicos, como o que aconteceu com os gramáticos históricos do século XIX, no estudo da sincronia, cuja proposta inovadora do estudioso, pode levar a substituição do que existe no momento presente pelo que ocorreu em um estado anterior da língua.

Ao conceituar a distinção entre *langue* e *parole*, Saussure propõe que a fala está relacionada à língua, pois ela constitui o resultado da utilização da língua, a saber, o resultado do ato individual da fala. Esta é individual, linear e tem natureza física. A língua é um sistema de signos inter-relacionados, obrigatório para todos os membros de uma dada comunidade lingüística. Ela é social, não linear e tem natureza psíquica.

A língua como sistema não se define pela fala, isto é, pela utilização individual do sistema. A imagem usada por Saussure para dizer que a língua é independente da fala é um jogo de xadrez: as regras do jogo de xadrez são independentes do jogo de uma ou outra partida por dois adversários. A língua

constitui, assim, as regras de um jogo lingüístico, em sua totalidade; a fala é a seleção, apenas, de algumas dessas regras. Logo, todos os falantes de uma dada língua são obrigados a conhecer e obedecer essas regras em sua prática lingüística, se quiserem ser participantes de uma comunicação efetiva.

Ao postular a existência da *langue*, Saussure postulou, também, a natureza sistêmica da língua. Ele definiu a língua como um sistema de signos interdependentes. Para o autor, o signo lingüístico consiste de um significante e de um significado. Enquanto palavra, o significante é um conjunto de fonemas e enquanto significado, um conceito. Entretanto, no último curso ministrado por ele, o autor afirma que o signo não se restringe a uma palavra, pois se assim o fosse, a língua seria uma nomenclatura. O signo vem a ser um conjunto de relações, uma sintaxe, que dependendo de sua combinatória produz valores diferentes, semântica.

Dessa forma, da perspectiva sistêmica, as relações podem ser descritas como regras gramaticais que são aplicadas em unidades lexicais. Nesse sentido, com relação ao o signo lingüístico, sabe-se que este é uma unidade em virtude de sua oposição a outras unidades da mesma ordem. Nada existe na língua além de oposições, por isso, Saussure afirma que a língua é forma e não substância. Logo, o que é essencial para unidade lingüística, enquanto palavra e enquanto regra gramatical, é o conjunto de oposições do qual ela faz parte.

Para tratar das oposições, Saussure distinguiu dois tipos de relações: as relações paradigmáticas, que ele denominou associativa e as relações sintagmáticas. As primeiras são resultado da associação de unidades por semelhança, sendo que elas são descritas pela oposição ou/ou; as segundas são resultado da contigüidade, na oposição e/e.

Com a sua teoria sobre as relações paradigmáticas e sintagmáticas, Saussure suprimiu a divisão tradicional da gramática em Morfologia e Sintaxe, pois um morfema só adquire valor no sintagma. O sintagma é o principal conceito proposto por Saussure para se construir na lingüística sistêmica, as regras

gramaticais. Por sintagma, entende-se a união de dois elementos quaisquer, um dos quais é determinado e o outro é determinante. A relação determinado/determinante faz com que sintagma seja qualquer palavra plena e qualquer combinação de palavras, além de qualquer combinação de orações.

Logo, na lingüística saussuriana, a língua é vista sob o prisma de sua organização interna, é sistêmica, pois trata de um sistema de signos independente de sua manifestação. A língua se aproxima de outros sistemas de signos sociais e constitui, junto com eles, o objeto de uma teoria geral dos sistemas de signos denominada semiologia, no *Curso de Lingüística Geral*.

A noção de sistema é mantida nas três escolas clássicas da lingüística estrutural: a escola de Praga; a escola de Copenhague; e, em menor escala, na escola americana. As duas primeiras escolas tratam do sistema da língua: na escola de Copenhague, o sistema é estudado sem ter relação com o seu uso efetivo. Já na escola de Praga, há uma inter-relação entre sistema e uso.

A noção de função é privilegiada na escola lingüística de Praga, composta por um grupo de estudiosos de diferentes nações européias que começou a atuar antes de 1930, para os quais a linguagem, acima de tudo, permite ao homem reação e referência à realidade extralingüística. (Cf. Moura Neves, 1997)

As frases são vistas pelos lingüistas de Praga, como sendo comunidades comunicativas que veiculam informações, ao mesmo tempo em que estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio texto lingüístico. Assim, o que se analisa são as frases efetivamente realizadas, para cuja interpretação se atribui especial importância ao contexto tanto verbal quanto não-verbal. Esses estudiosos entenderam que, mesmo no nível do enunciado realizado, podem ser encontradas regularidades que permitem tentativas de organização e de descrição.

A abordagem da escola de Praga é caracterizada como um estruturalismo funcional, pelo fato de a língua ser vista como um sistema funcional, no qual aparecem, lado a lado, o estrutural sistêmico e o funcional. Progressivamente, a

abordagem funcional, para o estudo sistêmico, passa a ser aceita por estudiosos de outras escolas lingüísticas. Assim, o termo *abordagem funcional* passa a ser usado em referência a qualquer abordagem ligada aos fins a que as unidades lingüísticas servem, ou seja, ligada às funções dos meios lingüísticos de expressão. Dessa forma, instaura-se a lingüística sistêmico-funcional, que será tratada no próximo capítulo.

1.2 Texto e Discurso

Desde que a atenção dos estudiosos foi voltada para a fala, o texto e o discurso passam a ser privilegiados como objeto de estudos lingüísticos. De forma geral, os primeiros a se preocuparem, metodicamente, com o estudo do texto, foram os gramáticos de texto. Eles passam a diferenciar o texto, enquanto modelo teórico e produto lingüístico.

Enquanto modelo teórico, o texto é visto como um conjunto de regras gramaticais, capaz de dar conta do conjunto de regras da competência textual de um falante ideal e abstrato. Enquanto produto lingüístico, o texto é visto como o que se traz representado em língua, produto da enunciação.

Com a virada cognitiva, os estudos lingüísticos passam a focalizar operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. Assim sendo, os estudiosos do texto passaram a tratar a coesão superficial no nível semântico e cognitivo, e passaram a tratar o sistema de pressuposições e implicações no nível pragmático da produção de sentido, a saber, no plano das ações e intenções.

Assim sendo, o texto, pela lingüística de texto, é visto como ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente lingüístico e, por outro lado, deve considerar a organização reticulada não linear, dos sentidos e intenções que realizam tanto a coerência, no aspecto semântico quanto as funções pragmáticas.

O texto, portanto, não se reduz a simples soma de palavras e frases que o compõe como produto lingüístico; mas o texto é considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, pois o homem não se comunica por palavras ou frases isoladas, mas sim por texto.

Frente ao exposto, os textos são resultados da atividade verbal dos indivíduos socialmente atuantes, na qual há coordenação de ações com o propósito de se alcançar um fim social, considerando-se as condições em que a atividade verbal se realiza. Koch (1997, p.22) diz que o texto é:

uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenado pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos seus parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas sócio-culturais.

O discurso é visto como uma prática sócio-interacional. Considerar o discurso como ação-interação, é considerá-lo um fenômeno resultante de uma prática social e cultural: os locutores praticam atos sociais e participam de interações sociais, situadas em vários contextos, por exemplo, em reuniões informais, encontros profissionais e institucionais, em debates parlamentares, acadêmicos, entre outros.

O discurso, visto como ação e interação social, de acordo com van Dijk (2000), possibilita que as estruturas lingüísticas sejam analisadas, pois são tais estruturas que constroem, como ação, a ordenação e a organização das estruturas sociais, na enunciação do texto verbal. Desse modo, considera o autor que o uso efetivo da língua consiste não apenas de séries ordenadas de palavras, expressões, frases e proposições, mas também de seqüências de atos, mutuamente relacionados, em suas funções.

Nessa perspectiva, van Dijk propõe que o discurso, visto como interação sócio-comunicativa, é uma prática convencionada socialmente, uma vez que o discurso se define pelos seus participantes, suas funções e ações.

1.3 A enunciação

A enunciação passa a ser objeto de estudo dos lingüistas, quando suas atenções se voltaram para o uso efetivo da língua, é vista como um ato subjetivo e intencional. Nesse sentido, a visão sistêmica é abandonada. Em outros termos, a visão sistêmica exclui toda relação entre as funções das expressões lingüísticas e suas propriedades estruturais, de forma a privilegiar, apenas, as propriedades formais da gramática em detrimento das funções existentes no uso, da coerência interna do discurso e da adaptação à situação.

Kerbrat-Orecchioni (1980, p.43) define enunciação como sendo os *procedimentos lingüísticos (shifters, modalizadores, termos avaliativos e etc) com os quais o locutor imprime sua marca no enunciado, inscreve-se na mensagem (implícita ou explicitamente) e se situa em relação ao problema da distância enunciativa*. Ainda para a autora, é importante distinguir rigorosamente o *que se diz* - o enunciado - e a presença do falante no interior de seu próprio discurso – a enunciação. É necessário ter em mente que as formas lingüísticas enunciadas traduzem efetivamente a apropriação do enunciador do seu próprio discurso.

Desde que se entenda que o texto verbal é produto das intenções, da subjetividade, do enunciador, não há diferença, segundo Kerbrat-Orecchioni entre textos objetivos e subjetivos. Todos os textos são subjetivos; o que varia são os graus de subjetividade, pois há textos mais subjetivos e outros menos subjetivos.

A subjetividade da enunciação pode ser formalizada pelo quadro enunciativo: EU fala para TU a respeito de ELE. O ELE é representado em língua pelas escolhas subjetivas do enunciador, de forma a atender as suas intenções ao se comunicar com o TU. Logo, as palavras lexicais e gramaticais do texto produto verbal não são ingênuas, elas têm função comunicativa, argumentativa, textual e discursiva.

1.4 Análise Crítica do Discurso com vertente sócio-cognitiva

A análise crítica do discurso (ACD) está ligada à escola Frankfurt e tem por base a ideologia marxista. Embora a Análise Crítica do Discurso seja realizada por diferentes correntes, todas elas postulam que o social guia o individual e o individual modifica o social, em uma dialética. Assim, o discurso é visto como uma prática sócio-interacional que compreende não só o discurso visto como uso do sistema da língua em textos verbais, mas também uma interação social, que se define pelos participantes, suas ações e suas funções. Dessa forma, a ACD é realizada de forma a considerar as expressões lingüísticas enunciadas no texto – produto bem como os contextos discursivos de cada prática social.

O objetivo prioritário da ACD é denunciar o domínio da mente das pessoas pelos discursos públicos institucionalizados. Sendo assim, entende-se que os discursos públicos guiam os eventos discursivos particulares e estes, progressivamente, modificam aqueles. A análise, portanto parte do enunciado verbal e busca para as expressões lingüísticas as funções ideológicas impostas pelo poder, com a finalidade de discriminar grupos minoritários, dominados pelo poder. O termo minoritário não é quantitativo, mas qualitativo, ou seja, aqueles que não têm acesso ao poder.

Em seus estudos van Dijk (1997) exemplifica com a manchete: *Delegado negro ordena combate violento contra os manifestantes*. O autor aponta que o uso da palavra *negro* é discriminatório e reproduz de ideologia racista, pois ninguém diria em uma manchete: *Delegado branco ordena combate violento contra os manifestantes*. Ao relacionar as expressões lingüísticas de um texto com o contexto discursivo e suas funções ideológicas reprodutivas, que dominam a mente das pessoas, a ACD tem por ponto de partida as contribuições dadas pela lingüística sistêmico-funcional.

Segundo o autor, o discurso apresenta uma dialética entre a estrutura e o processo interacional, na medida em que a estrutura guia o processo e este modifica, dinamicamente, a estrutura. A estrutura discursiva é entendida como o

sistema da língua e o processo como uso efetivo da língua, por pessoas que usam de estratégias para terem sucesso em suas interações comunicativas. Logo, há uma inter-relação entre estrutura e processo.

Ao tratar do discurso, enquanto processo, van Dijk (2000) diferencia contexto global de contexto local. Todavia, para definir o contexto global, como um esquema mental, o autor baseia-se no interacionismo simbólico e propõe que cada participante represente um determinado papel e tenha funções específicas, para que a prática discursiva ocorra, a partir de ações específicas e determinadas, considerando-se a possibilidade de prática de cada participante.

Com referência às práticas discursivas, convém ressaltar que estas são diferenciadas em discursos públicos e eventos discursivos particulares, sendo que esses últimos ocorrem sem manifestações, que tenham acesso ao público geral. Quanto aos discursos públicos, o autor, afirma que os mesmos são convencionados de forma institucional. Neste contexto, situam-se as principais instituições: Família, Escola, Igreja, Empresa e Estado. Os discursos públicos institucionalizados são definidos por três grandes categorias: Poder, Controle e Acesso.

O Poder compreende um conjunto de participantes que têm o poder de tomar decisões e colocar em prática as suas intenções. Os participantes do poder decidem ideologicamente os valores a serem impostos e, para tanto, necessitam do Controle. Tal Controle é definido por um conjunto de participantes, cujas funções e ações são relativas a efetuar o que o Poder decidiu, e, assim, controla o que terá acesso ao público não apenas enquanto informação, mas como construção enunciativa. Assim, o que tem acesso ao público tem o objetivo de dominar a mente das pessoas.

No pensar de van Dijk (1997), os discursos públicos e os eventos discursivos particulares são analisados, de forma a considerar uma inter-relação entre as categorias analíticas: Sociedade, Cognição e Discurso. Essas categorias se definem umas pelas outras. Sabe-se que a sociedade é definida como um

conjunto de grupos sócio-cognitivos de pessoas, que se reúnem em grupos por terem as mesmas formas de conhecimento, e, por isso, estão diretamente ligadas aos objetivos, interesses e propósitos do grupo. Logo, as formas de conhecimento são entendidas como representações mentais, decorrentes de uma determinada focalização, devido ao ponto de vista projetado por um determinado grupo, ao criar um estado de coisas para o que existe no mundo.

1.5 Os conhecimentos sociais

Os conhecimentos sociais são definidos como representações mentais-tipo, por serem mais persistentes, e estão armazenados na Memória Social de Longo Prazo dos membros do grupo social. Muitos estudiosos trataram das formas de conhecimento humano e, numa breve síntese, poder-se-ia dizer que eles foram diferenciados em dois tipos básicos: episteme e doxa.

Episteme é um conhecimento factual, decorrente da observação e, por essa razão, o seu valor de verdade/falsidade é comprovável e conferível no mundo. A doxa é a opinião pública e define-se por ser um conhecimento avaliativo social, ou seja, uma representação mental para a qual houve a projeção de uma escala de valores, que percorre do pólo positivo ao negativo; por essa razão, a opinião tanto individual quanto social, não pode ser comprovada no mundo e simplesmente, acatada.

Em seus estudos, van Dijk (1997) discute essa diferença, a partir dos seus resultados de pesquisa. Para o autor, qualquer forma de conhecimento é avaliativa, mesmo sendo episteme. Ele propõe que os conhecimentos sejam opiniões, sendo que tais opiniões são formadas e praticadas em sociedade; as suas funções são sociais e expressas, na maioria das vezes, no e pelo Discurso, pois há muitas opiniões que não são expressas verbalmente.

Para o autor, a opinião situa-se, inicialmente, na mente e pressupõe que, quando se tem uma opinião a respeito de X, é necessário que já se tenha uma representação mental de X; caso contrário, não seria possível avaliar X. Em outros

termos, na Memória de Trabalho, a pessoa constrói opiniões de X e, para tanto, é necessário que esta já tenha armazenada, na sua Memória de Longo Prazo, uma representação de X, a fim de ativá-la para a memória de trabalho. A Memória de Longo Prazo é tanto social quanto individual: a social compreende o arquivo de conhecimentos transmitidos e processados socialmente, ou seja, o Marco das Cognições Sociais; a individual armazena as formas de conhecimento construídas por experiências pessoais com o que acontece no mundo.

Como já foi referido, anteriormente, para que se tenha qualquer representação mental, como forma de conhecimento, é necessário que se projete um ponto de vista para captar o referente no mundo o que, conseqüentemente, implica uma dada focalização da qual resulta um conhecimento avaliativo, uma vez que tal focalização não é ingênua, mas guiada por interesses, objetivos e propósitos específicos.

Nesse sentido, para se entender o Discurso como uma interação social, diferenciam-se duas formas de conhecimento que se interacionam: representação mental-tipo e representação mental-ocorrente. A representação mental-tipo está armazenada na memória social e caracteriza a cultura e a ideologia do grupo; a representação mental, ao ser ativada para a Memória de Trabalho, guia a representação-ocorrente que, nesse momento, é construída pelo processador da informação, como nova forma de conhecimento.

Sendo assim, cada grupo social tem conhecimentos sociais comuns ao grupo que é o marco de suas cognições sociais. Logo, os grupos sociais estão em constante conflito inter-grupal. Como os discursos públicos têm acesso a diferentes grupos sociais, há uma Memória Social extragrupal.

A Cognição é entendida como formas de conhecimento, que por serem crenças, ou seja, decorrentes da projeção de um ponto de vista, constróem conhecimentos avaliativos que compõem o marco das cognições sociais grupal. Todavia, as cognições podem, também, ser individuais, quando estas são

construídas, a partir de experiências pessoais. Ainda que tais cognições sejam individuais, esses conhecimentos são guiados pelo social.

1.6 Cognição, discurso e interação: as memórias e formas de conhecimentos

Tratar do texto e do discurso, numa visão pragmática, passou a exigir dos estudiosos sobre o assunto uma abordagem do uso efetivo da língua e não apenas o estudo de estruturas gramaticais sistêmicas. Para tanto, foi necessária uma visão multidisciplinar sobre o objeto de estudo. Em se tratando da cognição e da interação social no discurso, sabe-se que a teoria das memórias trouxe contribuições.

Kintsch e van Dijk (1983) tratam das estratégias de compreensão discursiva com a teoria das memórias por armazém que diferencia as Memórias de Longo, Médio e Curto Prazo. A informação é recebida pela Memória de Curto Prazo que, por sua vez, é sensorial e quantitativa. Ela é responsável pela entrada da informação, controlada quantitativamente por uma unidade de armazenamento, isto é, o *chumk*. Se o *chumk* estiver lotado, a informação que entra ficará perdida. Logo, as informações do *chumk* precisam ser processadas, mantendo-o vazio para receber novas informações. O esvaziamento dessa Memória é realizado pelo processamento qualitativo das informações, na Memória de Trabalho, a fim de atribuir sentido à informação entrada.

Entre a Memória de Médio Prazo e a de Curto Prazo, situa-se a Memória de Trabalho, responsável pelo processamento das informações, transformando as expressões lingüísticas em proposições, a saber, unidades semânticas, de forma a esvaziar o *chumk*. A Memória de Médio Prazo armazena, temporariamente, o conteúdo semântico processado, sendo responsável pela construção das representações mentais, que ocorrem e se tornam formas de conhecimentos.

As informações entradas, que estavam representadas em língua, são armazenadas como representações semânticas, ou seja, quando a informação é

processada, essa memória retém apenas o essencial da informação que mais tarde possibilitará a expansão e a redução dos sentidos armazenados, por meio de um processo de recursividade.

Assim visto, a expansão será realizada, ativando conhecimentos armazenados na Memória de Longo Prazo, por meio de inferências e implícitos, gera uma série de proposições, que gerarão outras, de acordo com o reconhecimento da nova informação. Por este processo, instaura-se o contexto cognitivo, que vai se organizando seqüencialmente na memória.

Na redução, constróem-se os sentidos mais globais. O produtor seleciona os macroatos de fala, que dependerão de suas intenções e propósitos, para que o seu interlocutor reconheça e agrupe por categorias textuais as macroproposições do modelo de situação e de contexto que focalizam o tema textual.

A memória de longo prazo é local, onde são armazenados os conhecimentos já processados. Essa memória é composta por dois armazéns, um social e um individual. A Memória de Longo Prazo social retém as formas de conhecimento, construídas em sociedade, no e pelo discurso. A Memória de Longo Prazo individual armazena formas de conhecimentos, construídas a partir de experiências pessoais. Assim, a Memória de Longo Prazo armazena todos os conhecimentos do indivíduo, ou seja, conhecimentos relativos ao mundo em geral e conhecimentos particulares.

Os conhecimentos, armazenados na Memória de Longo Prazo, estão organizados em diferentes sistemas de conhecimentos que, de forma geral, são designados por conhecimentos enciclopédicos, conhecimentos de língua e conhecimentos interacionais.

Os conhecimentos enciclopédicos são os conhecimentos de mundo, relativos às representações mentais do mundo. O sistema da língua armazena os conhecimentos lexicais e gramaticais das línguas dominadas por um indivíduo. O sistema interacional guarda esquemas mentais de interações sociais, tais como:

atos e macro atos de fala, contextos de práticas discursivas, máximas conversacionais, condições de produção discursiva, usos de argumentos e superestruturas textuais.

Os conhecimentos sociais, armazenados na Memória de Longo Prazo, compõem o marco das cognições sociais. Tal marco guia, na Memória de Trabalho, a construção dos conhecimentos, enquanto representações mentais ocorrentes. Se por um lado, o armazém social é conhecido por todos os membros do grupo social, por outro, o armazém individual diferencia as pessoas no seu intra-grupo. Isto explica por que os membros de um mesmo grupo social têm reações diferentes, frente a um mesmo acontecimento do mundo.

Segundo a teoria dos esquemas, os conhecimentos são estruturados por esquemas mentais diferenciados, dependendo do sistema de armazenamento. No que se refere aos conhecimentos enciclopédicos, o esquema é definido por um sentido mais global, o *frame*, e uma ordem cronológica dada às ações do sentido secundário, o *script*.

1.7 Implícitos culturais

Durante o estruturalismo lingüístico, os estudiosos estiveram preocupados com o sistema, e a língua foi descrita de forma ideal e abstrata; por essa razão, não trataram do uso efetivo da língua. Assim sendo, tais estudos são realizados com a crença no significado unitário do signo, ou seja, para cada significante corresponde um significado lingüístico. Mais tarde, a partir da década de 60, no século XX, as insatisfações existentes propiciaram que os estudos lingüísticos, com enfoque pragmático, passassem a privilegiar a fala. As contribuições dadas permitiram que o objeto de estudo passasse a ser o texto e o discurso e, para tanto, fez-se necessário considerar a noção de implícito.

Questões relativas a implícitos foram tratadas por diferentes lingüistas, entre eles Ducrot e Maingueneau. Ducrot (1987), ao tratar da língua em uso, diferencia o *que se disse* de o *que se quis dizer com o dito*. O autor situa o dito no

componente lingüístico, sustentado pela semântica da língua, ou seja, os conhecimentos que os interlocutores têm de significados lingüísticos; e o não-dito, no componente retórico, com a semântica argumentativa que trata de conhecimentos relativos à argumentação, de forma a tratar das intenções de quem fala, dependendo da situação e do contexto social, a partir de escalas e classes argumentativas. Assim visto, o autor postula que o EU usa a língua como uma forma de ação sobre o OUTRO.

As bases teóricas da semântica argumentativa consideram as noções de posto, pressuposto e subentendido. Após várias investigações, Ducrot propõe que o posto e o pressuposto são formalizados, no dito, pelo componente lingüístico. Para o autor, o pressuposto evidencia a natureza de um elemento semântico, veiculado pelo enunciado, de forma a estabelecer relações com as funções sintáticas gerais. Nessa acepção, o pressuposto constitui-se como elemento do universo do discurso, cujas idéias pertencem ao domínio do locutor-interlocutor, numa cumplicidade fundamental para ligar entre si os participantes do ato de comunicação. O posto é o que o locutor afirma e apresenta, simultaneamente ao ato de comunicação, como se houvesse surgido pela primeira vez, no momento da realização desse ato.

Com referência aos dêiticos discursivos, Ducrot propõe que o pressuposto implica o NÓS e o posto o EU; já o subentendido é repassado ao TU e ocorre em momento posterior ao ato de fala, como se tivesse sido acrescentado, a partir da interpretação do interlocutor. Para que o subentendido seja bem sucedido, é preciso que o TU esteja atento ao que o EU permite que ele conclua, de forma que este acrescente algo ao que foi dito, sem dizê-lo, ao mesmo tempo em que ele é dito.

Na visão de Maingueneau (1996), um implícito é construído como um jogo, entre o dito e o não dito - um jogo que se realiza na fronteira dos mesmos - e, por essa razão, é normal que se passe sem cessar de um para o outro. Assim, para o autor, os pressupostos e subentendidos são tipos de conteúdos implícitos, pois

tanto os pressupostos quanto os subentendidos permitem que o locutor diga sem dizer, de forma a antecipar um determinado conteúdo sem, todavia, assumir essa responsabilidade, considerando-se que um mesmo enunciado, dependendo da contextualização feita, poderá liberar subentendidos diferentes.

A questão dos implícitos culturais tem se tornado uma das questões cruciais para o analista do discurso, pois apenas o conhecimento do sistema da língua, das relações texto e contexto, discurso e enunciação não podem dar conta dos Marcos de Cognições Sociais, onde se situa a cultura e suas relações intra, inter e extragrupos sócio-cognitivos.

1.8 A cortesia

A cortesia verbal é um tema pouco usual nos estudos lingüísticos do Brasil. De forma geral, os estudiosos, neste país, têm privilegiado aspectos lingüísticos que dizem respeito às relações língua oral e escrita, numa perspectiva que abrange, desde as origens históricas do fenômeno estudado e suas representações contemporâneas, até uma grande variedade de exemplo, de forma a transitar pelos dialetos sociais e chegar mesmo até às suas formas literárias ou midiáticas. (Cf. Preti 2008)

O ritual de cortesia, fazendo parte dos costumes sociais, pode ser considerado uma das estratégias fundamentais do processo interacional. Pode-se dizer, conforme Villaça e Bentes (2008), que a cortesia verbal está relacionada ao modo *refinado* de fala, associado a rituais em que a demonstração da existência de uma hierarquia social é fundamental. Ainda, no dizer desses autores, além de propiciar a construção de uma imagem de refinamento para o locutor, conferindo-lhe uma determinada posição de superioridade sociocultural, a cortesia verbal pode também ser uma espécie de demonstração de afeto e/ ou gentileza por parte do locutor que, em determinados rituais de linguagem, procura mostrar respeito por uma suposta delicadeza emocional do interlocutor e, ao mesmo tempo, o seu conhecimento, sensibilidade pragmática e refinamento.

O termo *cortesia* está relacionado a um *estilo* da aristocracia da elite feudal, atribuindo a seus membros certas qualidades como lealdade, generosidade, valentia, boa educação, entre outros. Dessa forma, a cortesia verbal é vista como o *falar bem*, pois pressupõe não apenas o domínio da variedade padrão normativa da língua, mas também a exibição de uma competência comunicativa, relativa ao domínio da linguagem, usada em contextos mais formais de produção.

Segundo Villaça e Bentes (2008), *falar bem*, no empreendimento complicado em qualquer língua, é ser polido. Para as autoras, os conceitos de polidez e cortesia são forjados em meio a práticas sociais, fenômenos constitutivamente culturais. Esses termos designam determinadas formas de representação da estrutura e do funcionamento dos regimes simbólicos da interação social. Por essa razão, o que é aceito como cortês, a um determinado grupo social, pode não sê-lo a outro.

No campo dos estudos da linguagem, a polidez tem sido associada intrinsecamente à noção de face, ou seja, processo por meio dos quais os interlocutores se representam uns diante dos outros de determinada maneira, o que os leva a agir de formas diferentes, sobretudo em termos de como usar efetivamente a língua.

Ao se introduzir a polidez na noção de contrato conversacional, cada participante traz consigo o conhecimento do conjunto inicial de direitos e obrigações que vão determinar, pelo menos nos primeiros estágios, o que cada participante pode esperar do(s) outro (s). Todavia, no decorrer da interação ou devido a uma mudança de contexto, os participantes necessitam reajustar o conhecimento de quais direitos e obrigações têm para com os outros. Nesse sentido, a polidez é uma contínua negociação.

Segundo Villaça e Bentes (idem), de modo geral, as normas de polidez seriam aquelas reguladoras do *face work*, ou, nos termos de Fraser (1975;1990), determinadas pelo contrato conversacional. Dessa forma, a polidez é definida pelo uso de expressões lingüísticas da cortesia e da posição social.

Contudo, muitos autores não fazem distinção entre polidez e cortesia e, quando o fazem, tratam da polidez como um fenômeno da cortesia, pois a cortesia pode manifestar-se através de um repertório de marcas lingüísticas, dentre as quais se situam as marcas de atenuação, bem como outras formas de manifestação de gentileza.

Em síntese, este capítulo procurou rever, desde os princípios da lingüística de Saussure, até a contemporaneidade, além de alguns conceitos básicos para situar aspectos da gramática sistêmico-funcional, a serem estudados no próximo capítulo.

*A todas as produções da literatura de um idioma ,
a excelência delas não dependerá meramente da propriedade
nos vocábulos, na composição das sentenças, na estrutura dos
períodos , mas, outrossim, da cor e do estilo geral da obra .*

Escritos e Discursos Seletos

Rui Barbosa

Capítulo II - O Uso Efetivo da Negação no Português Brasileiro:

Gramática e Gramaticalização

Este capítulo está composto de noções teóricas que propiciam discutir a complexidade dos termos funcional e gramaticalização. Segundo Gonçalves et Alii (2007):

dentre os vários processos de mudança lingüística, a gramaticalização é considerada um dos mais comuns que se tem observado das línguas em geral. A constante renovação do sistema lingüístico- percebida, sobretudo, pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes- trás à tona a noção de " gramática emergente", concepção assumida de modo explícito ou não por vários estudiosos da gramaticalização. Hopper (1987), Por exemplo, entende a gramática das línguas como constituídas de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso. Subjazem a este entendimento uma concepção de língua com atividade no tempo real e a postulação de que, a rigor, não há gramática como produto acabado, mas sim constantemente gramaticalização.

A constante renovação do sistema lingüístico está relacionada ao termo funcional.

2.1 Os termos: funcional, função e funcionalismo

Desde que no *Curso de Lingüística Geral*, Saussure propôs que o objeto da lingüística é a linguagem humana e que esta é heteróclita, ou seja, por ter várias naturezas e funções, começou-se a questionar qual relação se estabelece entre língua e linguagem. As concepções propostas são variadas, dentre as quais:

- a língua estrutura o pensamento;
- a língua estrutura a comunicação; e
- a língua estrutura o mundo a partir da linguagem.

Desde a década de sessenta do século passado, André Martinet (1994, p. 13) examina essa relação que trata pelo termo função. O autor afirma que o termo

funcional é usado pelos lingüistas em referência ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros. O autor, buscando definir função, atribui as seguintes concepções:

1. o valor de *papel* ou de *utilidade de um objeto ou de um comportamento*;
2. o valor de *papel de uma palavra em uma oração* acrescentado ao sentido que a palavra tem num determinado contexto;
3. o valor matemático de *grandeza independente de uma ou de diversas variáveis*

No entanto, para outros autores o termo *função* tem o seu sentido matemático de uma relação especial entre dois conjuntos na qual todos os elementos de um conjunto, o domínio, têm apenas um elemento correspondente no outro conjunto, o contra-domínio.

Já para outros lingüistas, opondo-se a essa concepção, o termo *função* refere-se aos casos que a álgebra denomina como *relações*. Neste mesmo sentido, Dillinger (1998) cita Garvin (1978) que propõe que o termo *função* pode designar as seguintes relações:

1. entre uma forma e outra: função interna;
2. entre uma forma e seu significado: função semântica; e
3. entre o sistema de formas e seu contexto: função externa.

Na visão funcionalista de Halliday (1973) a noção de *função* refere-se ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda que são muitos e variados. Dessa forma, o termo *função* nem sempre tem o mesmo sentido e a mesma abrangência.

São conhecidas as funções propostas por Jakobson (1969):

- ao contexto: função referencial;
- ao remetente: função emotiva;

- ao destinatário: função conativa;
- ao contato: função fática;
- ao código: função meta-linguagem; e
- à mensagem: função poética.

Progressivamente, ao se dar atenção à enunciação, a linguagem foi vista como função interpessoal, isto é, o falante usa a linguagem para participar do evento de fala. Dessa forma, ele expressa seu julgamento pessoal, suas atitudes e as relações interpessoais que ele estabelece entre si próprio e seu interlocutor, no ato comunicativo, em que está inserido.

Em relação ao texto, propõe-se a função *textual* que é relativa à construção do texto. Essa função opera no co-texto, em relação coesiva; opera, também, na situação discursiva em que se produz o texto. Frente ao exposto, pode-se verificar que o termo *função* apresenta uma variedade de empregos.

Diante dos estudos de Moura Neves (1997), entende-se, por gramática funcional, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Em outros termos, entende-se a gramática e suas unidades como sendo acessíveis e guiadas pelas intenções do seu uso. Neste contexto, a noção de competência lingüística foi estendida para a noção de competência comunicativa, isto é, um saber interiorizado que as pessoas têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória. Por isso, foi acrescentada, à descrição gramatical anterior, a descrição das regras, para o uso social apropriado da linguagem.

2.2 A língua numa visão funcional

Ainda, no que diz respeito à visão funcional, pode-se entender que a língua é um instrumento de ação social entre pessoas, usado com o objetivo principal de estabelecer relações interacionais comunicativas.

Dik (1978) afirma que a expressão lingüística utilizada na construção do texto verbal é função:

- a. da intenção do falante;
- b. da informação pragmática do falante; e
- c. da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário.

E a interpretação do destinatário é função:

- a. da expressão lingüística;
- b. da informação pragmática do destinatário; e
- c. da sua conjectura sobre a intenção comunicativa que o falante tenha tido;

Para este autor, em qualquer estágio da interação verbal, o falante e o destinatário têm informação pragmática. Quando o falante diz algo a seu destinatário, sua intenção é provocar alguma modificação na informação pragmática dele. Para tanto, o falante tem de formar alguma espécie de intenção comunicativa, uma espécie de plano mental, relativa à modificação particular que ele quer provocar na informação pragmática do destinatário.

Logo, é importante considerar, ao se estudar a língua como instrumento de interação verbal, que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é *mediada*, mas não *estabelecida pela* expressão lingüística. É, pois, neste sentido, que se dá importância aos implícitos culturais e ideológicos contidos na expressão lingüística, uma vez que o destinatário interpretará tais implícitos, considerando, apenas em parte, a informação nela contida.

Sendo assim, examinar a língua em seu uso efetivo em interações verbais requer que o lingüista se ocupe de dois tipos de sistemas de regras: as regras sistêmicas -- semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas que governam a constituição das expressões lingüísticas -- e as regras pragmáticas -- que governam os padrões de interação verbal em que as expressões lingüísticas são usadas --. As regras pragmáticas necessitam de uma descrição precisa e

completa e que inclua referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto, dentro da situação de interação, determinada socioculturalmente.

2.3 O funcionalismo na linguística

Da mesma forma que há diferentes concepções para o termo *função*, há também para o termo *funcionalista*. Segundo Dik (1978), a teoria funcionalista distingue o *sistema* da língua e o *uso* da língua.

A forma sistêmica dos enunciados, independente de sua função, é adquirida na fala. Por isso, uma visão funcionalista inclui referência ao falante, ao ouvinte, seus papéis e estatuto, dentro da situação de interação comunicativa determinada socioculturalmente.

Em seus estudos, o autor Dik (idem) assegura que, para se fazer a descrição funcional, é necessário considerar e selecionar os dados lingüísticos concretos das línguas particulares, em cujo topo, estão os princípios que abrange a organização de todas as línguas.

Uma gramática funcional tem de apresentar uma adequação pragmática e uma adequação psicológica. Nesse sentido, as expressões lingüísticas devem ser pensadas não como objetos isolados, mas como instrumentos, utilizados pelo falante, para evocar no ouvinte a interpretação por ele desejada.

Uma gramática funcional que deseje obter adequação pragmática e psicológica deve refletir, de algum modo uma diferença entre produção e compreensão. Os modelos de produção definem como os falantes constroem e formulam as expressões lingüísticas e os modelos de compreensão definem como os destinatários processam e interpretam as expressões lingüísticas.

2.4 Gramática funcional e cognitivismo

Estabelecer uma relação entre gramática e cognição supõe que a estruturação das categorias lingüísticas é feita dentro dos mesmos princípios que orientam a estruturação de todas as categorias humanas, as perceptuais, por exemplo. Em outros termos, supõem -se que a teoria gramatical deve ser capaz de dar conta das relações existentes entre as categorias lingüísticas e as categorias cognitivas.

Sendo assim, pode-se entender que há uma categoria radial, contendo um centro categorial e membros não-centrais que se explicam como extensão motivada daquele centro. Neste caso, por exemplo, considerando-se a negação uma categoria radial, no centro categorial estão agrupadas as expressões “não, nunca, jamais”, já nos membros não-centrais, as extensões, os diferentes tipos de negação, de um lado que têm correspondência com o lexema central “não” e, de outro, têm correspondência com os diversos modelos cognitivos que podem estar ligados a esse centro, tais como o da rejeição, desistência, ausência, dentre outros. Desse modo, constrói-se uma rede semântica na qual a relação, entre a forma e o significado, é regular e direta e delas derivam outras correspondências entre forma e significado.

Diante disto, entende-se que a relação entre cognição e gramática implica a estrutura da língua refletindo, de algum modo a estrutura da experiência, ou seja, a estrutura do mundo na perspectiva imposta sobre o mundo pelo falante. Quanto à gramática funcional cognitiva, esta implica, também, a imposição do falante de seu ponto de vista cultural e ideológico.

2.5 A gramaticalização

Moura Neves (1997) assegura, em seus estudos relativos à “gramaticalização” que estes remontam ao século X na China e, a partir do século XVII na França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. No século XX houve a preocupação de se introduzir o termo *gramaticalização* por Meillet (1912) que

definiu esse processo como *a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma*. Meillet observou que, havendo gramaticalização em todos os casos, em que se podia conhecer a fonte primeira de uma forma gramatical, essa fonte era uma palavra lexical e que a transição do gramatical para o lexical é sempre uma espécie de *continuum*.

Moura Neves (1997) diz que apenas Wilhelm von Humboldt antes de Meillet chegou tão longe em suas conclusões sobre o processo de gramaticalização. Humboldt publicou em 1822 uma obra intitulada *Sobre a genesi das formas gramaticais e a influência dessas formas na evolução das idéias*. Nessa obra, o autor se questiona a respeito de um estágio histórico da língua no qual só as idéias concretas podiam ser expressas, pelo léxico. A partir desse pressuposto, o autor propõe que a estrutura gramatical das línguas humanas resulta da gramaticalização de expressões de idéias concretas.

Na década de setenta, ocorre o resgate do estudo desse fenômeno, em consequência do interesse dos lingüistas pela pragmática e pela tipologia textual. Um dos primeiros autores é Givon (1971) que lançou o seguinte postulado *a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*.

Atualmente, a gramaticalização é definida como o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos a adquirir funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

O estudo da gramaticalização, portanto, segundo Neves, põe em evidência a tensão entre a expressão lexical, relativamente livre de restrições, e a codificação morfossintática, mais sujeita a restrições, salientando a indeterminação relativa da língua e o caráter não-discreto de suas categorias. A autora apresenta, ainda, uma oscilação de termos para designar o referido processo: *gramaticalização, gramaticização e gramatização*. Parece, todavia, haver preferência para o termo *gramaticalização*.

Esse processo de construir unidades gramaticais a partir de unidades autônomas tem recebido tanto um tratamento sincrônico quanto um tratamento diacrônico. Nesse sentido, há uma divergência na consideração da gramaticalização que diz respeito, exatamente à avaliação do campo primário, no qual o fenômeno tem de ser colocado: diacronia ou sincronia?

Sem dúvida, uma das questões pertinentes para o estudo da gramática funcional é essa oposição *diacronia/sincronia*. Claro está que tratar a língua em seu funcionamento implica situá-la a serviço das necessidades dos seus usuários, e, a partir daí, considerá-la em constante modificação.

Já Ferdinand Saussure em *seu Curso de Lingüística Geral* trata da dicotomia *sincronia e diacronia*, inserindo a *pancrônia*; enquanto a sincronia e diacronia são métodos para se estudar a língua, a pancrônia é a dinâmica da língua. A sincronia refere-se a um único estado de língua; a diacronia, a mais de um estado de língua o que requer, no eixo da história, uma comparação evolutiva. A pancrônia compreende que em um mesmo estado de língua há elementos conservadores e inovadores, em dinamismo.

Coseriu (1967) critica a dicotomia diacronia e sincronia e propõe que a língua não é nem sincrônica nem diacrônica, pois ela está sintonizada com os falantes.

Nesse sentido, Martinet (1994, p.17) observa que não se pode confundir sincronia com estaticidade, pois todo estado de língua está sempre em curso de evolução:

uma descrição sincrônica implica não apenas que sejam marcadas, a cada ponto, as latitudes de variação não impedoras do estabelecimento da comunicação, mas ainda que o funcionamento sincrônico só pode ser destacado e descrito se forem contrastadas as variações existentes entre as gerações e as classes sociais em presença.

A lingüística diacrônica incorpora a gramaticalização como um meio para analisar a evolução lingüística e reconstruir a história de uma determinada língua

ou grupos de língua, além de relacionar as estruturas lingüísticas do momento com padrões anteriores e do uso lingüístico. Assim, o estudo da gramaticalização, com perspectiva histórica, objetiva estudar as origens das formas gramaticais bem como as mudanças típicas que as afetam.

Os que situam a gramaticalização numa perspectiva sincrônica objetiva estudar o fenômeno do ponto de vista de padrões fluidos do uso lingüístico. Outros com perspectiva pancrônica tratam a gramaticalização como impraticável se houver separação rígida entre sincronia e diacronia já que uma não pode ser entendida independente da outra. Dessa forma, a gramaticalização pode ser descrita alternativamente como um fenômeno diacrônico ou sincrônico.

A perspectiva pancrônica acentua a interdependência entre o sistema lingüístico e seu uso, e entre a natureza fluida da gramática e a importância da história para a compreensão da gramática sincrônica.

Segundo Neves (1997, p.118), a questão *diacronia* versus *sincronia* liga-se a questão *caráter gradual* versus *caráter instantâneo* da gramaticalização:

se considerado do ponto de vista histórico, o processo é gradual: o que ocorre é que, embora se possa encontrar, num determinado momento, uma estrutura substituindo completamente outra por um considerável período de tempo coexistem, a forma nova e a velha, que entram em variação, sob diversas condições; e essa variação encontrada nada mais é do que o reflexo do caráter gradual da mudança lingüística.

Ao tratar da gramaticalização do ponto de vista cognitivo, Givón (1994) afirma que a gramaticalização é um processo instantâneo, envolvendo um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida e é explorada. Assim, por exemplo, um item primitivamente lexical gramaticaliza-se pelo uso como uma unidade gramatical em um novo contexto. Conseqüentemente, deve haver de um lado a semântica e a pragmática, ligadas à extensão analógica funcional e, de outro, a fonologia e a morfossintaxe ligadas ao ajustamento lingüístico estrutural.

O português brasileiro apresenta muitos casos de gramaticalização, por exemplo, as preposições "durante e mediante", locuções prepositivas como "a par de, a fim de"; conjunções como "conforme, segundo" e locuções conjuntivas como "a não ser que, posto que".

A intervenção da pragmática, no processo de gramaticalização, configura-se, na visão do processo, como uma reanálise não apenas do material lexical em material gramatical, mas também dos padrões discursivos em padrões gramaticais.

Heine et alii (1991) inserem sob o termo *gramaticalização*:

- O percurso de um morfema do estatuto lexical para o estatuto gramatical;
- E o percurso do estatuto menos gramatical para o estatuto mais gramatical.

Desse modo, o processo de gramaticalização compreende não apenas a evolução de um morfema lexical para um morfema gramatical, como também a aquisição de novas propriedades por um elemento já gramatical.

Gonçalves et alii (2007) ao tratar da gramaticalização afirma que nas categorias lexicais, podem ser identificados estágios que caracterizam a mudança do *[lexical]* > *[gramatical]* . ou do *[lexical]* > *[+. É gramatical]*. É, especialmente em Leehmann (1995 [1992]) que se identificam , os estágios que seguem e serão comentados e exemplificados: *sintatização, morfologização e desmorfemização*. No esquema de Lehmann identificam-se as fases de da gramaticalização, relacionados ao nível de atuação e à técnica interposta na análise dos itens em mudança.

Nível	Discurso	Sintaxe	Morfologia	Morfofonêmica
Técnica	Isolante > Analítica > Sintático-aglutinativa > Sintético-zero > flexional			
	↑	↑	↑	
Fase	Sintatização	Morfologização	Desmorfenização	perda
Processo	Gramaticalização			

A intervenção da pragmática, na consideração do processo de gramaticalização defendida por Givon (1979, apud Moura Neves 1997) configura a visão do processo como uma reanálise não apenas do material lexical em material gramatical, mas também dos padrões discursivos em padrões gramaticais. A passagem se daria, dessa maneira, no sentido do discurso para a manifestação zero, passando sucessivamente pela sintaxe, pela morfologia e pela morfofonêmica.

Heine et ali (1991) entendem sobre o termo *gramaticalização* tanto o percurso de um morfema do estatuto lexical para o gramatical como o percurso do estatuto menos gramatical para o mais gramatical. Todavia, para o autor, os casos de itens lexicais que adquirem função gramatical são os considerados como os casos prototípicos de gramaticalização.

A unidirecionalidade de gramaticalização é considerada a característica básica desse processo, partindo-se do princípio de que uma mudança que ocorre numa direção específica não pode ser revertida.

Heine (idem) subespecificam em outras essa característica geral, de forma a apresentar cinco subespecificações, a saber:

- a. precedência do desvio funcional (conceptual ou semântico) sobre o formal (morfo sintático e fonológico);
- b. descategorização de categorias lexicais prototípicas;
- c. possibilidade de recategorização com o restabelecimento da iconicidade entre forma e significados;
- d. perda de autonomia de um elemento (uma palavra autônoma passa a clítica, um clítico passa a fixo); e
- e. erosão e enfraquecimento formal.

Na visão de Hopper e Traugott (apud Moura Neves 1997, p. 121) a característica unidirecional da gramaticalização implica considerar uma escala do seguinte tipo:

- item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional.

Hopper (1991) descreveu alguns dos “princípios” que segundo ele, regem a gramaticalização. São eles:

1. estratificação, que se refere a coexistência de formas com função similar, que podem ou não, ser estáveis: dentro de um amplo domínio funcional, novas camadas emergem continuamente.
2. divergência, que é um caso particular de estratificação, já que também implica certa coexistência de formas: quando uma forma gramatical se gramaticaliza passando a um clítico ou um afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que os itens lexicais comuns.
3. especialização, que se refere à possibilidade de que um item se torne obrigatório, pela diminuição da possibilidade de escolha: dentro de um domínio funcional é possível uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas; quando ocorre gramaticalização, essa variedade de escolhas formais se reduz e as formas selecionadas, em número menor, assumem significados gramaticais mais gerais.

4. persistência, que se refere à permanência de vestígios do significado lexical original, muitas vezes refletido em restrições sobre o comportamento gramatical do item: quando uma forma sofre gramaticalização, de uma função lexical para uma função gramatical, enquanto ela for gramaticalmente viável alguns traços de seus significados lexicais tendem a substituir, e particularidades de sua história lexical podem ser refletidas em restrições sobre a sua distribuição gramatical.
5. descategorização, que se refere a uma diminuição do estatuto categorial de itens gramaticalizados, e conseqüente aparecimento de formas híbridas: sofrer gramaticalização, as formas tendem a perder ou neutralizar os marcadores morfológicos e as características sintáticas próprias das categorias plenas nome e verbo, e assumir atributos característicos de categorias secundárias como adjetivo, particípio, preposição, entre outros.

Além dos princípios que regem a gramaticalização citados é, também, necessário tratar da abstração.

Heine et alii (1991) distinguem três modos de uso do termo abstração: a) a abstração generalizadora, que consiste na redução do número de traços distintivos de um conceito, com limitação às características centrais; b) a abstração isoladora, que separa um traço particular que não necessariamente o “núcleo característico” do conceito; c) a abstração metafórica, que serve para relacionar conceitos “mais abstratos” a conceitos mais concretos por meio de domínios conceptuais, com os últimos sendo “veículos metafóricos” para os primeiros. A gramaticalização é um processo de base metafórica, já que sua função é a conceptualização obtida na expressão de uma coisa por outra.

Genetti (1991) apresenta as seguintes tendências para caracterizar a mudança semântica que ocorre no processo de gramaticalização:

1. os significados baseados na situação externa passam a significar baseados na situação interna (avaliativa/perceptual/cognitiva);

2. os significados baseados na situação externa ou interna passam a significados baseados na situação textual (= coesiva);
3. os significados tendem a tornar-se cada vez mais baseados na atitude subjetiva do falante diante da situação.

A análise das mudanças semânticas podem ser feita numa leitura metafórica. Heine et ali (1991) chamam de “metáforas categoriais”, o seguinte arranjo:

PESSOA > OBJETO > ESPAÇO > TEMPO > PROCESSO > QUALIDADE.

A metáfora e a metonímia são componentes do mesmo processo, a gramaticalização, que leva, segundo o arranjo, dos conceitos gramaticais “concretos” para os “abstratos”. Metonimicamente, o processo é construído numa escala de entidades contíguas que são metonimicamente relacionadas; metaforicamente o processo contém categorias descontínuas, como ESPAÇO, TEMPO ou QUALIDADE.

Pode-se dizer que a mudança metafórica, como diz Givón (1984), é a essência da gramaticalização. É o processo pelo qual a morfologia gramatical se desenvolve a partir de itens lexicais.

2.6 Cortesia/descortesia para a gramaticalização

A sociolingüística trata do uso da língua, a partir de variedades/variações. De forma geral, para essa disciplina, a variação lingüística é explicada qualitativamente pelo social. Dessa forma, as regras conversacionais passam a ser examinadas pelas formas de representação social, ou seja, as imagens que os interactantes querem negociar entre si na troca dos turnos dialógicos.

Segundo Villaça e Bentes (2008, p. 20-21) a cortesia verbal pode ser considerada como um dos fenômenos mais importantes para se tratar, de forma observacional, os processos que regem a distinção de papéis sociais, sob o prisma da sociolingüística. Em outros termos, a cortesia verbal pressupõe à

associação de uma identidade social a uma conduta verbal e, assim, organiza um modo de fala. Segundo as autoras:

pode-se dizer que a cortesia verbal encontra-se primeiramente relacionada a um modo 'refinado' de fala, associado a rituais nos quais a demonstração de existência de uma hierarquia social é fundamental. Em segundo lugar, além de propiciar a construção de uma imagem de refinamento para o locutor, conferindo-lhe uma determinada posição de superioridade socio-cultural (a posição de uma pessoa cortês, distinta), a cortesia lingüística pode também ser uma espécie de "exibição de afeto e/ ou de gentileza" por parte do locutor que, em determinados rituais de linguagem, procura mostrar respeito por uma suposta delicadeza emocional do interlocutor e, ao mesmo tempo, o seu próprio conhecimento, sensibilidade pragmática e refinamento. Em função disso, a cortesia verbal evoca situações, pessoas e determinadas formas lingüísticas (...).

Villaça e Bentes (idem) diferenciam a cortesia da polidez, embora ambos os fenômenos sejam constitutivamente culturais. Para as autoras, no campo dos estudos da linguagem, a polidez tem sido associada intrinsecamente à noção de faces.

Segundo Goffman (1972), toda interação compreende processos figurativos em ação, isto é, processos por meio dos quais os interactantes se representam uns diante dos outros de determinadas maneiras, de forma a construir uma imagem de si. Dessa forma, os interactantes agem de formas diferentes inclusive no uso da língua. É a essas formas de representação que Goffman denomina *face*. Segundo ele, os interactantes procuram, em cada interação, evitar qualquer tipo de agressão à sua face e à do parceiro: é o *trabalho de preservação das faces*, que se concretiza, particularmente, pelo uso de expressões lingüísticas.

Holmes (2001) busca diferenciar o que é ou não considerado polido, em uma determinada comunidade e propõe que essa diferença envolva o acesso a relações sociais, ao longo das dimensões de distância social/solidariedade e de maior ou menos *status* social. Segundo a autora, as pessoas precisam entender os valores sociais de uma determinada sociedade para que elas possam ser

polidas. Ao considerar os dois eixos (o de distância/solidariedade e relativo poder ou *status*) Holmes propõe dois tipos de polidez: a positiva e a negativa.

A polidez positiva é orientada pela solidariedade e enfatiza valores compartilhados e atitudes convencionadas. A polidez negativa decorre do fato de alguém se expressar, de forma apropriada, em termos de distância social e de respeito às diferenças de *status*. Por fim, ser educado envolve, também, a dimensão da formalidade, como por exemplo: em um tribunal, o promotor chamar o juiz de “excelência”, “meritíssimo” e não pelo seu próprio nome. Ainda para a autora, a descrição sociolingüística do fenômeno de polidez deve considerar:

1. Os valores sociais que guiam a forma como as dimensões sociais de *status*, solidariedade e formalidade são expressas; e
2. Identificar os diferentes pesos desses fatores em diferentes culturas.

Villaça e Bentes (2008) propõem que a polidez esteja mais ligada às normas, convenções e princípios gerais que presidem à interação pela linguagem, em uma dada cultura, em uma dada sociedade.

Assim, (idem, p. 29):

a polidez é uma prática regida por convenções sociais de natureza mais geral impostas ao contrato conversacional, como os princípios de tomadas de turnos na conversação, as formas de tratamento (sujeita às condições específicas de cada cultura), as estratégias de preservação da face etc., de modo que tem mais a ver com a educação, *savoir faire*, obediência às regras gerais da interação social.

Leite (2008) apresenta um percurso histórico da cortesia/descortesia que revela como o homem precisou refrear seus instintos para que a sociedade da qual faz parte pudesse alcançar o nível da civilização.

A autora assegura que a cortesia, na sociedade ocidental européia, resulta da mudança de padrões de comportamento, do feudalismo para o absolutismo. Trata-se, neste caso, de uma lenta e gradual transformação, dos cavaleiros

feudais a homens cortesãos, o que implica a mudança de comportamento de homem brutal, guerreiro, que não tinha um relacionamento social pacífico nem jeito para tratar as mulheres. Por esta transformação, esse homem brutal e guerreiro passa a ter um comportamento cortês, que sabe cortejar e viver na corte. O processo dessa mudança foi vagaroso e exigiu mudanças importantes nas regras de relações pessoais, a fim de que as pessoas encontrassem formas de convivência pacífica. Para tanto, fez-se necessário o polimento de conduta social, a partir de regras de etiqueta social.

O tratamento sobre a questão da “cortesia lingüística”, nos estudos da autora, precisa considerar o fenômeno da cortesia como um todo não somente do ponto de vista lingüístico, mas também pela reflexão sobre os conceitos de “norma” e da “normatividade” a ele inerentes. Na p.54, afirma que:

o fenômeno da cortesia como um todo é resultante de acordos sociais historicamente constituídos, que resultam de práticas sociais assumidas como positivas ou negativas pelos membros de um estrato da sociedade, com relação a circunstâncias da interação social, quer no que diz respeito a comportamentos não-lingüísticos quer a comportamentos lingüísticos ou, também, aos mistos.

A cortesia é um valor associado a certos comportamentos que, em cada tempo e lugar, são admitidos culturalmente, como próprios de pessoas que conhecem e aceitam as regras estabelecidas como corteses e se manifestam de acordo com elas.

A formação do sentido de cortesia é feita por oposição a seu contrário, a descortesia. Esta é caracterizada por todos os comportamentos que ferem as regras estabelecidas como corteses. Dessa forma, cortesia/descortesia são relativas a conhecimentos sociais, portanto, situam-se na Memória Social.

Assim visto, tratar do uso efetivo da negação requer situar a gramaticalização, também, sob um prisma sociolingüístico, de forma a examinar o que está implícito na norma da cortesia lingüística. Esta difere da norma lingüística enquanto gramática sistêmica ou ainda, gramática do uso padrão normativo.

2.7 A imagem, *face*, na visão de Goffman e a gramaticalização

Goffman (1972, p. 5) nos apresenta conceitos de imagem, que, para ele, significa perder a reputação e a honra, sendo que esse conceito é a base de sua teoria. E afirma:

a *face* é a imagem positiva que se tem de si próprio, pelos outros e delineadas em termos de atributos sociais aprovadas... As pessoas estão interessadas *em manter a face*, mas há muitas ocasiões em que sua face, essa imagem positiva, é ameaçada. o próprio falante, ou o interlocutor, podem tomar providências, fazendo um trabalho de face.

Afirma, ainda:

quando o indivíduo está na presença de outros, ambos tratam de obter o máximo de informações possível um acerca do outro. Isto lhes permitem definir a situação e o contexto, considerados fatores imprescindíveis para o estabelecimento de uma comunicação.

Ele fala, também, sobre a expressividade do indivíduo e faz a distinção entre a expressão que mostra e que emana do indivíduo (GOFFMAN, 1972). A primeira inclui os símbolos verbais, e a segunda, os não-verbais; em outras palavras, as ações que os outros interpretam são sintomáticas e estão sujeitas ao indivíduo e, também, ao contexto. Essas ações conduzem os demais participantes do diálogo a adquirirem uma determinada postura de acordo com a imagem que desejam retratar. O autor esclarece: *a fachada é a parte de atuação do indivíduo que funciona regularmente de modo geral e perfilado, a fim de definir a situação com respeito àqueles que observam a dita situação.*

Nesse sentido, o indivíduo procura manter imagem positiva de si mesmo e espera que seja aceita por seu interlocutor, assim como ele respeita as demais imagens. Para que ocorra a aceitabilidade, quando se está em presença do outro, a maneira de agir é determinada pela impressão que se deseja transmitir.

Entretando, nem sempre se manifestam os desejos e valores que são próprios, mas sim o que se espera ser consensual em determinado momento. Portanto o mais adequado a esse momento.

De acordo com Goffman (1972), essa é a forma de *modus vivendi* internacional em que os participantes, em conjunto, agem de determinada maneira, para que ocorra uma única definição geral da situação, que implica um acordo real sobre o que existe, e, antes, um acordo real quanto as pretensões de quais pessoas serão temporariamente atacadas.

De acordo com o autor, quando alguém se comunica, há a preocupação em mostrar sua melhor face, no intento de que os outros o aceite e recebam da melhor forma suas palavras, isto é, numa interação que o autor chama de *interação face a face*, em que os participantes do diálogo influenciam as ações uns dos outros.

Durante o diálogo, o falante tenta manter uma imagem de si mesmo por meio de estratégias verbais e não-verbais, que podem ser consciente ou não, e tendem a institucionalizarem-se, dependendo da situação que ocorre a interação dos participantes. É fundamental que os interlocutores aceitem essas estratégias de comportamento, já que têm um efeito estabilizador: evitar ou minimizar os efeitos negativos, ou seja, aqueles que podem desequilibrar a situação e, com isso, desestabilizar o diálogo.

Goffman (1972) descreve estratégias para evitar os efeitos negativos: os processos evasivos, em que se evitam situações embaraçosas e em que se tentam minimizar ou apresentar de forma indireta efeitos negativos e, os processos corretivos em que se adota um comportamento ritual, cerimonial, para compensar os danos produzidos para imagem.

Hernandez (2002) parte do percurso de imagem social postulado por Goffman (1972), qual seja, o de que todos os falantes são conscientes de existência de uma imagem social e das necessidades de orientar-se na direção

dela em suas conversas com outras pessoas. Baseia-se, também, no conceito de imagem encontrado na teoria de Brown & Levinson (1987) e o amplia, pois, enquanto os autores só consideram a imagem do ouvinte nos atos de *cortesia*, Hernandez (2002) leva em conta também a imagem do falante para a realização do ato de *cortesia* e parte da idéia de que a *cortesia* com que um falante se dirige a um ouvinte pode não só satisfazer os desejos da imagem social do ouvinte, como também satisfazer os do próprio falante que realiza o comportamento cortês. Nesse sentido, a *cortesia* consistiria em beneficiar a imagem tanto do falante como do ouvinte. Logo, nessa perspectiva, um equilíbrio na conversação seria alcançado.

Pode-se afirmar que a *cortesia/polidez* está ligada á imagem social e ao contexto sócio-cultural, e a cultura está relacionada com o saber entender e interpretar os papéis que se desempenha em cada situação que é vivida, ou seja, a imagem social.

2.8 O Modelo de cortesia de Brown e Levinson e a gramaticalização

O modelo de cortesia e polidez, desenvolvido por Brown e Levinson (1987), toma por base o modelo de imagem social, estabelecido por Goffman (1972), entre outros, mas é ampliado. Os autores consideram o conceito de imagem como um conjunto de necessidades inerentes ao ser humano.

Nesse sentido Brown e Levinson (1987) formulam sua teoria sobre a imagem levando em consideração que todo ser humano tem uma imagem que é publica e deve-se conservá-la perante a sociedade. Essa imagem tem sempre duas faces, que foram definidas pelos os autores:

- Face positiva: é a imagem que queremos que os outros tenham a nosso respeito, da qual nos orgulhamos, ou seja, o aspecto bom da nossa vida.
- Face negativa: corresponde ao lado que não queremos expor, e nos esforçamos para não deixar o interlocutor conhecer o lado sombrio do nosso ser.

Os autores asseveram que alguns atos verbais e não-verbais, que são realizados em uma interação, constituem-se como ameaças para uma outra face envolvida na situação de interação. Ele as define como FTAs, *atos que ameaçam as faces*.

Segundo kerbrat-Orecchioni (1980) ao descrever o modelo de Brown e Levinson a autora se divide em quatro categorias esses atos de fala:

1. atos que ameaçam a face negativa do emissor, por exemplo, promessas e outras ofertas.
2. atos que ameaçam a face positiva do emissor, por exemplo, confissão, desculpa e autocrítica.
3. atos que ameaçam a face negativa do receptor, por exemplo, perguntas, indiscretas, ordem e proibição.
4. atos que ameaçam a face positiva do receptor, por exemplo, a crítica, a reputação, o insulto e o sarcasmo.

Pode-se depreender que as faces são alvos de ameaças, no entanto, kerbrat-Orecchioni afirma que os atos efetuados de ambas as partes devem obedecer ao comando supremo: *uns e outros, sejam cuidadosos, por que a perda da face é uma falha simbólica que tentamos evitar, na medida do possível, a nos mesmos e dos outros*.

Nesse sentido, pode-se dizer que as faces são contraditoriamente, preservadas/ameaçadas. Essa questão é tratada por Goffman (1972), ao realizar trabalho de figuração, *face-Work*, termo que designa tudo o que uma pessoa empenha para que suas ações não ocasionem a perda da face de ninguém, nem de si mesma.

Brown e Levinson, partindo do conceito de que a polidez é um meio de conciliar o mútuo desejo de preservação das faces com o fato de que a maioria dos atos de fala são potencialmente ameaçados para qualquer dessas faces, faz o inventário e a descrições das diferentes estratégias e dos atenuadores utilizados

para evitar os FTAs. A escolha das estratégias depende da função dos três seguintes fatores: o grau de gravidade do FTA; a distância social entre os interlocutores, e sua relação de poder. Em outros termos, a polidez deve crescer ao mesmo tempo, em que a distância social, o poder e o peso do FTA, também crescem.

2.8.1 Polidez positiva

Brown e Levinson (1987, p. 103) definem a polidez positiva:

a polidez positiva é uma forma de expressão usada como um tipo de extensão metafórica de intimidade, para deduzir uma forma comum ou compartilhar os desejos de uma forma limitada até entre estranhos que estão se conhecendo, para os propósitos da interação, por qualquer razão similar. Pelo mesmo motivo as técnicas da polidez positiva são úteis não apenas para reparação de FTA, mas de modo geral como um tipo de acelerador social, onde S fazendo uso disto indica que deseja uma 'aproximação' com o H.

Para Brown & Levinson (1987, p. 101-129), existem 15 estratégias para a *polidez positiva*:

1. mostrar interesse no que diz respeito ao interlocutor;
2. exagerar, por meio da entonação, acentos ou intensificadores;
3. intensificar o interesse do interlocutor, usando, por exemplo, presente e passado, estilo direto ou expressões como, sabes?
4. usa uma linguagem adaptada ao interlocutor na forma de discurso, de linguagem ou dialetos, de jargão, ou gíria, ou de elipses, diminutivos e outras formas de mostrar afetos.
5. buscar acordos;
6. evitar desacordos ou buscar "pseudo-acordos" como se o falante e o ouvinte chegassem à mesma conclusão, ou seja, dizer mentiras piedosas;
7. estabelecer um terreno comum, falando de coisas não relacionadas com o ato amenizante antes de realizá-lo, ou reduzindo a distância que pode

haver entre o ponto de vista do falante e o do ouvinte. O falante, nesse caso, pode optar por vários elementos lingüísticos que o aproxime do interlocutor e tenha uma conotação familiar;

8. fazer brincadeiras, graças;
9. fazer com que o falante se interessa pelos desejos do ouvinte;
10. oferecer ou prometer coisas, incluindo aquelas que não vão manter;
11. ser otimista, quer dizer, pressupor que o ouvinte queira colaborar;
12. incluindo tanto o falante como o ouvinte na conversa;
13. dar ou perguntar pelos motivos que podem levar ou não a determinada ação;
14. assumir reciprocidade; e
15. fazer agrado ao interlocutor, isto é, mostrar simpatia, compreensão e colaboração.

2.8.2 Polidez negativa

A polidez negativa, na visão de Brown & Levinson (1987, 129-211), é empregada como recurso de análise de expressões verbais dos atos de ameaça à imagem. Nas estratégias de polidez negativa, o desejo do falante é não se impor ao ouvinte, existindo grande distância social e maior nível de formalidade na interlocução, na qual o falante procura elevar o tratamento em relação ao ouvinte empregando *hedges* como uma suavização de sua interlocução.

A polidez positiva é a que se pode observar, sobretudo, nas culturas ocidentais e a que oferece mais elementos lingüísticos convencionalizados. Os autores percebem dez estratégias baseadas na *polidez negativa*:

1. seja convencionalmente indireto, utilizando frases como: pode me passar o sal? que não são ambíguas contextualmente, ou seja, que, não são entendidas como uma pergunta, mas como um pedido; podem ser usadas também perguntas que implicam críticas;
2. mantenha uma certa distância com o interlocutor. Para o interlocutor, o falante pode empregar “*hedges*” (atenuadores); dessa forma, o falante evita

ser acomedido, moderado, isso é fundamental para desarmar as ameaças interacionais

3. não coaja o interlocutor: seja pessimista, expressando dúvidas;
4. minimize a imposição;
5. mostre indiferença;
6. comunique ao interlocutor seus desejos, por exemplo, por meio de desculpa;
7. utilize verbos impessoais, voz passiva, pronomes indefinidos e estilo indireto;
8. use o ato da imagem como uma regra geral;
9. nominalize; e
10. não faça com que o interlocutor se sinta mal por descumprir determinada solicitação.

Neste capítulo, foi realizada uma revisão do termo gramaticalização e a sua importância para se entender a dinâmica da gramática sistêmica. E trata o fenômeno da cortesia e da polidez, de forma a inserí-las como guias de fenômenos da gramaticalização .

*Por que será que não conhecemos
as respostas até encontrarmos
as perguntas?*

*De Fugindo do Ninho
Richard Bach*

Capítulo III - O Uso Efetivo da Negação no Português Brasileiro:

Revisão Sobre os Termos ‘Negação’ e ‘Não’

Este capítulo apresenta uma revisão sobre os termos ‘negação’ e ‘não’, em suas várias definições. Para tanto, buscou-se nos dicionários de Língua Portuguesa, nos dicionários específicos como os de Ciências da Linguagem, Lingüística, Psicologia, Filosofia, além das Gramáticas Tradicionais, antes e pos NGB, bem como a Gramática de Uso.

3.1 As expressões da ‘negação’ nos dicionários de língua

Uma busca realizada em dicionários da Língua Portuguesa propiciou que se entendesse que o vocábulo “negação” contém várias definições:

A Título de exemplificação apresenta-se o verbete ‘negação’ do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda (1986):

Negação [Do latim negatione] S.f. 1Ato de negar. [Sin; negativa e (p. us): nega, negamento .] 2. Falta de vocação ou de aptidão; inaptidão. (Sin (p.us): nega). 3. Falta , ausência . 4 Rejeição , recusa, (sin. Negativa e (p.us.); nega 5. Filos Proposição em que se considera inexistente a relação entre os termos. (Antôn. (nesta acepção) ; afirmativa (6).] 6. Filos Símbolo lógico que representa o universo do discurso diminuído da extensão do termo por ele afetado. Ser a negação. Não ter absolutamente (certa qualidade ou capacidade , para determinada atividade, função, etc) Pedro é a negação do escritos; é a negação da bondade; F. Era a negação do político.

Houaiss, em seu dicionário da Língua Portuguesa, define o termo ‘não’: por várias acepções, a saber:

substantivo feminino:

1. ato ou efeito de negar, de dizer não;
2. o que se nega, o que não se admite como verdade; negativa;

3. falta, carência de algo;
4. ausência de aptidão, de habilitação, inaptidão
5. não-admissão de algo; recusa, rejeição.

Derivação: por metonímia:

palavra ou locução que serve para negar

Ex: “nunca mais” é uma dolorosa negação

- Rubrica: gramática.

Tipo de construção em que entra um vocábulo ou um morfema negativo (ou às vezes dois), que dá como resultado uma frase contrária à frase afirmativa, como em: *Maria não vem/ Maria vem*.

- Rubrica: lógica.

Ação declarativa por meio da qual se nega uma proposição afirmativa anterior; enunciado que separa ou afasta dois conceitos (Representa, junto com a afirmação, uma das duas formas de *asserção*.).

- Rubrica: psicanálise.

Conceito inicialmente usado por Freud (em 1915), mais tarde abandonado, para referir-se a conteúdos inconscientes recalçados.

Hoaiss em seu Dicionário da Língua Portuguesa define o termo ‘não’:

1. Como advérbio: expressa negação

- como recusa absoluta de uma pergunta ou resposta;
- como recusa qualificada às situações anteriores;
- como contestação seguida de nova versão à pergunta ou resposta;
- como nos casos anteriores, mas enfatizado por redobro ou adjunção de outra partícula;
- como negação adversativa;
- como negação dubitativa;
- como interrogação que implica reação afirmativa ou dubitativa;
- em asserções dubitativas ou interrogações dubitativas;

- como equivalente reduzido de oração integrante;
- como antecipação retificada;
- como proposição retificativa;
- como membro de uma construção descontínua;
- ✓ aditivo-adversativa: não só (apenas, unicamente)...mas (se não que, mas ainda, mas também)...
- ✓ explicativo-adversativa: não porque... mas porque...

2. aproximativa: não mais (menos) que

- como dupla negação ou como negação seguida de componente afirmativo com *não sem/não com*;
- como inversor ou, mais raro, como inversor de predicativo;
- como equivalente de quase ou medianamente (um graduador junto de advérbios que representam distância, altura etc), tipo: *longe/não longe; perto/não perto; alto/não alto; baixo/não baixo*;
- como enfático, em construção falsamente negativa, e correntemente desnecessário no contexto;
- nas interrogações negativas equivalentes a afirmações.

3. Como substantivo masculino:

- é uma negativa enfática
- expressa recusa

Ex: Sua resposta foi um sonoro **não**.

• Como elemento de composição:

- antepositivo, seguido de hífen.

Ex: É um **não**-feliz achado.

Hoaiss, em seu dicionário de Língua Portuguesa apresenta, ainda, expressões sistêmicas de negação, tais como: aditivo-adversativa (não só..., apenas, unicamente) explicativa-adversativa: não porque... mas porque... O autor complementa as expressões sistêmicas com suas funções sócio-interacionais, como por exemplo “como recusa absoluta de uma pergunta ou resposta”; “como proposição retificativa”.

Embora haja várias definições contidas na designação vocabular ‘negação’, todas elas podem ser reduzidas a duas dimensões, a saber: interacional e interativa. A dimensão interacional é relativa ao discurso e este, nesta Dissertação, é visto como uma prática sócio-interacional que se define por seus

participantes, suas funções e suas ações. De forma geral, os discursos se apresentam como: discursos públicos institucionalizados e eventos discursivos particulares.

Esta Dissertação privilegia o dizer 'não' em eventos discursivos particulares. Na dimensão discursiva, o uso da negação focalizado, está situado na relação dialógica EU-TU. Nesse sentido, 'negar' implica contradizer, recusar, rejeitar.

A dimensão interativa está relacionada à enunciação/compreensão, do modelo enunciação /compreensão de forma a situar-se no texto, e este, nesta Dissertação, é tratado como um produto verbal que traz representada em língua a informação. O texto é produto da enunciação do EU; sendo assim, a dimensão interativa pode ser formalizada por: EU-Texto - Texto-TU.

ORECCHIONI (1980) trata da enunciação e da subjetividade na linguagem. Segundo a autora, os textos enunciados não se diferenciam em objetivos/subjetivos, pois todos os textos verbais são produtos da subjetividade do EU. Dessa forma, há diferença entre graus de subjetividade representada no texto verbal: menos objetivos/ mais subjetivos.

Nesse sentido, ao se enunciar, há diferença entre as unidades que compõem o quadro enunciativo: EU/TU/ELE.

O EU é guiado pelas suas intenções e, dessa forma, seleciona no sistema da língua unidades para construir o seu produto enunciado. Essa seleção é guiada, intencionalmente, pela subjetividade do EU, de forma a deixar no texto-produto enunciado a sua subjetividade de enunciador. O TU precisa reconhecer, na subjetividade enunciada, as saliências que guiam a própria produção de sentidos.

3. 2 Segundo os dicionários especializados

Mattoso Câmara Jr. (1964), em seu *Dicionário de Gramática* referente à Língua Portuguesa, diferencia a negação em sentido *lato* e em sentido *strito*, não faz a diferença entre a língua em uso e fora do uso. O autor complementa as definições vocabulares com uma visão histórica da Língua portuguesa, relativa às expressões nunca, jamais, nenhures.

Segundo o autor:

Negação em sentido lato, qualquer frase negativa, opondo-se a afirmação ; ex: *Não quero_Quero*. Em sentido estrito, o vocábulo ou partícula que torna negativa uma frase que sem ela seria afirmativa. Em português a partícula negativa, por excelência, é *não* (lat. *Non*). Aparece : a) isolada, como vocábulo autônomo , ou partícula frasal, oposto a sim, constituindo uma e outra um monorrema (v) (saíste?)_Não) b) próclitica a um verbo (v proclise) (ex: _Não saí!).

Além dessa partícula, há em português _ a) pronome, e – b) advérbios, negativos, como _a)pronomes, e _ advérbios negativos, como _ a) nenhum, ninguém, nada(v indefinidos) ,

b)nunca, jamais, nenhures . Alguns desses vocábulos provém de um correspondente negativo, em latim (*numquam>nunca*); outros formaram-se em português por aglutinação (ex; *nenhum>ne (n) /+um / u (n)/*, com epentese (v.) de /n'/. um terceiro grupo é constituído de vocábulos primitivamente afirmativos, que se tornam negativos pela associação com a partícula *não* em frases negativas frequentes; assim nada (lat. *Natam*, part. Pass. de nasci "nacer") provém da locução *rem natam* "coisa nascida" ou "coisa que exista", para reforçar a negação (ex. *Non habeo rem natam*), havendo no romance português a elipse de *rem*. Também se verificou a elipse de *natam*, donde em francês *rien* (ex. "*Não dou por talenfinta ren*", cf Nunes, 1926,II,12)."

Ducrot & Todorov (1976), na obra *Dicionário das Ciências da Linguagem*, apresentam a negação de duas maneiras distintas, podendo ser considerada como: uma asserção que um predicado negativo atribui a um sujeito ou, também como uma modalidade de proposição contrária a uma proposição positiva:

A negação. Seja o enunciado <Pedro não é prestável>. Deve ser considerado: a) como a asserção que um predicado negativo (<

<não ser prestável>>) deve ser atribuído a Pedro, ou b) ver aí uma modalidade de negação aplicada a uma proposição positiva. As duas soluções esquematizam-se assim: modalidade predicado sujeito a) - não ser prestável Pedro; b) Neg. ser prestável Pedro.

Em certos casos, a solução a) parece impor-se, por exemplo, para o enunciado <<Não li certas obras de X>>. É claro, com efeito, que seria um contra-senso descrevê-lo como uma modalidade de negação aplicada à proposição <<Li certas obras de X>>. A solução a) faz perceber, por outro lado porque é que a negação <<não>> produz muitas vezes uma significação contrária e não simplesmente contraditória, à da frase positiva (o enunciado <<Ele não gosta dos policiais>> não se pode compreender com a rejeição de proposição <<Ele gosta dos policiais>>). Parece nos então que a negação se agarra nos predicados-que ela transforma no seu extremo oposto.

Noutros casos, no entanto, a solução modal b) é vantajosa. Primeiro, quando a negação é representada por uma locução como <<É falso que...>>. Se se substitui <<não>> por <<É falso que...>>, nos exemplos da alínea anterior, mudamos com efeito a sua significação, e de tal modo que a apresentação modal convém (Bally diz que então a modalidade é explícita; os lógicos da Idade Média falavam, no caso de <<É falso que...>>, ou em latim, *nego...*, *da designação*, e não de um simples *exercício*, da negação). Por outro lado, esta solução modal está muito próxima da intuição quando o enunciado negativo é, psicologicamente, interpretado como a rejeição de um enunciado positivo prévio (real ou suposto). Por outro lado, esta intuição modal está próxima da intuição quando o enunciado negativo é, psicologicamente interpretado como a rejeição de um enunciado positivo prévio (real ou suposto). Não digo a ninguém que não fui a Paris senão lhe atribuir a opinião de que posso lá ter ido. O que se representa bem dizendo que o enunciado negativo toma por objecto uma proposição positiva (aquela que é afirmativa no enunciado positivo ao qual nos opomos), e a afecta de uma modalidade de negação. Compreende-se melhor então que a mesma marca negativa, <<não...>>, que exprime o contrário em << Ele não gosta dos policiais>>, exprima o contraditório em << Ele não gosta das mulheres>>. É bastante lógico dizer, com efeito, que o segundo enunciado comporta uma negação modal, ou seja, que se apresenta como a recusa da afirmação preexistente <<Ele gosta das mulheres>>, afirmação que não tem necessidade de ter sido explicitada no diálogo anterior, devido ao carácter <<anormal>> habitualmente reconhecido a esse gosto. Verifica-se facilmente, que o primeiro enunciado, pelo contrário, que faz passar de uma ideia á sua contrária, está longe de se apresentar como o pôr em causa uma disposição natural do espírito.

Os autores, em suas definições, diferenciam contrário de contradizer, apresentando o contradizer como uma forma de refuta a um dito anterior.

Nesse sentido, para Bérghson (apud Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1976), o pensamento que representa a realidade só pode ser expresso de uma maneira afirmativa. O pensamento negativo vem após o pensamento positivo e apenas intervém na relação entre as pessoas, Isto é, quando se argumenta.

Dubois et alii (1973) em seu *Dicionário de Linguística*, define o termo “negação” como :

Negação é um modo da frase de base (assertiva ou declarativa, interrogativa e imperativa) que consiste em negar o predicado da frase. Por exemplo: a) *Paulo não é feliz.* (é uma negação), essa frase é uma assertiva negativa; b) *Paulo não é feliz?* (é uma negação) a frase é uma interrogativa; c) *Não venha.* (é uma negação), a frase é uma imperativa negativa.

Os autores definem, também, o termo *negativo*, sendo a frase *negativa*, oposta à frase afirmativa, que se define por seu estatuto, a negação: *Paulo não virá é uma negação que se opõe à frase Paulo virá*, que é uma frase afirmativa. Os autores tratam da negação sob o ponto de vista sistêmico, por meio da construção gramatical de frases.

Segundo Cabral e Nick (1979), no *Dicionário Técnico de psicologia*, a ‘negação’ liga-se a não aceitação de fatos ocorridos no mundo externo, em relação ao mundo interno de cada indivíduo, onde as fantasias e os desejos são reconhecidos como fatos reais.

Os autores definem que a negação é o mecanismo de defesa, em que aos fatos ou implicações lógicas da realidade externa é negado reconhecimento, em favor das fantasias internas de concretização de meros desejos. Segundo esses autores, a negação é um mecanismo de defesa da psique que nega a realidade externa, pelo fato de privilegiar as fantasias internas.

Japiassú e Marcondes (2006), no *Dicionário Básico de Filosofia*, definem:

Negação

1. Ato de negar uma *proposição. Segundo a lógica tradicional, cada proposição tem apenas uma negação, portanto uma proposição afirmativa e sua negação são contraditórias. Como só se admitem dois valores de verdade (o verdadeiro e o falso), se uma proposição afirmativa é verdadeira, sua negação será falsa, se uma proposição negativa é verdadeira, a afirmação correspondente será falsa.
2. Distingue-se geralmente em lógica dois tipos de negação. A negação *externa* é aquela em que a totalidade da proposição é negada: a) *Nenhum homem é imortal*; b) A negação *interna* é aquela em que se nega apenas o predicado; c) *Algumas rosas não são vermelhas*, ou *Há rosas não vermelhas*.
3. Princípio lógico da *dupla negação* estabelece que qualquer proposição implica ou é implicada pela negação de sua negação; ou seja, a dupla negação ($\neg \neg p$) equivale à afirmação (p).
4. No *existencialismo de Sartre, a negação é a “recusa da existência”. “Toda negação é determinação. Isto quer dizer que o ser é anterior ao nada e o funda” (Sartre, *o ser e o nada*). ”

Nos estudos desses autores, a ‘negação’ é vista como a contradição de uma proposição, seja ela verdadeira ou falsa, podendo ser ela: externa, se a totalidade da proposição for negada ou interna, se apenas o predicado for negado. A dupla negação também é considerada pelos filósofos como uma afirmação.

Isto posto, pode-se entender que os estudiosos da língua, da gramática, das ciências da linguagem, da lingüística, bem como da psicologia e da filosofia, definem a ‘negação’ sob pontos de vista diferenciados, considerando-se que os dicionários de língua, de certa forma, diferenciam para a negação o ato de negar das expressões lingüísticas da negação, em construções frasais.

Já os dicionários especializados situam a oração afirmativa como uma asserção que pode ser negada por uma proposição contrária seja contraditória ou opositiva. Para os psicólogos, o ato de negar está relacionado às fantasias da

psique que para concretizar os desejos humanos usam a negação como mecanismo próprio de defesa. Para os filósofos, segundo a lógica tradicional, uma proposição afirmativa e sua negação são contraditórias, pois só há dois valores de verdade, verdadeiro e o falso, pois se um valor de verdade é verdadeiro, o outro é falso; os filósofos entendem, também, que uma negação externa nega a totalidade de um pensamento, ao passo que uma negação interna, nega uma parte do pensamento.

3.3 A negação numa perspectiva diacrônica

A gramaticalização como foi indicado no capítulo II, pode ser situada tanto na sincronia como na diacronia do sistema de uma língua. Este item é dedicado ao ponto de vista diacrônico e apresenta os termos ‘negação’ e ‘não’, pela etimologia e a oração enunciativa negativa, no latim vulgar.

Pela etimologia, Hoaiss (2002) considera:

Negação: “O termo “negação”, etimologicamente, vem do latim *negation*, ónis ‘negação’, de *negátum*, supino de *nego*, as. Temos ainda *neg-*; forma histórica do século XV *negaçam*, século XV *negaçom*, século XV *negação*.”

Para o autor o termo ‘não’:

do latim *non* ‘não’; o fato gráfico tendeu a uniformizar-se a partir do século XVI, embora haja fortes razões para considerar a coexistência de uma forma pré-tônica ou antetônica proclítica a formas verbais ou nominais e uma forma tônica, absoluta; como pré-tônica ou antetônica, preserva-se, segundo as áreas dialetais, donde as arcaicas/ *nõ*/ e /*nã*/ até formas como /*nu*/ proclíticas; forma histórica 1113 *non*, 1214 *non*, século XIII *no*, século XIII *nõ*, século XIV *nã*, c 1499 *nan*, século XV *não*, século XV *não*.

Segundo Maurer (1959, p. 212), a oração enunciativa, no latim vulgar pode ser afirmativa, interrogativa ou negativa. A negação é expressa com o advérbio *non*, estende às orações volitivas, eliminando o *ne* do latim clássico. Porém, para o autor a inovação mais interessante do latim vulgar é o uso freqüente da negação reforçada:

Assim, o sobrepõem-se duas formas negativas ou junta-se à negação uma outra palavra de valor expressivo ou intensivo, particularmente *miga* (*migalha*), cujos restos se encontram por toda a România, e. g., rum. *Nimic* (*nu scriu nimic*=não escrevo nada), fr. Ant. *mie* (*pour mei não'iras tu mie*, na *Chanson de Roland*, 296), it. *Mica*, e, com um diminutivo, esp. *Nemigaja*, port *nemigalha*, comuns no período medieval.

Para o autor, na língua literária, duas negações se anulam. Logo, para explicar o uso vulgar não se pode partir do uso clássico, mas de uma tradição sintática independente, que abarca, de forma intensiva, à afirmação. Em outros termos, uma forma negada traz em seu implícito a forma afirmada; assim, duas formas negadas traz implícito a forma afirmada.

3.4 Segundo a gramática normativa tradicional: Regras sistêmicas

Este item apresenta as regras sistêmicas do ponto de vista da gramática normativa tradicional tanto antes quanto após as Normas Gramaticais Brasileiras (NGB).

3.4.1 Antes da NGB

Antes da NGB a gramática portuguesa apresenta-se tanto numa perspectiva histórica quanto numa perspectiva descritiva sincrônica de regras que controlam pelo 'bem falar e bem escrever', politicamente, a variação lingüística.

a) Gramáticas normativas tradicionais

Por haver acordo entre os gramáticos da língua portuguesa, antes da NGB, apresenta-se a título de exemplificação Ribeiro (1885). O autor trata a negação no nível da palavra e no nível da frase.

De acordo com o autor, no nível da palavra, a negação é expressa pelas palavras negativas : *não*, *nem*, *nada*, *nenhum*, *ninguém*, *nunca* ; e, *também*, *conforme a frase*: *algun e jamais*.

Para o autor: *Não* é a palavra de negação perfeita para construir orações por exemplo: “*não posso*”, “*não dou*” e “*não*”. Ribeiro apresenta, também, a negação dupla, porém a segunda posposta a uma oração, tratando-a como reforço da primeira. Assim, em alguns estados do Brasil, como Bahia, Minas, o ‘*não*’ duplica-se, por exemplo: “*não posso, não*”.

Porém, conforme o autor, “nas sentenças exclamativas não se empregam partículas para reforçar a expressão da negação, por exemplo: “*Quantos a estas horas não estão mortos!*”

O autor também propõe que “nada, nenhum, ninguém e nunca” não são empregados nas seguintes seqüências: 1) só na frase se precede o verbo, por exemplo: *nada tenho, nenhum vejo*, ninguém vemos, nunca estudamos. 2) reforçados por *não* se estão depois do verbo, por exemplo: *não tenho, não*. 3) reforçados por *nem* em estilo familiar, por exemplo: *não vi festa nem nada, nem nunca estudamos*.

O tratamento dado pelo autor é prescritivo, na medida em que apresenta o reforço da negação com casos aceitáveis, segundo o padrão gramatical normativo.

Segundo o autor, numa perspectiva diacrônica, os clássicos reforçavam com a negativa *não*, *nada*, *nenhum*, *ninguém*, e *nunca*. Por exemplo: *para que ninguém não saiba*. Empregavam às vezes com reforços, senão pleonasma, uma tríplice negação, por exemplo: *Eu não vou nunca á casa de ninguém, Não deixa de não atrapalhar*. O reforço duplo ou triplo da negação, ainda, é considerado por Ribeiro, da seguinte forma: o termo *jamaís* pode ser empregado em lugar de *nunca*, por exemplo: *eu jamais poderia ser rico*; e também para reforçar negativa principal *não*, no mesmo caso em que se emprega *nunca*, por exemplo; *não descansou jamais*.

Conforme o autor, em estilo facetado empregam-se como intensivas da negação as palavras: *fava*, *figo*, *gota*, *mique*, *nada*, *pataca*, *patavina*, *pitada*, *rasto*,

sombra, chique, entre outros. Por exemplo: “não entende patavina, não sabe pitada”. O uso de palavras intensíveis para negar com veemência era muito freqüente em latim: *circum, granum, micam, passum, punctum unguem*.

Não apenas as gramáticas tradicionais, antes da NGB, tratam da negação, como também esta é tratada por gramáticos históricos.

b) Os gramáticos históricos

Nos estudos de Coutinho (1876), o ‘não’ em sua forma arcaica *nom* passa a *non* que é considerado pelo autor advérbio de negação. O autor trata também, dos prefixos di (s), im, in, ou i que passa a in, os quais carregam idéias de negação.

Said Alii (1931) trata a forma ‘não’ como vocábulo livre, pois existe também a negativa incorporada em certas expressões pronominais, adverbiais e conjuncionais: nem, nenhum, nunca, ninguém equivale a *não alguém*; e *nada*, que significa exatamente *não alguma coisa* por evolução semântica de um antigo particípio do verbo “nascer”- que ainda não existe -. Para autor, o advérbio *jamaís* se usa em sentido negativo como sinônimo de *nunca*.

Embora as pessoas usem o acúmulo de negativas numa mesma oração, indicando reforços, o autor afirma que os estudiosos vêem essa forma como uma afirmação, com exceção de quando o termo negativo não antecede o advérbio *não*.

Para Said Alii, de acordo com a linguagem vulgar os escritores antigos, e ainda alguma vez os quinhentistas, empregavam sem restrições a negação dupla, e até tríplice, com efeito reforçativo: *Nem eu nom vos faço prazer, Posto que nada non vissem*.

Assim visto, os gramáticos de Língua portuguesa, antes da NGB, apresentam o seguinte tratamento da negação: 1) os gramáticos tradicionais: tratam a negação no nível da palavra e no nível da frase. Dessa forma,

apresentam regras para a construção negativa da oração, segundo o padrão gramatical normativo. Tratam ainda, da negação dupla ou tripla como forma de reforço do que se diz e como forma de expressão estereotipada, como em: ‘não tenho, não’, usada em algumas regiões do Brasil. 2) Os gramáticos históricos: tratam a negação tanto a partir do latim clássico quanto do latim vulgar e diferenciam uma negação declarativa da negação reforçada.

3.4. 2 Pós NGB

Os gramáticos tradicionais, pós NGB continuam a tratar da negação, no nível da palavra e no nível da frase. No nível da palavra as expressões da negação: *não*, *nunca*, *jámais* são tratadas na parte da Morfologia, na classe gramatical do advérbio. Já na formação das palavras, a negação é tratada entre os prefixos, como: feliz, infeliz; enquadrar, desenquadra.

Com relação aos antônimos, estes também são formas de negação semântica, talvez por se tratar do conteúdo semântico da palavra. De forma geral, os autores antes da NGB designam essa negação como intensiva, diferenciando-a da extensiva que tem função sintática.

Na oração, a negação é tratada no adjunto adverbial, como emprego das palavras negativas, para negar o predicado, como por exemplo: Ele não cantou, ou para negar uma oração inteira: Não, ele não virá, ou ainda, para negar algo anterior e reforçar a afirmação, como por exemplo, Não, ele virá.

Almeida (1999), em sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* observa que em certas frases, o advérbio ‘não’ perde seu valor negativo como, por exemplo: *Quanto empenho não fiz eu para tirá-lo do vício! Que bela coisa não é o escrever e ler! Calcule o prejuízo que ele não teve com a geada!*

Conforme o autor, a expressão, *pois não* tem força positiva, equivalente a *pois sim*, conforme o tom em que é proferida. Por exemplo: *Queres ir comigo?* Como resposta: *Quero, pois não.*

O autor nos chama atenção para o fato de que somente em português “pois não” é igual a sim. O autor afirma que os alemães caracteristicamente começam frases com *não*, quando desejam dar ênfase à afirmação. Por exemplo: *Não, como é belo o dia! - Não, como é barato!*

Almeida trata, também, do emprego errôneo que vem ocorrendo há bastante tempo com o uso do advérbio *absolutamente*. Indicativo ora de intensidade, ora de modo, e que também, tem ainda força confirmativa; como tal significa *completamente, inteiramente*, mas - nas palavras do autor, “aqui está o importante” – pode confirmar tanto uma expressão negativa, quanto uma positiva. O erro consiste, precisamente, no atribuírem a esse advérbio valor exclusivamente negativo. A perguntas como esta: *É ele seu amigo?* Comumente se dá a resposta: *Absolutamente*, para indicar de forma nenhuma.

Como *absolutamente* pode ser usado tanto para negar quanto para afirmar, o autor orienta-nos que quando seu emprego insulado não trouxer claro o sentido confirmativo, deve-se acrescentar qualquer palavra que, esclareça tratar-se de confirmação de coisa positiva ou coisa negativa: *absolutamente sim, absolutamente o sou* ou *absolutamente não, absolutamente não o sou absolutamente não quero, tal coisa absolutamente não disse*.

Bechara (2005), ao tratar da negação entre os advérbios, retoma a proposta de Alarcos Llorach para tratar do papel do analista em relação ao assunto: às relações que cada advérbio contrai dentro do enunciado, quer no seu papel primário de adjacente circunstancial, quer por sua combinação com outras unidades no interior de um grupo nominal unitário. (AL1, 178)

Na sua gramática, Bechara afirma que é importante não deixar de lado as diversas camadas ou estratos de estruturação gramatical. O autor, a respeito dos advérbios, explica que *antitaxe* diz respeito à retomada ou substituição de uma unidade de um plano gramatical qualquer, já presente ou virtualmente presente ou previsto no discurso, poder ser retomada. Assim, não são advérbios, mas substitutos de oração (pro-orações ou protextos) *sim, não, talvez, também*,

quando retomam, como respostas, enunciados textuais, exemplo: *Ela fez os exercícios? - Não.*

Entende-se, portanto, que o tratamento dado pelos gramáticos da Língua Portuguesa é relativo às regras sistêmicas da negação. Dessa forma, as regras apresentadas objetivam prescrever o uso correto das formas de negar.

3. 5 O Tratamento dado segundo a Gramática de Usos

Com a visão pragmática para estudo da língua, as atenções foram voltadas para o seu uso efetivo. Nesse campo, Neves (2000) define a negação como uma operação atuante, no nível sintático-semântico, no interior do enunciado, bem como no nível pragmático. Por isso, para a autora, a negação é um processo formador de sentido, agindo como instrumento de interação, dotado de intensidade. A negação é, além disso, um recurso argumentativo ou contra-argumentativo.

Sendo um modificador, o elemento que opera a negação tem um âmbito de incidência que tem sido designado o *escopo da negação*. Tal negação se define como o segmento de enunciado, em que a própria negação exerce o seu efeito, ou seja, como a negação, pelo operador de negação, afeta o conteúdo expresso, o conjunto do conteúdo afetado pelo operador de negação. É a noção de escopo que permite distinguir diferentes formas de negar.

- **negação oracional:**

Uma negação pode ter por escopo negar toda uma oração ou apenas um constituinte dela. Por exemplo: 1) negação de uma oração: O povo não é bobo e saberá variar; 2) negação de constituinte: *Queria amar não pouco, muito, como as heroínas.*

A autora afirma que o elemento 'não', além de operador de negação de uma oração ou de um constituinte, pode funcionar, sozinho, com estatuto de

enunciado negativo, como antônimo de *sim*, especialmente em contextos de respostas interrogativas gerais, isto é, interrogativas cuja resposta é exatamente do tipo sim/não:- *Entendeu? - Não*

Conforme a autora, esse ‘não’ é muito freqüente e vem seguido por um novo enunciado, no qual o elemento de negação entra como operador de negação: - *Não, você não sabe*. Com referência ao operador de negação, este não é, via de regra, anteposto à parte do enunciado sobre a qual incide, mas, em enunciados mais marcantes e para o efeito comunicativo: - *Sei não! Ainda com referência à oração negativa, a autora afirma que ela pode estar elíptica e ser recuperável no contexto ou expressa, como: Toma lá, toma lá, cão, tu ficarás agitado, meu filho não!*

- **O modo da expressão da negação**

Para a autora, a expressão da negação, em Língua Portuguesa, é feito com as palavras: “Não”, “nunca”, “jamais”.

- **Níveis de manifestação da negação**

Neves (2000) apresenta dois níveis de manifestação da negação: a) sintático-semântico; b) morfológico.

- **Ocorrência da negação, com indefinidos**

Quando a oração é construída com indefinidos, ocorre: a) o cancelamento do indefinido, por exemplo: *Você não tem que fazer (uns) exames*; b) ocorrência do indefinido, com conteúdo negativo: *Mas essa desconfiança não tem nenhum sentido, Caio!* (NAM)

- **Ocorrência com expressão de polaridade**

A expressão de polaridade positivo/negativo pode ocorrer em contextos particulares de expressão de polaridade positivo/negativo: a) grau dos adjetivos

em contexto negativos, por exemplo: O menor/ o mínimo+ substantivos: *Não quer ter o menor trabalho.* O mais + adjetivo: *Não tenho o mínimo interesse em conhecer os detalhes;* b) Enunciados interrogativos, com valor negativos, por exemplo: *O Senhor benze o cachorro, Padre João?*

- **Enunciados de valor negativo sem elemento de negação**

Quando não existe expressão negativa explícita, porém uma expressão com valor negativo, por exemplo: *Como se alguém pudesse "forçar" padre Luís a fazer alguma coisa!*

- **Enunciados com elemento de negação e com valor positivo**

Quando a expressão negativa 'não' tem valor positivo, como em: *Quantas vezes não devia ter rezado, a Do-Carmo!*

- **Expressões fixas negativas**

Barrichello admite que você é muito rápido, *mas não mais* do que ele. Ele se preocupa muito com isso. Você parece *não dar a mínima* ao velho besouro.

- **Reforços da negação: de modo algum**

Quando a expressão é constituída por duas negativas, ocorre o reforço negativo, por exemplo, *As forças armadas não podem aceitar de jeito nenhum a quebra da hierarquia e da disciplina.*

- **Negação em contexto de subordinação**

Este caso é tratado como subordinação afirmativa/negativa, por exemplo, *Eu disse que não sabia.*

- **A negação em contexto de coordenação**

Este caso é tratado como coordenação positiva/negativa, por exemplo, *Furioso consigo mesmo afastou-se e pôs-se a andar no sentido inverso.*

- **A negação como operação pragmática descritiva**

A negação como operação pragmática pode ser exemplificada por: O significado da “propriedade produtiva” não está fixado na Constituição e, portanto, no máximo será obra da legislação ordinária.

Segundo Neves, a negação é usada na interação, para fins como: a) Polemizar, com um enunciado afirmativo: *Chega até a ser engraçado*; b) Refutar, um turno anterior: *Não vejo graça nenhuma*; c) Retificar, um termo enunciado no turno anterior: *É por causa do quarto (...) - Não é quarto não. É vaga*; d) Ratificar, após outro enunciado negativo: - Doutor, qualquer coisa que aconteça. Não vou esquecer! - Não esquecerás...

Ainda segundo a autora, a negação metalingüística é empregada para: a) Valorizar ou desvalorizar algo ou alguém: *Pedro é meio lelé, mas não é tanto*; b) Rejeitar uma implicação ou para rejeitar um enunciado: *Pode ser destemperada, mas não é burra.*

A autora trata, também do foco da negação. Na fala oral, de forma geral, o foco da negação é indicado pelo pico de uma curva entonatória. Além da entonação, o foco pode ser dado, da seguinte forma: a) Pelo contraste de um elemento do mesmo tipo, como em: *Também não compra mais vagem manteiga, compra vagem macarrão*; b) Pelo emprego de elemento focalizador como em: *nem mais um movimento, um arfa*; c) Pelo deslocamento de palavras negativas para esquerda: *A ninguém ouvia, ninguém reconhecia e a ninguém se dirigia*; d) Por mecanismo de realce de informação, como por exemplo, a *clivagem*: *É que não foi a gente que fez.*

Neves (2003), em seu *Guia de Usos do Português*, apresenta as seguintes regras gramaticais sistêmicas para o uso de *não*-, *não*, *nãos*:

1. O “não” é prefixo e liga-se quando é prefixo, liga-se por *hífen* ao elemento seguinte que ocorre:

- antes de substantivo. *A NÃO-intervenção do Estado na economia era um dos princípios fundamentais do liberalismo econômico, teoria dominante no mundo naquela época.* (H. I. B.)
- antes de adjetivo, se se configurar a formação de um adjetivo composto: *Fumantes adoecem mais freqüentemente de alterações degenerativas das coronárias do que NÃO-fumantes.* (E. M.) *No largo de São Francisco foi preso um estudante NÃO-identificado e o sargento do exército Sócrates Ritti, por motivos NÃO-revelados.* (E.M)

2. Como substantivo, a forma flexiona no plural, por exemplo: “Se fossem três NÃOS, dava para pensar. (F.S.P)”

A revisão realizada, neste capítulo, aponta: os dicionários de língua diferenciam o ato de negar em expressões lingüísticas da negação, em construções frasais; os dicionários especializados diferenciam para a negação de uma proposição afirmativa uma proposição contraditória e uma proposição opositiva; os dicionários de psicologia indicam que o ato de negar é usado como um mecanismo próprio de defesa. Já a Lógica Tradicional diferencia a contradição da incompatibilidade. Neste contexto, a incompatibilidade nega o que é falso, para afirmar o verdadeiro; a contradição nega parte do afirmado, de forma a completar ou substituir tal afirmação.

Com referência aos gramáticos tradicionais da língua portuguesa, constata-se que a negação é tratada, por eles, a partir de regras sistêmicas; estas são apresentadas com o objetivo de se prescrever o uso correto das formas negativas. Os gramáticos da língua portuguesa, numa perspectiva histórica, estão preocupados com o tratamento da negação do latim ao português, a partir de regras da evolução da língua. A negação na gramática do uso efetivo do português brasileiro é focalizada de forma mais objetiva por Neves (2000/2003), embora a autora apresente apenas, as funções da negação, na interação sócio-comunicativa.

Esta revisão sobre os termos ‘negação’ e ‘não’, em suas definições, propicia situar os resultados obtidos das análises apresentadas no próximo capítulo.

*Não quero honrarias.
Não almejo ser líder.
Só desejo compartilhar
o que encontrei
e mostrar esses novos horizontes.*

Fernão Capelo Gaivota

Capítulo IV - O uso efetivo da negação no português brasileiro:

Resultados obtidos da gramática sistêmica e da Gramaticalização

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos da investigação realizada, que trata da relação entre o sistema da língua e seu uso social efetivo. Esses resultados indicam que, no sistema da língua portuguesa, há formas de negar; porém, no uso efetivo do português brasileiro por falantes nativos, há dificuldades, na interação comunicativa, para se dizer 'não', embora as formas de negar ocorram na dimensão textual-informativa.

4.1 Resultados obtidos da negação em contexto zero

O contexto zero é utilizado como método para se coletar o uso da negação por turnos dialógicos: o primeiro turno é afirmativo e o segundo, negativo. Nesse sentido, o contexto zero é visto como turnos dialógicos fora de uma situação que define as condições de produção do discurso.

Dessa forma, foi solicitado que vários informantes, alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Leonardo Vilas Boas, negassem orações afirmativas.

Por se tratar de contexto zero, tinha-se a expectativa de que os alunos, conhecedores das regras gramaticais da negação, aplicassem seus conhecimentos sistêmicos, ou seja, usassem as expressões gramaticais, “não”, “nunca” e “jamais”. As orações afirmativas foram construídas com as regras gramaticais sistêmicas; a) Verbo intransitivo: Ele caminhou; b) Verbo transitivo direto: Maria escreveu a carta; ela tem uma bicicleta; c) Verbo transitivo indireto: João gosta de laranja; d) Verbo de dupla transição: André deu flores para Cristina.

4.1.1 Verbo Intransitivo

<i>Turno 1: Afirmação :</i>	<i>"Ele caminhou"</i>
<i>Turno 2: Negação do turno 1:</i>	<i>"Ele não caminhou"</i>
Ele sempre caminhou;	Ele caminhará amanhã;
Ele caminha;	Ele caminhou de manhã;
Ele mentiu que caminhou;	Ele não caminhou hoje;
Ele disse que ia caminhar;	Ele não caminhou no clube;
Ele falou que não caminhou;	Ele não caminhou na pista;
Ele só disse que não caminhou;	Ele caminhou perto de casa;
Ele ficou sem caminhar;	Ele caminhou no parque;
Ele ficou de caminhar;	Ele caminhou bem ;
Ele ia caminhar;	Ele caminhou mal;
Ele negou que caminhou;	Ele jamais caminhou como deveria;
Eles não falam que caminharam;	Ele ainda não falou como foi que caminhou;
Ele não foi caminhar;	Ele caminhou junto com seus amigos;
Ele não vai caminhar;	Ele já caminhou;
Ele não caminhará;	Ele ainda caminhou;
Ele não havia caminhado;	Ele quase caminhou;
Ele não quis caminhar;	Ele saiu para caminhar e não caminhou;
Ele não pode caminhar;	Ele parou e não caminhou;
Ele não caminhava;	Todos eles não caminharam;
Nenhuma vez ele caminhou;	Ele deixou de caminhar;
Ele não sabia caminhar;	Ele nunca mais caminhou;
Ele de jeito nenhum caminha;	Ele não caminhou de medo do sol quente;
Ele não caminhou ontem;	Estava chovendo e ele não caminhou;

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Figura 1

As respostas obtidas dos informantes foram contextualizadas por eles, e podem ser reagrupadas em duas dimensões: a do texto e a do discurso. Dessa forma, os resultados obtidos conferem com o postulado da lingüística textual: *o homem não fala por palavras e frases isoladas e sim por textos*.

4.1.1.1 Na dimensão do texto:

Os informantes aplicaram uma forma sistêmica de negação “não” e outras formas que mantêm implícitas o uso da negação:

a) o uso da expressão sistêmica “não”

Das expressões da negação sistêmicas – “não”, “nunca” e “jamais”, só ocorreu o uso do “não”: Ele não caminhou; Ele não foi caminhar; Ele não vai caminhar.

Acredita-se que as outras duas expressões não foram usadas, pelo fato de os informantes terem armazenado, em seu sistema de conhecimento da língua, na memória de longo prazo, a representação do verbo “caminhar”. Este é uma modificação do verbo “andar” que faz parte dos movimentos humanos, desde a infância. O verbo “caminhar” caracteriza o verbo “andar”, modalizando os movimentos, lentos por natureza, em um determinado lugar, o caminho. Como os seres humanos “caminham”, universalmente, o emprego de “nunca” e “jamais” negaria essa capacidade humana. Talvez, por essa razão, ocorreu apenas: Nenhuma vez ele caminhou; Ele de jeito nenhum caminhou; Ele ficou sem caminhar; Ele ficou de caminhar.

Nos dois últimos casos, o auxiliar ficar é empregado como auxiliar temporal. Já nos casos, Ele não foi caminhar e Ele não vai caminhar, o uso da expressão sistêmica “não” é seqüenciado com duas expressões verbais: foi caminhar e vai caminhar. O uso do verbo ir, no português brasileiro, é auxiliar de futuro, bem como auxiliar de uma ação que se tem por expectativa ser realizada. Na expressão “ele não foi caminhar” situa-se a ação de caminhar no passado e em

“ele não vai caminhar” a ação está situada no futuro. O uso da expressão sistêmica “não” cancela o aspecto verbal, na medida em que a ação está tanto situada no passado como no futuro.

b) A mudança do sujeito e a negação do predicado:

“Eles não falam que caminharam”. “Todos eles não caminharam.”

c) a mudança do aspecto verbal

A oração afirmativa é construída com o tempo passado e aspecto conclusivo: “Ele caminhou”; “Ele nunca mais caminhou”; “Ele deixou de caminhar”.

A troca do aspecto conclusivo por outros aspectos, traz implícita a negação do turno 1: Ele ainda caminha (progressivo) ; Ele quase caminhou (eminente); Ele sempre caminhou (iterativo); Ele caminha (cursivo); Ele ficou sem caminhar (sem aspecto) ; Ele ficou de caminhar; (sem aspecto). Neste último caso, a designação verbal “ficar de” gramaticaliza a negação do tempo passado e aspecto conclusivo, afirmado no turno 1. Já na resposta, Ele ia caminhar (sem aspecto), a designação verbal “ir “ é gramaticalizada em tempo futuro que nega o tempo passado do turno 1 e, também, gramaticaliza a negação do turno 1, em relação ao aspecto conclusivo; trata-se de uma promessa , relativa a um caminhar no futuro.

A troca de tempo e de aspecto pode ser realizada pela gramaticalização da negação, em morfemas gramaticais auxiliares de tempo e aspecto, como por exemplo: Ele já caminhou, nega-se o passado próximo atribuído ao turno 1 com a gramaticalização de “já” para afirmar que o tempo do caminhar é passado remoto. Dessa forma, nega-se o passado próximo pelo passado remoto.

A troca do aspecto conclusivo produz uma gramaticalização do valor negativo nos morfemas gramaticais aspectivos. Dessa forma, há refutação do turno 1 contradizendo-o. Não se nega o predicado “caminhar”, com expressões sistêmicas; mas nega-se o tempo e o aspecto representado na afirmação do TU, como sujeito do turno 1.

d) Com a inserção de uma circunstância

O turno 1 é modificado pela inserção de uma circunstância que gramaticaliza a negação no turno 2.

➤ de companhia:

- Ele caminhou junto com seus amigos, logo, nega-se que tenha caminhado só;

➤ de tempo:

- Ele caminhou de manhã, logo, nega-se que tenha caminhado em qualquer tempo do dia;
- Ele não caminhou hoje, logo, nega-se o caminhar no dia de hoje, por ter contextualizado que ele caminhou em um tempo indefinido;
- Ele não caminhou ontem, logo, nega-se o caminhar no dia de ontem, por ter contextualizado que ele caminhou em um tempo indefinido; e
- Ele caminhará amanhã, logo, nega-se o tempo passado com a afirmação do futuro.

➤ de lugar:

- Ele caminhou no clube, logo, nega-se que ele tenha caminhado em um lugar qualquer, pela afirmação de um lugar determinado, o clube;
- Ele caminhou na pista, logo nega-se que ele tenha caminhado em um lugar qualquer, pela afirmação de um lugar determinado, a pista;
- Ele caminhou perto de casa, logo nega-se que ele tenha caminhado em um lugar qualquer, pela afirmação de um lugar determinado: perto de casa;e
- Ele caminhou no parque, logo, nega-se que ele tenha caminhado em um lugar qualquer, pela afirmação de um lugar determinado, o parque.

➤ **de modo:**

- Ele caminhou bem; (nega que ele tenha caminhado de “qualquer jeito”, pela avaliação de uma afirmação modal “bem”); e
- Ele caminhou mal. (nega que ele tenha caminhado de “qualquer jeito”, pela avaliação de uma afirmação modal “mal”).

Por vezes, pode ocorrer o uso da expressão *jamais*, porém com a inserção de uma circunstância de modo que abrande a negação, pela afirmação da inexistência de uma capacidade humana de caminhar:

- Ele *jamais* caminhou como devia.

O informante contextualiza o turno 1, com uma avaliação positiva para o modo de caminhar, e nega a afirmação deste turno pela avaliação negativa, em todo o percurso do tempo do ato de caminhar de alguém.

e) Com o binômio causa/conseqüência

Devido a contextualização feita pelo informante, este insere uma outra informação que com o verbo “caminhar” negado estabelece uma relação de causa e conseqüência:

- Ele não caminhou de medo do sol quente.

Causa: ter medo do sol quente / conseqüência: ele não caminhou;

- Estava chovendo e ele não caminhou.

Causa: estava chovendo / conseqüência: ele não caminhou;

- Ele não caminhou porque não quis.

Causa: não querer / conseqüência: Ele não caminhou.

Assim visto, os resultados obtidos da dimensão do texto indicam que, com baixíssima frequência, os informantes aplicaram a regra sistêmica. De forma geral, os informantes contextualizaram a frase isolada do turno 1 e, dependendo dessa contextualização, negaram: o tempo, o aspecto e o sujeito, gramaticalizando e regramaticalizando unidades gramaticais do sistema ou gramaticalizando lexemas, tornando-os elementos gramaticais.

Por vezes, a negação do turno 1, devido à contextualização feita pelos informantes ocorre pela inserção de enunciados não existentes no turno 1. Esses enunciados, de forma geral, são designações lexicais estruturadas em sintagmas enunciativos; dessa forma, a negação decorre da gramaticalização de lexemas por extensão semântica de significados inter-lexicais e gramaticais.

4.1.1.2 Na dimensão interacional discursiva

Na dimensão interacional discursiva, nega-se o que é atribuído ao sujeito do turno 1, pelo seu dizer.

a) o negar implica afirmar que o sujeito do turno 1 ignora o que aconteceu

- Ele parou e não caminhou = você pensa que ele caminhou, mas ele parou;
- Ele mentiu que caminhou = você acreditou no que ele disse, mas era mentira;
- Ele não havia caminhado = você pensa que ele caminhou, mas ele não caminhou;
- Ele não quis caminhar = você pensa que ele caminhou, mas ele não quis caminhar;
- Ele não pode caminhar = você pensa que ele caminhou, mas ele não pode caminhar;
- Ele não caminha = você pensa que ele caminhou, mas ele não caminha;
- Eles não falam que caminharam = você pensa que eles não caminharam, mas eles caminharam;

- Ele negou que não caminhou = você pensa que ele não caminhou, mas ele caminhou;
- Ele só disse que não caminhou = você pensa que ele não caminhou, porque disse, mas ele caminhou; e
- Ele saiu para caminhar e não caminhou = você pensa que ele caminhou, mas ele não caminhou.

b). o negar implica afirmar que o sujeito do turno 1 ignora quem caminhou

- Todos eles não caminharam = você pensa que ele caminhou, mas todos eles não caminharam.

c) a negação implica afirmar que o sujeito do turno 1 desconhece o modo pelo qual a ação foi realizada

- Ele ainda não falou como foi que caminhou = você pensa que ele caminhou assim, mas ele não disse ainda como foi.

Em suma, a dimensão interacional discursiva implica afirmar algo a respeito do sujeito do turno 1. Este ato de afirmar é realizado, de forma geral, por uma oração afirmativa, seguida de outra negativa; e, com menor frequência, com uma oração, em que ocorre o uso da negação, havendo modificação no turno 2 da afirmação proposta no turno 1.

4.1.2 verbo de transição direta

Duas orações afirmativas foram oferecidas para negar: “Maria escreveu a carta” e “Ela tem uma bicicleta”.

4.1.2 (I) Verbo Transitivo Direto

<i>Turno 1: Afirmação :</i>	<i>"Maria escreveu a carta"</i>
<i>Turno 2: Negação do turno 1:</i>	<i>"Maria não escreveu a carta"</i>
Maria sempre escreveu carta; Maria escreve carta; Maria mentiu que escreveu a carta; Maria disse que ia escrever a carta; Maria falou que não escreveu carta; Maria só disse que não escreveu a carta; Maria ficou sem escrever a carta; Maria ficou de escrever a carta; Maria ia escrever a carta; Maria negou que não ia escrever a carta; Maria e sua irmã não falam que escreveram a carta; Maria não foi escrever a carta; Maria não vai escrever a carta; Maria não escreverá a carta; Maria não havia escrito a carta; Maria não quis escrever a carta; Maria não pode escrever a carta;	Maria não escreve carta; Maria não sabia escrever; Nenhuma vez Maria escreveu carta; Maria de jeito nenhum escreve carta; Maria não escreveu a carta ontem; Maria não escreve a carta porque sua mão estava machucada; Maria não escreveu porque não quis; Não tinha caneta e ela não escreveu a carta; Maria escreveu o artigo; Maria escreveu varias cartas; Maria escreveu outras cartas; Maria disse que ia escrever a carta, porém esqueceu; Maria ainda escreve a carta; Maria já escreveu a carta; Maria e sua irmã escreveram a carta; Maria ainda não falou como foi que escreveu a carta;

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Figura 2

4.1.2.1 Na dimensão do texto:

Os informantes aplicaram as formas sistêmicas “não, nunca e jamais” e também outras formas que mantêm implícitas o uso da negação.

a) o uso da expressão sistêmica “não, nunca e jamais” como em: Maria não escreveu a carta; Maria jamais escreveu a carta; Maria nunca escreveu a carta; Maria não foi escrever a carta; Maria não vai escrever a carta.

Ocorreram, também, as formas: Nenhuma vez Maria escreveu a carta; Maria de jeito nenhum escreveu a carta; Maria ficou sem escrever a carta; Maria ficou de escrever a carta.

b) a mudança do sujeito

- Maria e sua irmã não falam que escreveram a carta

c) a mudança do aspecto verbal

- Maria sempre escreveu a carta;
- Maria escreve carta;
- Maria nunca mais escreveu a carta;
- Maria já escreveu a carta;
- Maria ainda escreve a carta;
- Maria ficou de escrever a carta;
- Maria ia escrever a carta;

d) Com a inserção de uma circunstância, no enunciado do turno 1

➤ **de companhia:**

A inserção da companhia é realizada pela troca do sujeito simples em sujeito composto.

- Maria e sua irmã escreveram a carta.

➤ **de tempo:**

- Maria escreverá a carta;

- Maria não escreveu a carta, ontem;
- Maria jamais escreveu a carta; (nega a ação pelo tempo); e
- Maria nunca escreveu a carta;

➤ **de lugar:**

- Maria escreveu a carta em seu quarto;

➤ **de modo**

- Maria jamais escreveu a carta como devia

Os resultados obtidos neste item, são semelhantes aos obtidos com a negação do verbo intransitivo.

➤ **Com mudança do objeto**

- Maria escreveu o artigo;

➤ **Com o binômio: causa/conseqüência**

- Maria não escreveu a carta porque não quis;

Causa: não querer / conseqüência: Maria não escreveu a carta.

- Maria não tinha caneta por isso não escreveu a carta;

Causa: Não ter caneta / conseqüência: Não escreveu a carta.

- Maria não escreveu a carta porque sua mão estava machucada;

Causa: Sua mão estava machucada / conseqüência: não escreveu a carta.

4.1.2.2 Na dimensão interacional discursiva

Na dimensão interacional discursiva, a negação é realizada no turno 2 com o verbo de transição direta da mesma forma que a negação do verbo intransitivo. Nesse sentido, poder-se ia dizer que a gramaticalização da negação é guiada pelos tipos de contextualização, feitos pelos informantes.

a) o negar implica afirmar que o sujeito do turno 1 ignora o que aconteceu

- Maria mentiu que escreveu a carta = você pensa que ela escreveu a carta, mas era mentira;
- Maria não havia escrito a carta = você pensa que ela tinha escrito a carta, mas ela não tinha;
- Maria não quis escrever a carta = você pensa que ela escreveu a carta, mas ela não quis escrever;
- Maria não pode escrever a carta = você pensa que ela escreveu, mas ela não pode escrever;
- Maria só disse que não escreveu a carta = você pensa que ela não escreveu a carta só porque disse, mas ela escreveu; e
- Maria não sabia escrever = você pensa que ela escreveu a carta, mas ela nem sabe escrever.

b) o negar implica afirmar que o sujeito do turno 1 ignora quem escreveu a carta

- Maria e sua irmã não falam que escreveram a carta = você pensa que Maria escreveu a carta, mas Maria e sua irmã escreveram a carta;
- Maria não sabia escrever = você pensa que ela escreveu a carta, mas ela nem sabe escrever, foi outra pessoa.

c) a negação implica afirmar que o sujeito do turno 1 desconhece o modo pelo qual a ação foi realizada

- Maria ainda não falou como foi que escreveu a carta =você pensa que ela escreveu assim, mas ela ainda não falou como foi que escreveu.

d) a negação implica afirmar que o sujeito do turno 1 desconhece o objeto da ação realizada

- Maria não escreve cartas = você pensa que ela escreveu a carta, mas ela escreveu outra coisa.

4.1.2 (II) Verbo Transitivo Direto

<i>Turno 1: Afirmação :</i>	<i>"Ela tem uma bicicleta"</i>
<i>Turno 2: Negação do turno 1:</i>	<i>"Ela não tem uma bicicleta"</i>
Ela terá uma bicicleta, amanhã. Ela teve uma bicicleta; Ela queria ter uma bicicleta; Ela ia ter uma bicicleta; Ela devia ter uma bicicleta; Ela podia ter uma bicicleta; Ela gostaria de ter uma bicicleta; Ela nunca teve uma bicicleta; Ela já teve uma bicicleta; Ela jamais teve uma bicicleta; Ela ainda tem uma bicicleta; Ela teria uma bicicleta; Ela deixou de ter uma bicicleta; Ela nunca mais teve uma bicicleta; Ela realmente teve uma bicicleta;	Ela esperava ter uma bicicleta; Ela de jeito nenhum tem uma bicicleta Ela não gosta de andar de bicicleta, por isso não tem uma; Ela sempre teve uma bicicleta; Ela mentiu que tem uma bicicleta; Ela disse que tinha uma bicicleta; Ela só falou que tinha uma bicicleta; Ela ia ter uma bicicleta; Elas têm uma bicicleta; Ela tem uma boneca; Ela ficou sem ter uma bicicleta; Ela ficou de ter uma bicicleta; Ela tem uma bicicleta cor-de-rosa; Ela tem uma bicicleta quebrada;

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Figura 3

4.1.2.1 Na dimensão do texto

a) o uso da expressão sistêmica “não, nunca e jamais”

- Ela não tem uma bicicleta;
- Ela nunca teve uma bicicleta;
- Ela jamais teve uma bicicleta.

Outras formas sistêmicas:

- Ela de jeito nenhum tem uma bicicleta;
- Ela de modo algum tem uma bicicleta.

b) mudança do sujeito

- Elas têm uma bicicleta. Logo, ao se afirmar que elas têm uma bicicleta nega que apenas ela tenha uma bicicleta.

c) mudança do objeto

- Ela tem uma boneca. Logo ao se afirmar no turno 2 que ela tem uma boneca, nega-se que ela tenha uma bicicleta.

d) O cancelamento ou a mudança do aspecto verbal

- Ela nunca mais teve uma bicicleta. Logo a ausência do aspecto verbal nega o turno 1;
- Ela deixou de ter uma bicicleta. Logo, a ausência do aspecto verbal nega o turno 1;
- Ela teve uma bicicleta. Logo, o aspecto conclusivo nega o turno 1;
- Ela ainda tem uma bicicleta. Logo o aspecto progressivo nega o turno 1;
- Ela sempre teve uma bicicleta. Logo, o aspecto iterativo nega o turno 1;
- Ela ia ter uma bicicleta. Logo, a ausência do aspecto verbal nega o turno 1;

- Ela ficou de ter uma bicicleta. Logo, a ausência do aspecto verbal nega o turno 1; e
- Ela ficou sem ter uma bicicleta. Logo, a ausência do aspecto verbal nega o turno 1.

e) Com a inserção de uma circunstância

➤ de possuidor:

- Maria e sua irmã têm uma bicicleta. Logo, a afirmação de dois possuidores, para o mesmo objeto possuído, nega a posse de um único possuidor;

➤ de tempo:

- Ela terá uma bicicleta amanhã. Logo, a afirmação da posse no futuro nega a posse no presente.

➤ de caracterização

- Ela tem uma bicicleta cor-de-rosa. Logo, a afirmação do caracterizador "cor-de-rosa" nega que a bicicleta que ela tem seja incolor ou de qualquer outra cor;
- Ela tem uma bicicleta quebrada. Logo, a afirmação, cujo objeto possuído é uma bicicleta quebrada, nega que o objeto possuído esteja em condições de uso.

f) O binômio: causa/conseqüência

- Ela não gosta de andar de bicicleta, por isso não tem uma.

Causa: não gostar de andar de bicicleta / conseqüência: não ter uma bicicleta.

Frente ao exposto, os resultados obtidos para a negação com o verbo "ter", indicador de posse, conferem com os resultados anteriores já apresentados. Assim, com baixa freqüência ocorre o uso das expressões sistêmicas da negação, e, com grande freqüência, devido à contextualização realizada pelos informantes,

ocorrem diferentes tipos de gramaticalização da negação em contexto zero, na dimensão textual.

4.1.2.2 Na dimensão interacional discursiva

Nesta dimensão, o ato de negar é relativo ao que se atribui como conhecido pelo sujeito do turno 1.

a) o negar implica afirmar que o sujeito do turno 1 ignora o possuidor-possuído

- Ela realmente teve uma bicicleta = você pensa que ela tem uma bicicleta, mas ela não tem mais;
- Ela mentiu que tem uma bicicleta = você acreditou que ela tem uma bicicleta, mas era mentira;
- Ela só falou que tinha uma bicicleta = você pensa que ela tem uma bicicleta só porque ela falou, mas ela não tem.

b) o negar implica afirmar que o sujeito do turno 1 ignora quem seja o possuidor

- Elas têm uma bicicleta = você pensa que ela tem uma bicicleta, mas a bicicleta não é só dela.

c) a afirmação do turno 2 nega a modalidade atribuída ao sujeito do turno 1

- Ela queria ter uma bicicleta = você crê que ela queria ter uma bicicleta, mas ela não queria;
- Ela ia ter uma bicicleta = você crê que ela ia ter uma bicicleta, mas ela não teve;
- Ela devia ter uma bicicleta = você crê que ela devia ter uma bicicleta, mas ela não devia ter;
- Ela podia ter uma bicicleta = você crê que ela podia ter uma bicicleta, mas ela não podia ter;

- Ela gostaria de ter uma bicicleta = você crê que ela gostaria de ter uma bicicleta, mas ela não gostaria, ela gostaria de ter outra coisa;
- Ela esperava ter uma bicicleta = você crê que ela esperava ter uma bicicleta, mas ela não esperava ter uma bicicleta.

Frente ao exposto, constata-se que os resultados apresentados no item 4.1.1 conferem com os resultados apresentados no item 4.1.2. Nesse sentido, confirma-se que existe negação expressa por formas sistêmicas e por formas de gramaticalização. As primeiras são de baixa frequência ao passo que as segundas são frequentes. Dessa forma, as gramaticalizações analisadas decorrem do tipo de contextualização feito pelo sujeito do turno 2.

4.1.3 Verbo Transitivo Indireto

<i>Turno 1: Afirmação :</i>	<i>"João gosta de laranja"</i>
<i>Turno 2: Negação do turno 1:</i>	<i>"João não gosta de laranja"</i>
João sempre gostou de laranja;	João jamais gostou de laranja;
João gostou de laranja;	João nunca gostou de laranja;
João gostou de laranja-lima;	João gostará de laranja;
João disse que gostou de laranja;	João gosta de suco de laranja;
João só disse que gosta de laranja;	João gosta de doce de laranja;
João gosta de laranja e banana;	João gosta muito de laranja;
João negou que gosta de laranja;	João gosta pouco de laranja;
João e André gostam de laranja;	João ainda não falou que gosta de laranja;
João ia gostar de laranja;	João já gostou de laranja;
João ia gostar de uma laranja agora;	João e seus amigos gostam de laranja;
João não vai gostar de laranja quando crescer;	João só gosta de laranja-pêra;
João não queria gostar de laranja;	João só gosta de laranja na feijoada;
João de jeito nenhum gosta de laranja;	João só gosta de laranja no verão;
João não sabia que gostava de laranja;	João só gosta de laranja com sal;
João não gosta de frutas ácidas. Laranja é ácida;	João gostava de laranja.

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Figura 4

4.1.3.1 Na dimensão do texto:

Na dimensão do texto, ocorreram as seguintes modificações do enunciado do turno 1:

a) uso da expressão sistêmica “não, nunca e jamais”

- João jamais gostou de laranja
- João nunca gostou de laranja
- João não gosta de laranja

*Ocorreu também, a forma: João de jeito nenhum gosta de laranja.

Os resultados obtidos deste item conferem com os demais resultados apresentados, ou seja, com baixa frequência os informantes usaram as formas sistêmica de negar.

b) A mudança do sujeito

- João e André gostam de laranja;
- João e seus amigos gostam de laranja.

Em ambas respostas, nega-se que quem gosta de laranja seja apenas João.

c) mudança do aspecto verbal ou cancelamento do aspecto

- João já gostou de laranja. Logo, o aspecto conclusivo nega o aspecto cursivo do turno 1;
- João ia gostar de laranja. Logo, o cancelamento do aspecto nega o aspecto cursivo do turno 1;
- João gostará de laranja. Logo, o cancelamento do aspecto nega o aspecto cursivo do turno 1;
- João sempre gostou de laranja. Logo, a afirmação do aspecto permansivo nega o aspecto em curso;
- João vai gostar de laranja, quando crescer. Logo, o cancelamento do aspecto nega o aspecto cursivo do turno 1;
- João gostou de laranja. Logo, o aspecto conclusivo nega o aspecto em curso do verbo gostar.

De fato, neste exemplo, a gramaticalização da negação ocorre com um elemento gramatical anterior, com função diferente.

d) mudança do objeto

- João gosta de laranja e banana. Logo, a afirmação de que João gosta de laranja e banana nega que João goste apenas de laranja;
- João gosta de doce de laranja. Logo, a afirmação de que João gosta de doce de laranja nega que João goste da fruta laranja;
- João gosta de suco de laranja. Logo, a afirmação de que João gosta de suco de laranja nega que João goste de chupar laranja.

e) Com a inserção de um elemento

➤ de outro sujeito:

- João e seus amigos gostam de laranja. Logo, a afirmação de que João e seus amigos gostam de laranja nega que apenas João goste de laranja.

➤ de tempo:

- João só gosta de laranja no verão. Logo, afirmação de que João só gosta de laranja no verão nega que João goste de laranja em outra estação do ano.

➤ por inclusão :

- João só gosta de laranja com sal. Logo, a afirmação, por inclusão, de que João só gosta de laranja com sal nega que João goste de laranja pura;
- João só gosta de laranja na feijoada. Logo, a afirmação, por inclusão, de que João só gosta de laranja na feijoada nega que João goste apenas de laranja;

- João só gosta de laranja-pêra. Logo, a afirmação, de que João só gosta de laranja-pêra, exclui ou nega que ele goste de qualquer outra espécie de laranja.

➤ **de advérbios**

- João gosta muito de laranja. Logo, a afirmação, de que João gosta muito de laranja, nega que ele goste mais ou menos de laranja.
- João gosta pouco de laranja. Logo, a afirmação, de que ele gosta pouco de laranja, nega que ele goste muito.

f) O binômio: causa/conseqüência

- João não gosta de frutas ácida. Laranja é ácida.

Causa: acidez da laranja/ conseqüência: João não gostar de laranja.

Na dimensão textual, os resultados obtidos neste item conferem com os resultados já apresentados para esta dimensão.

4.1.3.2 Na dimensão interacional discursiva

Na dimensão interacional discursiva, os resultados obtidos são relativos à negação daquilo que o sujeito do turno 2 atribui como conhecido pelo sujeito do turno1.

a) o negar implica afirmar que o sujeito do turno 1 ignora o que aconteceu

- João mentiu que gosta de laranja = você pensa que ele gosta de laranja, mas não é verdade;
- João disse que gostou de laranja = você pensa que ele gosta de laranja, mas ele não gosta mais;
- João negou que gosta de laranja = você pensa que ele gosta de laranja, mas ele nega gostar de laranja.

b) o negar é relativo a uma modalidade atribuída ao sujeito do enunciado

- João não sabia que gostava de laranja = você pensa que João gosta de laranja, mas nem ele sabia que gostava, foi surpresa até para ele;
- João não queria gostar de laranja = você pensa que João gosta de gostar de laranja, mas ele nem queria gostar.

c) o negar implica afirmar que o sujeito do turno 1 ignora quem gosta de laranja

- João e seus amigos gostam de laranja = você pensa que João gosta de laranja, mas ele e todos seus amigos gostam de laranja.

Os resultados apresentados no item 4.1.3 conferem com os resultados apresentados nos itens 4.1.2 e 4.1.1. Nesse sentido, constata-se negação expressa por formas sistêmicas e por formas de gramaticalização. As primeiras são de baixa frequência ao passo que as segundas são frequentes. Dessa forma, as gramaticalizações analisadas decorrem do tipo de contextualização feito pelo sujeito do turno 2. Estes tipos estão nomeados, na chamada de cada item, tanto da dimensão textual quanto da dimensão interacional discursiva.

4.1.4 Verbo Transitivo Direto e Indireto

<i>Turno 1: Afirmação :</i>	<i>"André deu flores para Cristina"</i>
<i>Turno 2: Negação do turno 1:</i>	<i>"André não deu flores para Cristina"</i>
André deu flores para Mercedes; André deu bombom para Cristina; André sempre deu flores para Cristina; André dá flores para Cristina; André dará flores para Cristina; André mentiu que deu flores para Cristina; André disse que ia dar flores para Cristina; André falou que deu flores para Cristina; André ficou de dar flores para Cristina; André ia dar flores para Cristina; André negou que deu flores para Cristina; André e seu amigo deram flores para Cristina; André não foi dar flores para Cristina; André não vai dar flores para Cristina; André não dará flores para Cristina; André não quis dar flores para Cristina; André não pode dar flores para Cristina; André não dava flores para Cristina; Nenhuma vez André deu flores para Cristina; André de jeito nenhum dava flores a Cristina;	André não deu flores para Cristina ontem; André não dará flores para Cristina amanhã; André deu flores a Cristina de manhã; André não deu flores para Cristina hoje; André deu flores vermelhas para Cristina; André deu flores bonitas para Cristina; André jamais deu flores para Cristina; André ainda não falou que deu flores para Cristina; André já deu flores para Cristina; André quase deu flores para Cristina; André saiu para dar flores para Cristina; André desistiu de dar flores para Cristina; André nunca mais deu flores a Cristina; André não deu flores para Cristina de medo do namorado dela; André não deu flores para Cristina porque não quis; André não deu flores de Cristina; Cristina deu flores para André. André deu flores e bombons para Cristina.

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Figura 5

4.1.4.1 Na dimensão textual-informativa:

Na dimensão do texto, o uso efetivo da negação é realizado com a modificação do enunciado do turno 1 com:

a) o uso da expressão sistêmicas “não, nunca jamais”

- André não deu flores para Cristina;
- André nunca deu flores para Cristina ;
- André jamais deu flores para Cristina.

b) mudança do sujeito

- Cristina deu flores para André. Logo, a afirmação de que Cristina deu flores para André nega que André deu flores para Cristina.

c) mudança do objeto indireto, ou seja, do receptor das flores

- André deu flores para Mercedes. Logo, a afirmação do turno 2 nega que Cristina tenha recebido flores.

d) mudança do objeto direto

- André deu bombons para Cristina. Logo, a afirmação que André tenha dado bombons para Cristina nega que ela tenha recebido flores.

e) a mudança ou cancelamento do aspecto verbal

- André sempre deu flores para Cristina. Logo, o aspecto freqüentativo nega o aspecto conclusivo do turno 1;
- André dá flores para Cristina. Logo, o aspecto cursivo do turno 2 nega o aspecto conclusivo do turno 1;
- André dará flores para Cristina. Logo, o cancelamento do aspecto no turno 2 nega o aspecto conclusivo do turno 1;
- André ia dar flores para Cristina. Logo, o cancelamento do aspecto no turno 2 nega o aspecto conclusivo do turno 1;
- André ficou de dar flores para Cristina. Logo, o cancelamento do aspecto no turno 2 nega o aspecto conclusivo do turno 1;

- André ficou sem dar flores para Cristina. Logo, o cancelamento do aspecto no turno 2 nega o aspecto concluso do turno 1.

f) Com a inserção de um termo:

➤ **de tempo:**

- André não deu flores para Cristina ontem. Logo, a negação do tempo passado do turno 1 afirma que André deu flores para Cristina em um outro tempo;
- André não dará flores para Cristina amanhã. Logo, a negação do turno 1 é realizada pela negação do futuro que afirma a possibilidade de André dar flores, no presente;
- André deu flores a Cristina de manhã. Logo, a afirmação de que André deu flores pela manhã nega o turno 2 que André deu flores para Cristina em qualquer momento do dia;
- André não deu flores para Cristina hoje. Logo, a negação de que André deu flores para Cristina hoje nega a afirmação de que Cristina recebeu flores de André em outro tempo.

➤ **de caracterização do objeto dado**

- André deu flores vermelhas para Cristina. Logo, a afirmação de que André deu flores vermelhas nega que Cristina tenha recebido flores de outra cor qualquer;
- André deu flores bonitas para Cristina. Logo, a afirmação de que André deu flores bonitas nega que Cristina tenha recebido flores pouco ou mais ou menos bonita;
- André deu flores murchas para Cristina. Logo, a afirmação de que André deu flores murchas para Cristina nega que ela tenha recebido flores bonitas.

➤ **de outro sujeito**

- André e seu amigo deram flores para Cristina. Logo, a afirmação de que André e seu amigo deram flores para Cristina, nega que Cristina tenha recebido flores apenas de André.

g) o binômio: causa/conseqüência

- André não quis dar flores para Cristina.

Causa: André não querer /Conseqüência: Cristina não ganhou flores.

- André não deu flores para Cristina de medo do namorado dela.

Causa: André ter medo do namorado de Cristina / Conseqüência: André não deu flores para ela.

Conclui-se que dependendo do tipo de contextualização feita para afirmação pelo informante, haverá gramaticalizações diferentes da negação no turno 2. Os resultados apresentados conferem com os demais resultados apresentados para a dimensão textual, ou seja, a gramaticalização da negação é realizada com uma forma gramatical anterior ou com uma forma lexical.

4.1.4.2 Na dimensão interacional discursiva

Da mesma forma que nos itens anteriores, já apresentados para a dimensão interacional discursiva, os resultados obtidos para a negação de um verbo de dupla transição indicam que o ato de negar o turno 2 é relativo ao que o interlocutor atribui como conhecido pelo sujeito do turno 1.

a) o negar decorre do afirmar que o sujeito do turno 1 ignora o que aconteceu

- André negou que deu flores para Cristina = você pensa que André deu flores para Cristina, mas ele não deu;

- André mentiu que deu flores para Cristina = você pensa que ele deu flores porque ele disse, mas é mentira;
- André de jeito nenhum dava flores para Cristina = você pensa que André deu flores para Cristina, mas ele de jeito nenhum dava flores, freqüentemente, para Cristina;
- André não foi dar flores para Cristina = você pensa que ele foi dar flores para Cristina, mas ele não foi dar flores para Cristina .

b) o negar decorre do afirmar que o sujeito do turno 1 ignora quem deu as flores

- Cristina deu flores para André = você pensa que André deu flores para Cristina, mas você está enganado, foi Cristina quem deu flores para André.

c) o negar decorre do afirmar que o sujeito do turno 1 ignora quem recebeu flores

- André deu flores para mãe de Cristina = você pensa que André deu flores para Cristina, mas André deu as flores para a mãe de Cristina.

d) a negação decorre do afirmar que o sujeito do turno 1 desconhece o objeto dado

- André deu flores e bombons para Cristina = você pensa que André deu flores para Cristina, mas ele deu flores e bombons.

Em síntese, a negação em contexto zero pode ser realizada por :

- uso de forma sistêmica da negação com baixa freqüência;
- uso da negação realizado pela gramaticalização seja de unidades gramaticais seja de unidades lexicais, com grande freqüência.

Os resultados obtidos indicam que a gramaticalização da negação decorre da contextualização do contexto zero, por diferentes tipos:

a) na dimensão textual:

a.1) pela substituição de termos gramaticais e lexicais - termos da oração: sujeito, verbo, objeto, objeto direto, advérbio; o aspecto verbal;

a. 2) pela inserção de um novo termo gramatical: de companhia, de outro sujeito, de tempo, de lugar, de modo, de caracterização; e

a. 3) pela projeção de um binômio de causa e consequência.

b) na dimensão interacional discursiva, a negação é relativa ao que o interlocutor atribui como “conhecido” pelo sujeito enunciador do turno 1.

b.1) negar o que é conhecido como acontecido;

b.2) negar o que é conhecido como sujeito do enunciado;

b. 3) negar o modo pelo qual a ação foi realizada;

b. 4) negar o que é conhecido como objeto da ação enunciada;

b. 5) negar o que é conhecido como possuidor ou como possuído;

b. 6) negar o que é conhecido como tempo e lugar do enunciado do turno 1; e

b.7) negar o valor atribuído, positivo/negativo, pelo sujeito do turno 1 a seu enunciado.

Dessa forma, a gramaticalização da negação ocorre tanto por uma nova gramaticalização de uma forma gramatical anterior quanto pela gramaticalização de elementos lexicais.

Os resultados obtidos das análises dos casos de negação, em contexto zero, indicam que, devido à contextualização realizada pelo informante, ao

construir o segundo turno com a negação, ocorre uma relação entre a compatibilidade X incompatibilidade.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1976) a compatibilidade compreende duas proposições que pertencem a um mesmo sistema de proposições. A incompatibilidade ocorre, quando duas proposições não podem pertencer ao mesmo sistema proposicional. Por isso, é necessário fazer uma escolha.

Quando o turno 2 nega o turno 1, ocorre incompatibilidade, pois o ato de negar do turno 2 é relativo a impossibilidade de realização da ação representada em língua pelo verbo do turno 1. Por exemplo:

Turno 1: - Maria escreveu a carta

Turno 2: - Maria não sabe escrever.

Turno 1: - André deu flores para Cristina

Turno 2: - Não havia flores para serem dadas a alguém.

Nos exemplos indicados, acima, ocorre uma oposição. Todavia, o turno 2, ao negar o turno 1, pode construir uma contradição e, dessa forma tanto a afirmação quanto a negação podem estar no mesmo sistema proposicional. Por exemplo:

Turno 1: - Ele caminhou.

Turno 2: - Ele sempre caminha.

Turno 1: - Ela tinha uma bicicleta.

Turno 2: - Ela ainda tem uma bicicleta.

Em outras palavras, quando se trocam termos do turno 1, ocorre contradição.

O ato de negar implica construir uma incompatibilidade, afirmação/negação, onde havia compatibilidade. Neste sentido, as incompatibilidades abrangem tanto as contrariedades quanto as contradições. Uma contrariedade é definida como estabelecer uma oposição a algo, de forma a criar um obstáculo, que, na Lógica, implica a oposição entre proposições contrárias. O contradizer é definido como uma refuta ao que foi dito. Na Lógica, o contradizer implica duas proposições: uma que afirma e a outra que nega.

Esses tipos de incompatibilidade podem ser estendidos ao texto e ao discurso. Assim, no texto, onde ocorre a progressão semântica da informação, o ato de negar cria uma oposição ao que vinha sendo dito. No discurso, onde ocorre a interação EU/TU, o ato de negar é um contradizer que na troca de turnos quando o TU>EU nega-se o turno dito anteriormente. Dessa forma, contradizer compreende uma descortesia, na medida em que se refuta o que o outro disse.

Os estudos realizados por Da Matta (1998), relativos à caracterização cultural do brasileiro, propiciaram atribuir a este brasileiro, como característica cultural, a cortesia. Nesse contexto, ser cortês implica uma interação sócio comunicativa, de forma a considerar o TU com respeito e consideração, evitando agressões. Segundo Da Matta (1998), se o mundo conhecesse o brasileiro e a sua cortesia, as grandes guerras teriam sido evitadas.

Silveira (2006), ao tratar da negação no uso efetivo do português brasileiro, afirma:

os brasileiros têm dificuldade para dizer “não” a seu interlocutor e preferem não aplicar a regra gramatical. Dessa forma, modificam a

oração afirmativa e usam lexemas e outros morfemas, atribuindo a eles a expressão da negação. Quando usam “não”, este não tem a função de se opor ao turno dialógico anterior.

Nesse sentido, pode-se dizer que o brasileiro é guiado culturalmente pela cortesia e com polidez evita o uso do “não” em situações interacionais.

Os resultados obtidos da pesquisa realizada conferem com os resultados de Silveira, no que se refere às regras conversacionais. Em outros termos, devido à característica cultural da cortesia, há para o emprego das regras conversacionais a necessidade de o brasileiro escapar de dizer ‘não’.

4.2 Resultados obtidos em diálogos orais contextualizados

Os diálogos analisados, neste item, foram coletados em contextos interacionais do cotidiano.

4.2.1 Quando alguém oferece algo para ser ingerido por outra pessoa do cotidiano:

- Fiz um chá preto maravilhoso para você. Posso servir?
- Obrigada, já tomei o meu hoje;
- Chá? Que pena, estou proibido pelo médico;
- Acabei de almoçar, só se for bem mais tarde;
- Estou com problemas de estômago, só tenho bebido água;
- Que ótimo! Mas tenho tido muita insônia;
- Sabe, chá me dá alergia;
- Só se for bem pouquinho;
- Eu passo agora;

- Depois, obrigado;

-Você é muito gentil, mas deixe para depois.

Os turnos 2 apresentados não são construídos com morfemas de negação.

O ato de negar decorre de se ativar para a memória de trabalho do locutor do turno 1, conhecimentos enciclopédicos.

Nos casos apresentados, os conhecimentos ativados são relativos a :

A. Problemas de saúde

Na memória social, estão armazenados vários conhecimentos a respeito do produto oferecido “chá”, que causa problemas de saúde. Nesse sentido, nega-se com polidez, recorrendo a uma causalidade, ter um problema de saúde, e, por consequência, não poder tomar chá:

Por exemplo:

- Chá que pena, estou *proibido pelo médico*.

- Estou com *problemas de estômago* só tenho bebido água.

- Que ótimo! Mas tenho tido muita *insônia*.

- Sabe, chá me dá *alergia*.

B. Por ter se alimentado recentemente

Na memória social, quando uma pessoa está bem alimentada e satisfeita ela não ingere imediatamente mais alimento.

Por exemplo:

- Obrigada, *já tomei* o meu hoje

- *Acabei de almoçar*, só se for bem mais tarde

- Você é muito gentil, mas deixe para *depois*.

C. Por não gostar do produto, a pessoa aceita pouco

Na memória social, quando alguém gosta muito de algo ingere bastante o produto, quando alguém não gosta de algo não ingere ou ingere pouquíssimo só para agradar alguém. Por exemplo: - Só se for *bem pouquinho*.

A negação ocorre pela gramaticalização de:

1. formas gramaticais afirmativas > a formas gramaticais negativas:

O interlocutor recorre à categoria gramatical, tempo, e expressa um fato acontecido no passado para negar o que lhe é oferecido no presente. Por exemplo: - eu passo, agora, *por ter lanchado*.

2. Situa-se a aceitação no futuro para negar a oferta no presente. Por exemplo:

- *Depois*, obrigado.

3 Situa-se com problema de saúde para negar o que lhe é oferecido:

4.2.2 Quando não se quer aceitar um convite:

-Vamos ao cinema hoje, à noite?

- Que pena! Hoje tenho muitos problemas para resolver;

- Logo hoje? Prometi levar o cachorro da vizinha ao veterinário;

- Hoje eu fui ao médico e ele me proibiu de sair à noite;

- Preciso fazer algumas coisas, mas depois telefono;

- Valeu! Mas amanhã tenho de levantar cedo;

- Fico devendo; vamos deixar para outro dia?

- Logo hoje? Eu prometo que irei outro dia.

Os turnos 2 apresentados não são construídos com morfemas de negação.

O ato de negar decorre de se ativar para a memória de trabalho, do locutor do turno 1, os conhecimentos enciclopédicos.

Nos casos apresentados, os conhecimentos ativados são relativos a :

A. estar muito ocupado no dia de hoje

Na memória social, pessoas que têm compromissos assumidos, anteriormente, não podem assumir um outro compromisso para o mesmo tempo. Esta não é uma forma cortês de agir. Por exemplo:

- Que pena! *Hoje* tenho muitos problemas para resolver;

- *Logo hoje?* Prometi levar o cachorro da vizinha ao veterinário.

- Valeu! Mas amanhã tenho de *levantar cedo*.

B. Problemas de saúde

Na memória social, a questão da saúde é prioritária para o brasileiro, pois, com a questão da saúde cria-se um argumento de legitimidade, por exemplo:

-Hoje eu fui ao *médico* e ele me *proibiu* de sair à noite.

C. ter compromisso, mas tentar desmarcá-lo com a promessa de retornar para confirmar o aceite do convite em um outro tempo.

Na memória social do brasileiro, quando alguém aceita um convite, aceita no momento. Porém, quando ele não aceita o convite e acredita não ser polido negar, afirma que voltará para confirmá-lo, em um outro tempo. Por exemplo:

- Preciso fazer algumas coisas, mas *depois telefone*.

- Fico devendo; *vamos deixar para outro dia?*

- Logo hoje? Eu prometo que *irei outro dia*.

Assim visto, a gramaticalização ocorre tanto pela gramaticalização de morfemas gramaticais, conforme o exemplo, -- Hoje, logo hoje = não -- quanto pela gramaticalização de formas lexicais, conforme o exemplo, -- O médico me proibiu de sair à noite = não --.

Dessa forma, a negação decorre de se construir uma argumentação, apresentando como argumento de legitimidade uma forma de conhecimento armazenada na memória social. Logo, a gramaticalização da negação decorre de implícitos culturais.

A gramaticalização da negação de formas gramaticais é relativa a uma situação temporal: nega-se o hoje, mas afirma-se em um outro tempo futuro. Dessa forma, defaz-se a incompatibilidade por oposição e constitui-se uma contradição no tempo proposto para o convite.

Outro exemplo: Alguns casais de amigos costumavam sair juntos nos finais de semana, mas em certa ocasião, um dos casais preferindo um programa a dois disse aos amigos que os convidaram:

- Esse fim de semana não vai dar... estamos com o carro quebrado.

- Nós pegamos vocês no nosso.

- Deixa para a próxima semana...

4.2.3 Quando o convite é avaliado como desinteressante

- Espero você na cerimônia de formatura de minha filha?

- Vou fazer o possível e o impossível para ir, mas ando muito atarefado;
- Vou fazer força para ir, tomara que consiga?;
- Tenho um compromisso inadiável, depois passo para cumprimentar todos;
- Se der, sem dúvida;
- Gostei muito da lembrança, parabéns, só que estou com problemas de coluna;
- Ligo para você depois;

O ato de negar decorre de se ativar, para a memória de trabalho do locutor do turno 1, os conhecimentos enciclopédicos.

Nos casos apresentados, os conhecimentos ativados são relativos a :

A. ter um compromisso inadiável que é apresentado como causa que tem, por consequência, não poder estar presente na formatura.

Na memória social, pessoas que têm compromissos assumidos anteriormente não podem assumir um outro compromisso para o mesmo tempo, Esta não é uma forma cortês de agir.

B. ter compromisso, mas tentar desmarcá-lo com a promessa de retornar para confirmar o aceite do convite em um outro tempo.

Na memória social do brasileiro, quando alguém aceita um convite, aceita no momento. Porém, quando ele não aceita o convite e acredita não ser polido negar, afirma que voltará para confirmá-lo, em um outro tempo. Por exemplo:

- Vou fazer o possível e o impossível para ir, mas ando muito *atarefado*;
- Tenho um compromisso *inadiável*, depois passo para cumprimentar todos.

- Vou fazer força para ir, *tomara* que consiga.

- Se *der*, sem dúvida

C. Problemas de saúde

Na memória social, a questão da saúde é prioritária para o brasileiro, que com ela cria um argumento de legitimidade, por exemplo:

-Gostei muito da lembrança, parabéns, só que estou com *problemas de coluna*.

D. não aceitar a presença de alguém que se auto convida, por avaliar como desagradável. Por exemplo: Mãe idosa sempre pede a filha coisas impossíveis e a filha tem muita dificuldade de dizer “não” para ela:

- Posso ir viajar com vocês, minha filha?

- Bom, mamãe... até pode, mas será que uma viagem tão longa não vai deixar a senhora muito cansada...

- Eu não me importo.

- Então, temos que ver quem vai ficar porque no carro só cabem cinco e íamos levar todas as crianças...

Assim visto, a gramaticalização decorre de formas lexicais: Fazer o possível e o impossível; se der; sem dúvida; problemas de coluna; ligo para você depois.

Dessa forma, a negação decorre de se construir uma argumentação, apresentando, como argumento de legitimidade, uma forma de conhecimento armazenada na memória social. Logo, a gramaticalização da negação decorre de implícitos culturais. Casos como este ocorrem em:

Numa festa, o rapaz convida uma garota para dançar e ela responde:

- Meus pés estão doendo terrivelmente;

4.2.4 Quando não se quer emprestar algo

- Você pode me emprestar seu carro?
- Claro! Só que está quebrado;
- Já havia prometido emprestá-lo antes;
- O mecânico disse que está com graves problemas no motor;
- Eu perdi a chave, preciso procurá-la.

A. A negação do empréstimo é construída por uma incompatibilidade.

Na memória social do brasileiro, os objetos de valor não são emprestados.
Por exemplo:

- Claro! Só que *está quebrado*;
- O mecânico disse que está com graves *problemas no motor*;

O mesmo ocorre, no seguinte caso:

Duas amigas conversam na faculdade:

- Você me empresta seu texto?
- Meu xerox tá meio apagado.

B. A negação é realizada pela possibilidade de empréstimo no futuro. Por exemplo:

- Já *havia prometido* emprestá-lo *antes*.
- *Eu perdi a chave*, preciso procurá-la.

A gramaticalização da negação ocorre com formas lexicais. Constrói-se um binômio de causa e consequência. A causa sendo enunciada, lexicalmente, deixa a consequência implícita, o ato de negar.

Os argumentos de legitimidade são construídos por:

- Lexias lexicais, que designam a impossibilidade de o carro ser usado = graves problemas no motor; está quebrado;
- A negação no tempo atual com a possibilidade de empréstimo no futuro, atualizada por lexias lexicais estruturadas em oração: Já havia prometido emprestá-la antes = um compromisso anterior inadiável; Eu perdi a chave, preciso procurá-la = não posso , pois sem chave o carro não anda.

Em síntese, a gramaticalização de lexemas estruturados em orações contém implícitos culturais que ao serem explicitados negam o pedido de empréstimo.

4.2.5 Quando não quer pagar algo, com dinheiro

A . Não quer pagar algo que não lhe agrada.

Um repentista entra no trem e começa a tocar seu violão, quando termina ele se dirige aos passageiros:

- O senhor pode me dar algum trocado?

- Vou guardar para comprar aspirina. = não vou dar porque sua música me deixou com dor de cabeça.

- E o senhor?

- Só gosto de música clássica = não gosto desse tipo de música

- E a senhora?

- Preciso acabar de ler esse livro... = não, sua música interrompeu minha leitura.

B. Quando não quer gastar muito:

A esposa pede ao marido que está aborrecido, com a falta de dinheiro, para levá-la ao supermercado:

- Você me leva ao supermercado?

- Para você gastar o pouco que temos? = não, você gasta demais.

A gramaticalização da negação ocorre com lexias lexicais estruturadas em oração. Constrói-se um binômio de causa e consequência e explicita-se a causa deixando implícita a consequência, o ato de negar.

Na memória social, a causa é um argumento de legitimidade, para que o ato implícito de negar seja cortesia.

4.2.6 Quando se estrutura a negação pela ironia

A ironia é definida pela afirmação de algo que significa a sua negação.

A. Em uma ocasião, quando uma professora que ministrava aulas, em uma instituição teve de se afastar das aulas aos sábados, devido a um outro compromisso importante. Quando terminou esse impedimento, a professora procurou pela coordenadora da instituição, para oferecer seus préstimos e o diálogo transcorreu da seguinte maneira:

Professora: - Se a senhora precisar, já tenho disponibilidade para voltar a colaborar na instituição, ministrando aulas aos sábados.

Coordenadora: -Você viu os nossos alunos? Todos já estão, em condições de dar aulas = não precisamos mais dos seus serviços

B. O pai aborrecido com o atraso do filho, para o jantar:

- Isso são horas de chegar em casa?

- Eu trabalho, sabia? Lá, só saímos quando o chefe decide.

Em ambos os casos a ironia é usada para negar. Dessa forma ocorre a gramaticalização de lexias lexicais estruturadas em orações. A irônia constrói uma incompatibilidade, pelo ato de negar. O mesmo ocorre em:

Uma senhora chega atrasada para uma reunião de demonstração de produtos a serem lançados no mercado, e dirige-se à recepcionista:

- Desculpe o atraso.

A recepcionista responde:

- Não tem problema, mas como algumas pessoas chegaram no horário, a reunião já está bastante adiantada.

4.2.7 Por uma nova sugestão

Na memória social, uma nova sugestão para o seu interlocutor, propicia a negação do que é exposto anteriormente. Dessa forma, nega-se com polidez. Por exemplo:

A. A esposa pergunta ao marido:

- O que você acha desse vestido? Está feio?

- Por que você não usa o branco?

B. Quando alguém pergunta

- A comida está ruim?

- Deixa a comida pra lá... vamos experimentar a sobremesa.

- Estou sem fome.

C. Quando alguém pergunta:

- O que você prefere, ir ao shopping ou ao cinema?

- Bom, podíamos sair pra dançar... O que você acha?

D. A professora pergunta para seus alunos:

-Vamos falar um pouco de literatura?

- Ah! Professora, porque não podemos falar de futebol?

E. A mãe fala para o filho:

- Que tal ir para cama?

- Posso dormir no sofá?

F. O vendedor e seu o cliente:

- Sombrinha só dez reais! A senhora não quer aproveitar a promoção?

- O senhor faz por sete?

4.2.8 Para se esquivar de uma repreensão:

Na memória social, os problemas de memória são aceitos como argumento de legitimidade para um esquecimento, principalmente, devido ao estresse causado pelo excesso de tarefas que o cidadão tem de cumprir em grandes centros urbanos. Por exemplo:

- Você trouxe o meu livro?

- Puxa, eu ando tão esquecido... acho que vou ter que consultar um médico... estou sempre esquecendo tudo.

Neste caso, ocorre a gramaticalização de formas lexicais que designam problemas de memória e que constróem um *script* para falhas de memória; estar atarefado; estar estressado; ficar esquecido; ter de consultar um médico. Casos como este ocorre em:

O gerente pede a seu subordinado:

- Você pode me entregar o relatório?

O funcionário responde embaraçado:

- Ficou sobre a mesa da sala.

4.2.9 Negação pelo adiamento de uma confirmação imediata

Os casos apresentados a seguir são relativos à gramaticalização da negação pelo adiamento de uma confirmação imediata.

A. Dois amigos estão conversando, então um diz para o outro:

- Me empresta cem reais?

- Vou ver...

- Então anota o número da minha conta pra você fazer a transferência.

- Faz assim oh!, me liga mais tarde que a gente combina.

B. Indagados em sala, os alunos respondem:

- Vocês querem fazer prova no último dia do mês?

- Vamos pensar, professora...

C. O rapaz diz pra moça:

- Quando eu vou te ver de novo?

- Uma hora dessas a gente se esbarra.

D. Duas amigas se encontram:

-Você gostaria de almoçar comigo?

- Olha, preciso passar na biblioteca e pegar uns livros...

- Mas é cedo ainda... eu posso te esperar.

- Tá, se você ainda estiver por aí ...

E. Duas amigas conversam pela internet:

- Você me empresta aquele trabalho?

- Pode ser.

- Aproveita que você está *on line* e manda agora por *e-mail* .

- Me liga mais tarde que eu te mando.

F. A mãe pergunta para o filho:

- Você já terminou sua lição?

- Estou terminando...

G. Um amigo pergunta ao outro:

- Você ligou para o pessoal?

- Você não ligou? Ou - Vou ligar mais tarde.

H. A moça se despede de um rapaz quando sua colega chega e diz:

- Vocês estão namorando?

- Ah! Estamos pensando.

I. Um cidadão procura um vereador conhecido:

- O senhor pode me arrumar um emprego?
- Deixa seu currículo que vamos encaminhar...

J. Duas amigas:

- Você acha que o Gabriel está apaixonado pela Bianca?
- Olha, eu não tenho muito contato com ele não.

K. Duas amigas estão em uma festa e uma delas está com seu irmão e sua cunhada:

- Você acha que seu irmão pode me dar uma carona?
- Ah, fala com a namorada dele...

L. Algumas professoras em reunião com sua coordenadora sugerem:

- Já que não tem nenhum aluno, bem que podíamos ser dispensadas mais cedo, não é Maria?
- Até eu tô com vontade de ir embora...

M. Uma amiga diz a outra:

- Você quer que eu busque a caneta?
- Deixa, depois eu pego.

O ato de negar é realizado pela gramaticalização de formas lexicais estruturadas em oração, que constróem sentidos relativos a uma desconversa. Dessa forma, pela polidez, a negação se dá por contradição, na medida em que ela não constrói a necessidade de escolha entre dois elementos incompatíveis.

Esta forma de negar é realizada por implícitos culturais que ao serem explicitados atualizam a negação.

4.2.10 Pela ativação de conhecimentos enciclopédicos que compõem a memória social

A. Político respondendo para seu eleitor :

- O senhor pode me dar uma cesta básica?
- É crime político.

B. Dois amigos discutindo política:

- Esse governo ta péssimo!
- Nenhum político presta...
- Em quem você votou? Não vai dizer que você votou no Lula?
- O voto é secreto... (risada)

C. Um pré-candidato pergunta ao presidente de seu partido:

- Com a experiência que você tem na política, você acha que eu tenho alguma chance de ser eleito?
- Se trabalhar forte... e injetar uma boa grana na campanha...

D. Vendedor e o cliente:

- Qual é o desconto para o pagamento à vista?
- Esse produto já tá na promoção.

E. Dois amigos:

-Você vai tentar o mestrado este ano?

- Preciso estudar muito...

A negação decorre da gramaticalização de formas lexicais estruturadas em orações. Essas constróem um argumento de legitimidade para a negação que fica implícita.

4.2.11 Quando se nega pela mudança no sentimento

A. Duas amigas conversam sobre seus namorados:

- Meu namorado mora em Recife.

- Você não sente falta dele?

- Ah! Antes eu sentia mais...

O ato de negar decorre pela gramaticalização de formas gramaticais: antes mais X agora menos = não sinto saudades

4.2.12 Quando se deseja atribuir ao interlocutor a responsabilidade da resposta

A. Uma moça pergunta para sua amiga grávida:

- Qual o nome que você vai dar para sua filha?

- Mirela, você gosta?

- Ah, você é quem sabe...

B. Duas amigas combinam um almoço no shopping, uma delas tem outro compromisso para depois do almoço, mas não quer mostrar-se apressada, então, depois de algum tempo diz à amiga:

- Você quer ir embora? Quando quiser é só falar...

- Você é quem sabe... eu estou tranqüila hoje.

-Ah, tá, só perguntei porque pensei que você pudesse ter outros compromissos...

Então, percebendo que a amiga estava impaciente para ir embora, mas não sabia como dizer, esperou alguns minutinhos e disse:

- Daqui a pouco o trânsito vai ficar terrível...

- É mesmo. Melhor evitarmos esse horário...

4.2.13 Quando não se quer realizar o que foi comprometido anteriormente

Duas amigas combinaram um café, mas uma delas tinha outros compromissos naquele dia e, percebendo que não conseguiria cumprir todos, tenta manipular a amiga, inicialmente, a trocar o café por uma ida ao cabeleireiro com ela, assim elas poderiam conversar, enquanto a outra arrumava o cabelo:

- Você não quer vir mais cedo? Podemos nos encontrar no cabeleireiro...

- Acho que vou na hora do café mesmo... assim, você faz o cabelo com calma.

- Tá certo então, até mais tarde.

Meia hora depois, a moça que precisava ir ao cabeleireiro resolveu ligar para amiga novamente:

- Oi, liguei porque está chovendo muito aqui e fiquei um pouco preocupada com você...

- Não se preocupe, pois parece que a chuva não vai chegar até aqui...

- Fico preocupada em fazer você sair nessa chuva só para vir tomar um café aqui comigo...

- Mas por aqui não está chovendo...

- Mas vai que você pegue essa chuva no meio do caminho...

- Bom, é que me preocupo com você ..

- Então é melhor combinarmos outro dia.

Assim, o ato de negar decorre de uma série de mudanças propostas para o compromisso, anteriormente, acatado.

Nesse sentido, a gramaticalização decorre de formas lexicais estruturadas em orações, numa progressão semântica dos turnos dialógicos. Tal progressão semântica é organizada por binômios de causa e consequência, atualizando o ato de negar pela explicitação do ato de negar.

4.3 Resultados obtidos em texto escrito com clichês que contêm implícito o ato de negar

Entende-se por clichês, segundo Silveira (1998), expressões lingüísticas que são repetidas socialmente por membros de diferentes grupos sociais, de forma extragrupal. Os clichês examinados estão expressos em uma crônica nacional de Michael Keep: *Modos brasileiros de escapar do não*, publicado na Folha de S.Paulo, 17 de março de 1996.

Segundo Silveira (2000), as crônicas nacionais são material autêntico para se examinar os traços culturais do brasileiro, pois elas instauram o cotidiano da vida do brasileiro, para preencher, semanticamente, com os seus sentidos uma categoria textual da crônica, marco das cognições sociais.

A seguir é apresentada a crônica de Michael Keep: *Modos brasileiros de escapar do não*:

Universalmente, as pessoas se escondem atrás de expressões comprometedoras para evitar assumir a responsabilidade pelos atos ou opiniões e para fugir dos confrontos embaraçosos. Se essa 'esquiva retórica' fosse uma disciplina acadêmica, os brasileiros seriam PhDs nela.

Pode ser; Eu te ligo; Apareça lá em casa; Pô, você sumiu?; Eu fico devendo; Fica para próxima; Tirar o corpo fora; Vamos ver; Malandro; A gente se vê; Craque; Que saudade!; Não deu; Dia de São Nunca; É o seguinte...; Enrolar; Se der; Dar o bolo; Morde-e-assopra; Já, já; Deixa comigo; Burradas.

Seu talento nesse campo vem de eles terem aprendido como navegar em tomo dos negativos. Veja as expressões propositadamente vagas como *pode ser, vamos ver, se der*, das quais os brasileiros diariamente se apropriam para desviar da palavra *não*. É por essa razão que frases igualmente descompromissadas como *eu te ligo, a gente se vê e apareça lá em casa* normalmente são escapadas, e não promessa, de um novo encontro.

A dificuldade com o negativo fica claro principalmente em alguns cariocas, que são craques em convites sem fundo: marcam e depois dão o *bolo*. O álibi: *houve um desencontro*.

Pô, você sumiu!!!?, uma esquiva mais sutil, não deveria ser confundida com *que saudade*, que pode ser, ou não verdade. *Sumiu!!!?* é uma reação sem graça, que transfere habilmente o peso do sumiço para o outro. Esses hábitos já estão enraizados nessa cultura. Sérgio Buarque de Hollanda os flagrou há mais de meio século atrás no seu estudo do *homem cordial*, um tipo de enganador charmoso.

Membros dessa espécie híbrida, meio malandra, meio diplomata, podem ser classificados como *morde-e-assopra brasiliensis*. Eles se comunicam por meio de frases como *eu fico devendo*. Essa declaração faz com que qualquer trato não cumprido soe como um acordo amistoso. *Não deu* é outra forma desse camaleão social camuflar sua saída de um trato não assumido. *Não deu* antecipa *fica para a próxima*, que, como *eu fico devendo*, empurra qualquer compromisso para o dia de São Nunca, padroeiro do *homem cordial*.

Eu estou com a maioria é como alguém, não querendo se expor, máscara sua opinião diante de uma discussão politicamente inflamável – sem ter a menor idéia de quem está com a maioria ou o que ela pensa. Assim como, ao descrever alguém como de *uma*

boa aparência, ele tenta fracamente mascarar uma preferência racista para que não pareça ofensiva.

Foi uma fatalidade ou *o elemento faleceu* é como um policial, que atirou fatalmente em um suspeito, se pronuncia ante a imprensa. Tradução: *Deus tirou-lhe a vida. Eu só fiz o furo*. E locutores de futebol driblam o erro do seu jogador preferido, que chutou uma bola para fora, narrando: *O campo estreitou* ou *o campo acabou*.

Católicos praticantes, craques em usar a confissão para se absolver de seus deslizes e de suas enganações mais graves, têm transformado esse ato sagrado na mais institucionalizada de todas as esquivas brasileiras.

Eu fui criado não no Brasil católico, mas na América protestante, onde a salvação está ligada à conduta pessoal e moral rígida no cotidiano, e não na redenção. Isso ajuda a explicar porque os americanos são muito mais bruscos do que os brasileiros, que são mais corteses. É por isso que os brasileiros nos chamam de *objetivos*, para não dizerem que somos grosseiros.

Esse modo brusco explica porque um americano encerra um convite informando, *I'm sorry, but I can't. I'm too busy* (*Desculpe, mas não posso, estou ocupado demais*). Essa resposta definitiva, como o *no* (não) americano categórico, dá um golpe no ego. Mas enrola menos do que *eu te ligo*.

Meus conterrâneos acham que quanto mais rápido se sofrer esse golpe, mais rápido se recupera. Muito mais rápido do que *bolo* bem brasileiro. E a idéia de um *desencontro* para nós é tão alienígena quanto essa palavra é intraduzível em inglês.

Brasileiros também recorrem aos gestos padronizados para tirar o corpo fora dos seus atos. Quanto um motorista apressado dá cortadas no trânsito, enquanto sorri, pisca o olho e mostra o polegar para cima, ele não está pedindo sua cumplicidade para suas burradas.

Nessa costura de tantas cortadas, esse *homem cordial* pode até agradecer por essa cumplicidade, gesticulando que seu farol está aceso ou que sua porta está aberta. Essa espécie *morde-e-assopra* está longe do perigo de extinção e é facilmente encontrada nos engarrafamentos em dias de verão.

A dificuldade de assumir compromissos nessa cultura é tão enraizada, que é árduo crer nos brasileiros que fogem desse padrão.

Então, quando alguém que eu acabo de contratar diz: *Deixa comigo*, e, pior ainda, me dá *já, já* como prazo, a experiência tem

me ensinado a *botar as barbas de molho*. Essa é a única forma de me resguardar de uma explicação meio confusa, que começa com *é o seguinte...*, prossegue com *não deu* e acaba com *fica para a próxima*.

Folha de São Paulo 17/03/96. KEPP, Michael.

Como se pode verificar, no uso efetivo da negação no português brasileiro ocorre a gramaticalização de várias expressões de negação:

4.3.1 Em situação de diálogo:

Ao ser questionado no turno 1 a respeito de algo, como um convite, no turno 2, o brasileiro usa:

Gramaticalização: léxico > gramática

pode ser = não

é o seguinte = não

se der = não

eu te ligo = não

A. Em situação de diálogo, quando o combinado não foi cumprido, se esteve ou não presente, em algum lugar, o turno 2 responde para o turno 1:

Gramaticalização: léxico > gramática

Pô você sumiu = não estive lá

Fico devendo = não estive lá

Fica para a próxima = não estive lá

Não deu = não estive lá

Houve um desencontro = não estive lá

B. Em situação de diálogo, quando se solicita a presença imediata do interlocutor, o turno 2 responde ao turno 1:

Gramaticalização: léxico > gramática

Já, já = não vou já

Já vou igual = não vou já

Deixa comigo = não vou já

Nas três situações apresentadas acima, o brasileiro evita dizer não.

C. Em situação de depoimento policial respondendo a pergunta: Você é o assassino? Para se esquivar da culpa o brasileiro responde:

Gramaticalização: léxico > gramática

Foi uma fatalidade = sou culpado

O elemento faleceu = sou culpado

Deus tirou lhe a vida = sou culpado

Eu só fiz o furo = sou culpado

A dificuldade de o brasileiro dizer 'não', por ser cortês, propicia que essa atitude cultural receba as designações: *dar o bolo*, *morde-e-assopra*, *dia de são nunca*. Devido a essa característica cultural da cortesia, há para o emprego das regras conversacionais, a necessidade do brasileiro escapar de dizer 'não' e, assim, polidamente, recorre à gramaticalização.

:

4.3.2 Resultados obtidos da negação em letra de um samba nacional

Foi selecionada a letra do samba, “O trem das onze” de Adoniram Barbosa:

*Não posso ficar nem mais um minuto com você
Sinto muito amor, mas não pode ser
Moro em Jaçanã
Se eu perder esse trem
Que sai agora às onze horas
Só amanhã de manhã
Não posso ficar nem mais um minuto com você
Sinto muito amor, mas não pode ser
Moro em Jaçanã
Se eu perder esse trem
Que sai agora às onze horas
Só amanhã de manhã
Além disso, mulher, tem outra coisa
Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar
Sou filho único, tenho minha casa prá olhar
Não posso ficar, não posso ficar...
Não posso ficar nem mais um minuto com você
Sinto muito amor, mas não pode ser
Moro em Jaçanã
Se eu perder esse trem
Que sai agora às onze horas
Só amanhã de manhã
Além disso, mulher, tem outra coisa
Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar
Sou filho único, tenho minha casa prá olhar
Não posso ficar, não posso ficar...*

O samba nacional, de forma geral, é expresso em linguagem do cotidiano de forma a manifestar uma expressão popular brasileira. Os resultados obtidos indicam que este texto no sentido mais global << nega a permanência de alguém em um determinado lugar, solicitada por outrem>>. Nesse sentido, trata-se de um intertexto que pressupõe um texto anterior.

Sendo assim, tem-se:

- texto 1: A amada, apaixonada pelo amado, solicita insistentemente que ele fique mais um pouco com ela;

- texto 2: O amado não aceita ficar e para ser polido recorre à memória social, ativando da amada um *script*, relativo às obrigações do filho único com sua mãe.

Sendo assim, não se aceita a solicitação feita e ocorre a gramaticalização de conhecimentos enciclopédicos extragrupais dos brasileiros, por se tratar de valores culturais que ultrapassam um grupo social, embora os valores culturais sejam plurais em relação aos grupos sociais.

Assim, pela ativação de conhecimentos, realizada pelo autor, na memória de Longo Prazo, o valor positivo mais hierárquico é atribuído a <<filho que respeita e protege a mãe>> em relação a outro valor positivo, porém inferior <<amado que não aceita uma solicitação da amada, por ser obrigado a atender a solicitação da mãe>>.

A gramaticalização realizada decorre da projeção de um binômio de causa e consequência:

Causa: ser obrigado, como filho único, a atender sua mãe;

Consequência: embora querendo muito, não poder ficar com a amada.

Esta letra expressa o uso da negação em duas dimensões: a discursiva e a textual informativa:

- **na dimensão discursiva:**

Resgatando o contexto discursivo, pelo que a música traz representado em língua: um casal de namorados está se despedindo. A moça pede que o rapaz fique e ele, para negar que ficará, utiliza-se, estrategicamente, do morfema “não” antecedendo o predicado modal “poder”. Nesse sentido, constrói a seqüência:

<<querer ficar/não poder ficar>>

O <<querer ficar>> está representado em língua pela seleção de palavras que exprimem o amor do rapaz pela moça, como: *sinto muito amor, mas não pode ser*. A modalização <<querer ficar/não poder>> é representada em língua: *eu não posso ficar mais nem um minuto com você; sinto muito amor, mas não pode ser*.

Em outros termos, a expressão da negação ocorre com a seleção do morfema “não” com o predicado modal “poder”, de forma a estabelecer ao referido um binômio de causa e consequência.

A ativação do *script* “ser filho único” guia a progressão semântica do texto: “sou filho único”, “Moro em Jaçanã”, “se perder esse trem....”, “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar”.

Frente ao exposto, a respeito do binômio de causa e consequência acima, os dizeres do sambista mantêm o traço cultural da cortesia, por não contradizer a namorada, em seus atos de fala, seguindo as regras de polidez, para não dizer “não” desculpa-se, afirmando “não poder”.

4.3.3 Resultados obtidos da negação em um texto escrito

O texto apresentado é de autor desconhecido:

Aborto

“Doutor, o senhor terá de me ajudar num problema muito sério. Este meu bebê ainda não completou um ano e estou grávida novamente. Não quero filhos em tão curto espaço de tempo, mas sim num espaço grande entre um e outro. E então o médico perguntou:

- Muito bem. E o quê a senhora quer que eu faça?

A mulher, já esperançosa, respondeu:

- Desejo interromper esta gravidez e conto com a ajuda do senhor.

O médico então pensou um pouco e depois do seu silêncio disse à mulher:

- Acho que tenho um método melhor para solucionar o problema. E é menos perigoso para a senhora.

A mulher sorriu, acreditando que o médico aceitaria seu pedido.

E então ele completou:

- Veja bem, minha senhora, para não ter de ficar com os dois bebês de uma vez, em tão curto espaço de tempo, vamos matar este que está em seus braços.

Assim, o outro poderá nascer. Se o caso é matar, não há diferença para mim entre um e outro. Até porque sacrificar este que a senhora tem nos braços é mais fácil, pois a senhora não correrá nenhum risco.

A mulher apavorou-se e disse:

Não doutor! Que horror! Matar uma criança é um crime!

O médico sorriu e, depois de algumas considerações, viu que a sua lição surtira efeito. Convenceu a mãe que não há menor diferença entre matar a criança já nascida e matar uma criança ainda por nascer, mas viva no ventre materno.

O crime é exatamente o mesmo...perante o homem ou a Deus!

(Autor desconhecido)

Este texto é construído com diálogos, sendo que o turno 1 é ocupado pela mulher grávida, que solicita do médico um aborto, justificando ter um filho com menos de um ano de idade; no turno 2, o médico nega a ela praticar o aborto. Com a mudança de turnos, o diálogo progride em uma narrativa que manifesta, em seu final, uma moral explícita: matar uma criança, provocando aborto, é o mesmo crime que matar uma criança viva.

A negação do turno 2 com relação ao turno 1 é realizada pela dissociação com um *script* = o amor de uma mãe pelo seu filho com o qual já convive

tempo 1 = engravidar; tempo 2= gestação; tempo 3 = nascimento da criança; tempo 4 = dedicação, proteção e amor da mãe por seu bebê, com vistas a uma vida saudável.

O médico, em seu turno, afirma: *acho que tenho um método melhor..., para não ter que ficar com os dois bebês de uma vez, em tão curto espaço de tempo, vamos matar este que está em seus braços.*

A negação, pela dissociação feita com conhecimentos enciclopédicos e culturais, estabelece um binômio de causa e consequência. Causa: matar o filho que ama é crime; Consequência: matar o filho em gestação é crime. Nesse sentido, a gramaticalização da negação ocorre pela dissociação com valores culturais da memória social.

4.3.4 Resultados obtidos da negação em texto escrito pela incompatibilidade de um *script* em uma mesma situação narrativa de um fato

O texto apresentado é de autor desconhecido:

Como explicar sem ofender

Um homem de 85 anos estava fazendo seu *check-up* anual.

O médico perguntou como ele estava se sentindo:

- Nunca me senti tão bem – respondeu o velho, Minha nova esposa tem 18 anos e está grávida, esperando um filho meu. Qual a sua opinião a respeito, doutor?

O médico refletiu por um momento e disse:

Deixe-me contar-lhe uma estória: eu conheço um cara que era um caçador fanático, nunca perdeu uma estação de caça. Mas, um dia, por engano, colocou seu guarda-chuva na mochila em vez da arma. Quando estava na floresta, um urso repentinamente apareceu na sua frente.

Ele sacou o guarda-chuva da mochila, apontou para o urso... BANG... o urso caiu morto.

-HÁ! HÁ! HÁ! Isto é impossível – disse o velhinho – algum outro caçador deve ter atirado no urso.

- Exatamente!!!!

Autor: desconhecido

Por polidez, o médico não diz 'não' a um paciente e, para tanto, recorre a uma incompatibilidade construída pela dissociação com os conhecimentos da memória social.

fato narrado: a esposa ter 18 anos e estar grávida de um homem de 85 anos que estava fazendo seu *checa-up* anual com o médico.

Script ativado: um caçador na floresta matar a caça com uma arma poderosa

Script dissociado: um caçador fanático matar a caça na selva com um guarda-chuva.

A negação do fato: o filho que sua mulher espera não é seu.

A gramaticalização da negação decorre pela dissociação com os conhecimentos da memória social, de forma a apresentá-lo pelo absurdo = incompatibilidade.

4.3.5 Resultados obtidos da negação em texto escrito para não se dizer *não sei*

O brasileiro, segundo Silveira (2000), tem um traço cultural que o caracteriza pelo ocultamento. Sendo assim, em situações de interação discursiva, este brasileiro se oculta para evitar ser exposto.

As raízes históricas desse traço cultural estão no próprio Brasil-colônia, quando os portugueses vindos, para o Brasil, ocultam suas ações que objetivam o enriquecimento, a fim de sobreviverem ao pagamento de taxas, o quinto do ouro, entre outros. Na época, segundo a autora, instaura-se um clichê: *santinho do pau-*

oco. Silveira cita, ainda, o texto da música de Ney Matogrosso é *por de baixo dos panos...* O texto exemplificado, neste item, expressa de que maneira os membros de diferentes grupos sociais gramaticalizam unidades sistêmicas para se ocultarem de dizer: *não sei*.

O texto apresentado a seguir é do empresário Antonio Ermínio:

Se você ainda não sabe, qual é sua verdadeira vocação, imagine a seguinte cena:

Você está olhando pela janela, não há nada de especial no céu, somente algumas nuvens aqui e ali.

Aí chega alguém que também não tem nada para fazer e pergunta:

Será que vai chover hoje?

Se você responder *com certeza...* a sua área é Vendas:

O pessoal de Vendas é o único que sempre tem certeza de tudo.

Se a resposta for *sei lá, estou pensando em outra coisa* Então a sua área é Marketing:

O pessoal de Marketing está sempre pensando no que os outros não estão pensando.

Se você responder *sim, há uma boa probabilidade ...* você é da área de Engenharia:

O pessoal da Engenharia está sempre disposto a Transformar o universo em números.

Se a resposta for *depende...* você nasceu para Recursos Humanos:

Uma área em que qualquer fato sempre estará na dependência de outros fatos.

Se você responder *ah, a meteorologia diz que não...* você é da área de Contabilidade:

O pessoal da Contabilidade sempre confia mais nos dados no que nos próprios olhos.

Se a resposta for *sei lá, mas por via das dúvidas eu trouxe um guarda-chuvas*

Então seu lugar é na área Financeira que deve estar sempre bem preparada para qualquer virada de tempo.

Agora, se você responder *não sei...*

Há uma boa chance que você tenha uma carreira de sucesso e acabe chegando à diretoria da empresa.

De cada 100 pessoas, só uma tem a coragem de responder *não sei* quando não sabe.

Os outros 99 sempre acham que precisam ter uma resposta pronta, seja ela qual for, para qualquer situação.

Não sei é sempre uma resposta que economiza o tempo de todo mundo, e pré-dispõe os envolvidos a conseguir dados mais concretos antes de tomar uma decisão.

Parece simples, mas responder *não sei* uma das coisas mais difíceis de se aprender na vida corporativa.

Por quê?

Eu sinceramente *não sei*.

(Antonio Ermírio de Moraes - Revista Exame)

Trata-se de diferentes turnos dialógicos:

- grupo social de vendedores:

Turno 1: - Será que vai chover hoje?

Turno 2: - Com certeza = não sei (gramaticalização de lexemas para negar)

- grupo social de marketing:

Turno 1: - Será que vai chover hoje?

Turno 2: - Sei lá, estou pensando em outra coisa (a gramaticalização do morfema gramatical “lá”).

- grupo social de engenheiros:

Turno 1: - Será que vai chover hoje?

Turno 2:- Sim, há uma boa probabilidade (gramaticalização do morfema gramatical *sim* que é = a não devido à seqüência com lexema *probabilidade*)

- grupo social de recursos humanos:

Turno 1: - Será que vai chover hoje?

Turno 2: Depende (gramaticalização do lexema = Ah, não sei)

- grupo social da contabilidade:

Turno 1: Será que vai chover hoje?

Turno 2: A meteorologia diz que não (atribui o 'não' a outrem, gramaticaliza a negação = não sei)

- grupo social da área financeira:

Turno 1 :- Será que vai chover hoje?

Turno 2: - Sei lá, mas por via das dúvidas eu trouxe um guarda-chuva (gramaticalização da negação pelo morfema *sei lá* = não sei; por via das dúvidas eu trouxe um guarda-chuva é a gramaticalização da negação pelo lexema *dúvida*+ trazer um guarda chuva = não sei)

O texto de Antonio Erminio de Moraes, publicado na revista Exame, avalia a dificuldade que diferentes grupos sociais de brasileiros têm de dizer *não sei*, como um traço cultural extragupal, ainda que os clichês utilizados por cada grupo social sejam diferentes.

4.4.6 Resultados obtidos da negação em texto escrito para expressar indignação

Cansei

Cansei de gente que só quer levar vantagem

Cansei do governo paralelo dos traficantes

Cansei de pagar tantos impostos

Cansei de impunidade

Cansei de tanta burocracia

Cansei de caos aéreo

Cansei de CPIs que não dão em nada

Cansei de crianças nas ruas e não nas escolas

Cansei de presidiários falando no celular

Cansei de ver traficantes fechando o comércio

Cansei de empresários corruptores

Cansei de ter medo de parar no sinal

Cansei de bala perdida

Cansei de tanta corrupção

Cansei de achar tudo isso normal

Cansei de não fazer nada

Se você já cansou de tudo isso

Mostre sua indignação

Pelo Brasil, faça um minuto de silêncio dia 17 de agosto à uma hora da tarde

Movimento cívico pelos brasileiros OAB-SP

Esse texto é construído com a gramaticalização da negação do lexema *cansei*. Dessa forma, *casei* = não aceito mais .

O lexema *cansei* é repetido dezessete vezes, incluindo seu título. Trata-se de um lexema verbal com aspecto progressivo: a enumeração de uma série de fatos ocorridos no Brasil e avaliados de forma negativa, e terminativo: cansei de não fazer nada.

O aspecto progressivo-terminativo do verbo *cansar* é = não mais.

Nesse sentido, a gramaticalização da negação ocorre de uma ressemantização lexical pela gramaticalização de morfemas aspectivos. O sentido mais global do texto é a indignação de um grupo social frente aos acontecimentos sociais na atualidade no Brasil. A gramaticalização da negação decorre do binômio de causa e consequência. Causa: conjunto de fatos avaliados como negativos. Consequência: instigar os brasileiros a mostrarem a sua indignação, participando de uma manifestação.

Em síntese, os casos analisados comprovam a polidez do brasileiro que como um homem gentil, cortês, evita dizer 'não'. Os casos analisados, de certa forma, estão na crônica de Danuzia Leão: *Aprender a dizer não*

Não há nada mais difícil do que aprender a pronunciar, sem nenhum problema, uma palavrinha pequena, de apenas três letras: a palavra não.

O que fazer quando se recebe um convite odioso para um programa detestável? Dizer sim e passar a semana de mau humor, se arriscando a uma úlcera, ou ser franca e responder que prefere cortar os pulsos a aceitar? Ah, que inveja das pessoas – raras – que têm sempre uma desculpa na ponta da língua, tipo “tenho um casamento” ou “é o aniversário de meu afilhado”. Essas são rápidas, rapidíssimas no gatilho, o que não é o caso de noventa e nove por cento da humanidade; mas pense em como seria maravilhoso poder dizer “sábado não posso, porque vou ficar doente”; não, infelizmente não se pode ser franca a esse pronto.

Ganhar tempo é uma tática, e para isso nada melhor do que um marido. Um obediente “vou ter que falar com Mário, sabe como ele

é”, vale para tudo, e assim qualquer constrangimento é evitado (não tem nada a ver, mas há quanto tempo você não ouve essa palavra: obediente?). Se convidam você para um churrasco e você sofre pensando na lingüiça gordurosa, na carne no ponto errado, na farofa voando e grudando no cabelo, no arroz gelado – faz o quê? Diz que ele, o marido, já tinha marcado um compromisso, é claro.

Fim de semana? Passeio de barco? Teatro, cinema, shows? Para qualquer dessas eventualidades é que existe esse sensacional escudo chamado ma-ri-do (mas não só para isso, é claro). Alguns podem não entender como você continua casada com um marido que manda em tudo, mas deixe que pensem; afinal, se você acata e faz tudo, absolutamente tudo que ele quer, boas razões deve ter – e como é bonito um casal unido nos dias de hoje.

Quando vai a uma loja comprar um vestido, e fica sem jeito de confessar que não gostou, tem algo mais prático do que dizer “ele detesta vermelho” ou “a saia é curta demais, ele não gosta”? Isso poupa você de dizer – e à vendedora de ouvir – que achou tudo horrendo e caríssimo; muito mais delicado, por sinal.

A culpa é sempre dele – um homem difícil –, e a você cabe o papel da simpática, que adoraria estar cortando salsa, a cebola e o tomate para o molho do churrasco se ele não tivesse preferido ficar em casa vendo um filme; ser a boa esposa – existe destino mais sublime?

Quando receber um telefonema, aliás, milhares de telefonemas de corretores oferecendo apartamentos maravilhosos e baratíssimos, melhor do que dizer que a cozinha está abaixo de suas expectativas, que os azulejos do banheiro não correspondem ao seu gosto pessoal ou mesmo que o preço está infinitamente acima do que pode pagar, é só dizer “meu marido não gostou”. Que maravilha ter um marido.

Mas tudo um dia cansa, e você quer dar uma de independente e ir à luta, sozinha e livre, como pregam as revistas femininas. Vai, e começam a aparecer umas figuras novas convidando para jantar, ver um show e – claro – esticar num motel; afinal, depois que descobriram que a mulher tem os mesmos desejos que um homem, dizer não significa claramente “não estou a fim de você” – e tem coisa pior? Nessa hora você, que nunca soube dizer não, vai morrer de saudades daquele marido que te tirava de todas as encrencas, que dizia não por você – lembra?

Mas essa saudade não vai acontecer sempre, e felizmente: não no dia em que você disser sim – e graças a Deus.

LEÃO, Danuza. Crônicas para guardar. 2 ed. São Paulo: Arx, 2003, pág 89-90.

De forma geral, ao se encerrar este capítulo, pode-se dizer que os resultados obtidos indicam que o ato de negar é um ato dialógico, seja por turnos dialógicos ou por intertextos. Os textos analisados expressam um turno 2 textual em relação a um turno 1 que é um texto anterior.

Sendo assim, ao se comparar os resultados apresentados no capítulo anterior com os resultados obtidos neste capítulo, pode-se constatar que:

a) os dicionários de língua tendem a diferenciar o ato da negação de expressões lingüísticas da negação, em construções frasais. Os resultados obtidos das análises conferem tal diferença: o ato de negar é enunciativo e situa-se na dimensão discursiva interacional; o uso de expressões lingüísticas da negação ocorre na dimensão textual informativa;

b) os dicionários especializados diferenciam, para a negação de uma proposição afirmativa, uma proposição contraditória e uma proposição opositiva. Os resultados obtidos das análises conferem essa diferença, pois ao se negar a totalidade do dito constrói-se uma oposição, o que cria uma incompatibilidade; porém, ao se negar parte do dito ocorre uma contradição e, dessa forma, parte do dito é mantida como afirmativa e a outra parte, como negativa.

c) os dicionários de psicologia indicam que o ato de negar é usado como um mecanismo próprio de defesa. Os resultados obtidos das análises conferem esse resultado, pois o uso da negação para os brasileiros é realizado através de uma polidez, de forma a não se dizer 'não' e realizar a gramaticalização de lexemas ou a regramaticalização de morfemas gramaticais. A cortesia, sendo um traço cultural do brasileiro, guia-o para se ocultar de criar uma situação de agressividade: opor-se a alguém, dessa forma, por polidez, evita dizer 'não' alguém.

d) a lógica tradicional diferencia a contradição da incompatibilidade. Esta nega o que é falso para afirmar o verdadeiro; aquela nega parte do afirmado, de forma a completá-lo ou substituí-lo em algo.

e) a revisão realizada com os gramáticos tradicionais da língua portuguesa indicam que a negação é tratada, por eles, a partir de regras sistêmicas. Estas são apresentadas com o objetivo de se prescrever o uso correto das formas negativas. Já os gramáticos da língua portuguesa, com perspectiva histórica, estão preocupados com o tratamento da negação do latim ao português, a partir de regras da evolução da língua. A negação na gramática do uso efetivo do português brasileiro é focalizada de forma mais objetiva por Neves (2000), embora a autora apresente apenas, as funções da negação, na interação sócio-comunicativa.

f) a negação, em contexto zero, indica que os informantes contextualizam à afirmação proposta para negar, de forma a construir um contexto cognitivo. A partir desse contexto, a negação ocorre tanto pelo uso de regras sistêmicas, construindo uma negação por oposição quanto pela gramaticalização de formas lexicais e de formas gramaticais. A primeira é de baixa frequência, ao passo que a segunda é freqüente.

g) os brasileiros para não dizer 'não', na dimensão interacional discursiva recorrem à gramaticalização de unidades sistêmicas, embora, na dimensão textual informativa, apliquem essas regras e dizem *não, nunca, jamais, nada, ninguém*.

h) a negação na dimensão textual indica que essa é realizada por: substituição de termos gramaticais e lexicais; a inserção de um novo termo gramatical, como: de companhia, de outro sujeito, de tempo de lugar, de modo, de caracterização; e pela projeção de um binômio de causa e consequência, de forma a construir um argumento de legitimidade.

i) a negação, na dimensão interacional discursiva indicam que o ato de negar implica o que o interlocutor atribui como "conhecido", pelo locutor do turno 1.

Dessa forma, nega-se: o que é conhecido como acontecido; o que é conhecido como sujeito do enunciado; o modo pelo qual a ação foi realizada; o que é conhecido como objeto da ação enunciada; o que é conhecido como possuidor ou como possuído do enunciado; o que é conhecido como tempo e lugar do enunciado; e o valor (positivo/negativo) atribuído pelo locutor do turno 1 ao que foi enunciado.

j) a negação pela gramaticalização de formas lexicais indicam que a negação decorre de se construir uma argumentação, cujo argumento de legitimidade apresenta uma forma de conhecimento da memória social. Logo, essa gramaticalização ocorre com implícitos culturais, que ao serem explicitados são construídos como negação.

Assim, o ato de negar, na interação discursiva, cria uma incompatibilidade que é avaliada pelo brasileiro como descortesia e, para não ser descortês, polidamente, gramaticaliza e regramaticaliza formas sistêmicas, ressemantizando-as, para evitar dizer 'não'.

Considerações Finais

Ao término desta Dissertação, os objetivos que orientaram a investigação realizada são revistos.

O objetivo geral desta Dissertação é contribuir com os estudos de gramaticalização do português brasileiro, relativos à cortesia verbal nas interações cotidianas.

Acredita-se que este objetivo tenha sido cumprido, pois a investigação realizada apresenta resultados da negação, no uso efetivo do português brasileiro, de forma a tratar da dificuldade que o nativo tem em dizer 'não'. O tratamento dado compreende a gramaticalização da negação tanto em formas lexicais quanto em formas gramaticais

No que se refere aos objetivos específicos:

1.Examinar o uso efetivo da negação na dimensão discursiva, a partir dos papéis representados pelos participantes

Acredita-se que este objetivo, também, tenha sido cumprido. Na dimensão discursiva, ocorre a interação entre os participantes discursivos e a negação foi tratada pelo ato de negar, que se manifesta pela enunciação. O traço cultural da cortesia brasileira guia o ato de negar, dialógico, indicando que é descortês opor-se a um interlocutor. Nesse sentido, o usuário da língua ativa para sua memória de trabalho um conjunto de conhecimentos sociais, armazenados em sua memória de longo prazo, construindo com eles um contexto cognitivo.

Segundo van Dijk (1997), todas as formas de conhecimentos são avaliativas, e, portanto, construídas pela cultura e pela ideologia. Sendo assim, o contexto cognitivo do usuário é composto de formas culturais, avaliações que, por tradição, são passadas de pai para filho, modificando-se, na contemporaneidade. As formas ideológicas são avaliações impostas pelo grupo de Poder, a fim de discriminar

determinados grupos sociais; a ideologia nasce dos valores culturais e é modificada pelo Poder para sustentá-la.

A pesquisa realizada tratou da negação, na dimensão interacional discursiva, obtendo resultados relativos à cultura. Nesse sentido, o brasileiro vem sendo tratado como o homem cortês que busca não desagrar seu interlocutor. É na dimensão interacional discursiva que o brasileiro evita dizer 'não', e, para tanto, o seu ato de negar decorre da gramaticalização de lexemas, que são ressemantizados, mantendo implícitos culturais. Para o nativo, muitas vezes, principalmente em textos escritos, não basta a gramaticalização.

O ato de negar é criado como lugar retórico da argumentação. Seus argumentos de legitimidade são construídos com as cognições sociais, a fim de que o seu interlocutor aceite a negação expressa em língua como um argumento suficiente que o impeça de dizer 'não'; para tanto estabelece relações de causa e consequência. Negar sem dizer 'não' é uma forma polida de enunciar.

2. Verificar o uso efetivo da negação na dimensão textual-informativa

Acredita-se, que este objetivo tenha sido cumprido. De forma geral, o uso de expressões sistêmicas da negação ocorre no texto-produto; todavia, em determinadas condições de produção, o brasileiro por vezes, recorre à gramaticalização. Na dimensão textual informativa, o uso de expressões da negação é orientado pela contextualização realizada pelo locutor, seja pela substituição de termos gramaticais e lexicais ou pela mudança do aspecto verbal, seja pela inserção de um novo termo gramatical e pela projeção de um binômio de causa e consequência, argumentando.

3. Tratar o uso efetivo da negação diferenciando o léxico de unidades gramaticais.

Acredita-se que este objetivo, também tenha sido cumprido, pois os resultados obtidos das análises indicam a negação pela gramaticalização de lexemas,

ressemantizando-os de forma que ao serem atualizados contenham implícitos culturais; no que se refere aos morfemas gramaticais, a gramaticalização da negação regramaticaliza-os, como por exemplo, a negação realizada pela mudança aspectiva, temporal, de localização, entre outras.

A hipótese orientadora da pesquisa mostrou-se adequada, pois as dificuldades existentes para o brasileiro dizer 'não' são relativas a aspectos culturais, ou seja, o brasileiro é o homem cortês, incapaz de desagrar seu interlocutor e, por isso, é polido no uso de suas palavras.

Dessa forma, os resultados obtidos confirmam Silveira (1998), pois a cortesia verbal é um dos traços característicos da cultura do brasileiro; todavia, a autora trata do fenômeno como um todo e não somente do ponto lingüístico, conforme realizado, nesta dissertação.

Confirmam, também, Leite (2008), pois o conceito geral de cortesia é um fenômeno que intervém no nível da relação interpessoal, para manter um estado de relativa estabilidade e harmonia, uma vez que os envolvidos na interação têm de se "comportar" de maneira previamente esperada como cortês, para manter notavelmente estável e harmônica a relação interpessoal. Além disso, para se manter essa relação estável e harmônica, o brasileiro usa a polidez para enunciar a negação, na dimensão interacional discursiva, embora use formas de negar sistêmicas na dimensão textual-informativa.

Esta dissertação não se quer conclusa, pois abre perspectivas para futuros estudos do ato de negar na dimensão argumentativa, bem como para estudos da refuta na inter-relação dialética, social e individual, na medida em que o social guia o individual, ao se considerar que o individual modifica o social, propiciando a dinâmica das formas de conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

APRESJAN, J. De. (1966) – *Idéias e métodos da lingüística estrural contemporanea*. Trad. de Lucy Seqi, São Paulo: Cultrix; Campinas, SP: Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1980.

AUSTIN, John L. *How to do Things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.

BAKHTIN, M. *El Método Formal em los Estudios Literários: Introduccion Critica a uma Poética Sociologica*. Tradução Tatiana Bubnova. Madrid: Alianza Editora, 1994.

BEAGRAUNDE R. A. & DRESSLER, W. U. *Introdzcione alla Lingüística testuale*. Bologna: Il Mulino, 1984.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed.; Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

BRANDÃO, H. N. – *Subjetividade, Argumentação, Polifonia. A propaganda da Petrobrás*. São Paulo, Editora da UNES, 1997.

BROWN, P & LEVINSON, S. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CABRAL, A & NICK, E. *Dicionário técnico de psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1979.

CINTRA, L. F. L., CUNHA, C. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

COSERIU, E. – *Teoria del lenguaje y lingüística general*. Mdri: Gredos, 1967.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Editora ao Livro técnico, 1976.

CUNHA, A.G. *Dicionário etmológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

DA MATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* 9. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DIK, C.S. *Functional Grammar*. Dorderecht Holland/ Cinamminson-EUA: Foris Publications, 1978.

DILLINGER, M. *Forma e função na lingüística*. Delta 1991

DUCROT, Oswald. *O dizer o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____ & TODOROV, T. *Dicionário das Ciências da Linguagem*, 1977.

DU BOIS, J. et alii. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FAVERO, L. L. ANDRADE, M. L.C.V.; AQUINO, Z. G. 2000. *Papéis discursivos e estratégias de polidez nas entrevistas de televisão*. Veredas: revista de estudos lingüísticos. Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 4, jan-jun., p.67-77.

GIVÓN, T. *Syntax I*. Nova York: Academic Press, 1994

_____. *Functionalims and Grammar*. Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GOFFMAN, E. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1972.

_____. *Interaction Ritual: Essays on the face-to-face behaviour*. Nova York: 1967.

GONÇALVES, S.C.L; LIMA, H., M. C.; CASSEB-GALVÃO, V.C. ; E CARVALHO, C. dos SANTOS- “Tratado Geral sobre Gramaticalização” . *Introdução à Gramaticalização, organização de Gonçalves et alii*, SP: Parábola editorial, 2007.

GRICE, H.P. Lógica da conversação. In: Dascal, M. (org) *Fundamentos Metodológicos da Linguística (iv)*. Tradução de João Wanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1975.

HALLIDAY, M.A. K. *An Introduction to Funcional Grammar: Baltimore: Edward Arnold, 1985*.

_____. *Explorations in the functions of language*. Londres; Edward Arnold, 1973.

_____. *Notes on Transitivity and Theme in English. Journal of Lingüistics*, v. 3, 1967.

HEINE, B. et alii. *Gramaticalizacion : A conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HERNANDEZ, F. N. *La cortesía en la conversación española de familiares y amigos; la búsqueda del equilibrio entre la imagen del hablante y la imagen del destinatário*. Institut for Sprog Internationales Kulturstudier. Alborg Universitet, vol. 37: 2002.

HOLANDA, A. B. de F. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* 2. ed., Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: ED. Nova Fronteira S.A., 1986.

HOLMES, J. *An introduction to sociolinguistics*. Londres, Longman, 2001

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2002.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In : *Linguística e comunicação*. Trad. De Isidoro Bliskstein e Jose Paulo Paes. São Paulo, 1969.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora: Zahar, 2006.

JENNY, L. *Intertextualidades*. Tradução Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Livraria Almeida, 1979.

KERBRAT-ORECCHIONI, C.. *La enunciacion de la subjetividade em el lenguaje*. Paris, Francia: Librairie Armand Colin, 1980

KINTSCH, W. & van DIJK, T. A . *Strategies of discourse comprhension*. New York: Academic Press, 1983.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos* . São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *A intertextualidade como fator de textualidade*. Lingüística Textual- Texto e leitura. Org. Fávero, L. e Paschoal, M.S.Z., Série Cadernos PUC-SP n. 22, EDUC, São Paulo, 1986.

LAKOFF, R. *The logic of Politeness; or Minding your P's and Q's* . In: Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, 1973.

_____. La lógica, la cortesía, o acuerdate de dar las gracias . In: JULIO, M. T. ; MUÑOZ, R. *Textos prácticos de pragmática*. Madrid: Arco/Libros, 1998.

LEITE, M.Q. - Cortesia e descortesia: A questão da normatividade. In *Cortesia Verbal*. Org. Dino Preti. SP: Humanitas, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky, 3. ed., Campinas SP: Pontes: Ed. da UNICAMP, 1987.

MARTINET, A. *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid: Gredos, 1978.

_____. *Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle?* ALFA, 1994.

MATOSO, C. JR. *Dicionário de Filologia e Gramática referente a Língua Portuguesa*. São Paulo: Jazon +Editor, 1964

_____. *Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle?* ALFA, 1994.

MURER JR, TH. Henrique – *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*.. São Paulo: Martins Fontes, 1997

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Guia de usos do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PERELMAN, Ch. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de textuall'argumentaton la nouvelle rhétorique*. 3. ed., Editions de L' Université de Bruxelles: Bruxelles-Bélgica, 1976.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 2. ed., São Paulo: Teixeira & irmão Editores, 1885.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora melhoramento , 1931.

SEARLE, John R. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SILVEIRA, R. C. P. *Português Língua Estrangeira*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

_____. *Implícitos Cuturais: ideologia e cultura em expressões lingüísticas do Português brasileiro*. In: Neusa Barbosa Bastos (org). *Língua Portuguesa em calidoscópio*. São Paulo : EDUC, 2004.

van DIJK, T.A. *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. *El discurso como interacción social – estudios Del discurso II; introducción multidisciplinaria*. Trad. Espanhola, Barcelona : Gedisa, 2000.

VILLAÇA, I. G. & BENTES, CH. *Aspecto da cortesia na interação face a face*. In: *Cortesia Verbal*. Org.Dino Preti. SP: Humanitas, 2008.